



Editoração Casa Civil  
**CEARÁ**  
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 21 de março de 2019 | SÉRIE 3 | ANO XI Nº055 | Caderno 3/3 | Preço: R\$ 17,04

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ

**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº036/CEGAS/2016**

I - ESPÉCIE: 3º(TERCEIRO)TERMO DE ADITAMENTO; II - CONTRATANTE: COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS; III - ENDEREÇO: Av. Washington Soares, 6475, Bairro Jose de Alencar, Cep.: 60.830-005, Fortaleza/CE; IV - CONTRATADA: **VM ENGENHARIA LTDA**; V - ENDEREÇO: Rua Doca Sales, nº 423, Bairro Santa Maria, CEP: 60.873-005, Fortaleza/CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 58, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93 com redação modificada pela Lei Federal nº 8.883, de 08/06/94. Justificativa da Gerência de Operação e Manutenção; VII- FORO: De Fortaleza/CE; VIII - OBJETO: **Alterar a redação do subitem 11.1., da Cláusula Décima Primeira**, que passa a vigorar com a seguinte redação: "11.1. A CEGÁS exercerá a Fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços objeto do contrato, através do Coordenador de Operação e Manutenção II Eduardo Almeida Pinheiro, como Gerente do Contrato e o Assistente Técnico Raí Bernardo Almeida Barbosa, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTORES"; IX - VALOR GLOBAL: -0-; X - DA VIGÊNCIA: -0-; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas todas as disposições constantes do Contrato ora aditado, não expressamente alteradas por este ou qualquer outro Aditivo; XII - DATA: Fortaleza/Ce, 01 de Março de 2019; XIII - SIGNATÁRIOS: Fabrício Bomtempo de Oliveira, Hugo Santana de Figueirêdo Junior(CEGAS) e Rafael Fontenele Mota(VM).

Hugo Santana de Figueirêdo Junior  
DIRETOR PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº20180041/CEGÁS**

O Diretor Presidente da COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, Sr. Hugo Santana de Figueirêdo Junior, no uso de suas atribuições legais e, considerando haver a Central de Licitação, por intermédio do Pregoeiro Marcos Alexandrino Alves Gondim, cumprida todas as exigências do procedimento de licitação na modalidade Pregão Presencial, Processo nº 5861890/2018, Edital nº 20180041 da CEGÁS, cujo objeto é contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, para atender as necessidades da CEGÁS, compreendendo as categorias de auxiliar de serviços gerais, copeiro, auxiliar operacional de serviços diversos I, auxiliar técnico II e auxiliar operacional de serviços diversos II, de acordo com as especificações e quantitativos previstas no Anexo I – Termo de Referência e seus anexos, todos eles partes integrantes do edital, afigura-se de que a licitação encontra-se regularmente desenvolvida para que produza os efeitos legais e jurídicos. Assim, nos termos da legislação vigente, Art. 4º, incisos XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, e no Art. 16, inciso VIII, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS, fica o presente processo **HOMOLOGADO** em favor da empresa **ALSERVICE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, com o valor global de R\$ 1.960.043,88 (um milhão, novecentos e sessenta mil, quarenta e três reais e oitenta e oito centavos) para um período de 58 (cinquenta e oito) meses. COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, em Fortaleza, 18 de março de 2019.

Hugo Santana de Figueirêdo Junior  
DIRETOR PRESIDENTE

**COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS**

**PORTARIA Nº025/2019-DPR** - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **JOÃO FERNANDO DE ABREU MENESCAL**, ocupante do cargo de Diretor de Implantação, matrícula nº. 00212, a **viajar** à cidade de São Paulo - SP, no período de 19.03.2019 a 22.03.2019, com a finalidade de participar do evento "Negócio nos Trilhos" e Testes do Domínio Pátio do Sistema de Sinalização e Controle da Linha Sul na empresa ALSTOM, concedendo-lhe 3,5 (três e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 189,25 (cento e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos) acrescidos de 50% (cinquenta por cento), no valor total de R\$ 993,56 (novecentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos), mais 01 (uma) ajuda de custo no valor de R\$ 283,88 (duzentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos), perfazendo o valor total de R\$ 1.277,44 (hum mil duzentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea b do Art 4º, § 1º; arts. 2º, 5º e seu § 1º, art's 6º e 10º; classe III do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado, em 27 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 12 de março de 2019.

Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº026/2019-DPR** - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **ANTÔNIO CHALITA DE FIGUEIREDO**, ocupante do cargo de Gerente de Sistemas Fixos, matrícula nº. 00073, a **viajar** à cidade de São Paulo - SP, no período de 19.03.2019 a 22.03.2019, com a finalidade de participar do evento "Negócio nos Trilhos" e Testes do Domínio Pátio do Sistema de Sinalização e Controle da Linha Sul na empresa ALSTOM, concedendo-lhe 3,5 (três e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 189,25 (cento e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos) acrescidos de 50% (cinquenta por cento), no valor total de R\$ 993,56 (novecentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos), mais 01 (uma) ajuda de custo no valor de R\$ 283,88 (duzentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos), perfazendo o valor total de R\$ 1.277,44 (hum mil duzentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea b do Art 4º, § 1º; arts. 2º, 5º e seu § 1º, art's 6º e 10º; classe III do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado, em 27 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 12 de março de 2019.

Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº027/2019-DPR** - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **JOÃO WILLIAM DE SOUSA BANDEIRA**, ocupante do cargo de Analista Técnico, matrícula nº. 10229, a **viajar** à cidade de São Paulo - SP, no período de 19.03.2019 a 22.03.2019, com a finalidade de participar do evento "Negócio nos Trilhos" e Testes do Domínio Pátio do Sistema de Sinalização e Controle da Linha Sul na empresa ALSTOM, concedendo-lhe 3,5 (três e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 189,25 (cento e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos) acrescidos de 50% (cinquenta por cento), no valor total de R\$ 993,56

(novecentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos), mais 01 (uma) ajuda de custo no valor de R\$ 283,88 (duzentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos), perfazendo o valor total de R\$ 1.277,44 (hum mil duzentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea b do Art 4º, § 1º; arts. 2º, 5º e seu § 1º, art's 6º e 10º; classe III do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado, em 27 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 12 de março de 2019.

Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº028/2019-DPR** - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viagem** em objeto de serviço, com a finalidade de participar da operação do Metrô do Cariri, concedendo-lhes diárias e passagens terrestres, de acordo com o artigo 3º; alínea b, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 13 de março de 2019.

Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº028/2019-DPR, DE 13 DE MARÇO DE 2019

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			PASSAGEM	TOTAL
						QUANT.	VALOR	TOTAL		
José Evaneudo Sousa Costa	Assistente Operacional	10177	V	16.03.2019 a 14.04.2019	Fortaleza/Juazeiro do Norte/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	284,05	2.455,14
Sheyla Maria Santiago da Silva	Assistente Operacional	10476	V	16.03.2019 a 13.04.2019	Fortaleza/Juazeiro do Norte/Fortaleza	28,5	61,33	2.097,50	284,05	2.381,55

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº029/2019-DPR** - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viagem** em objeto de serviço, com a finalidade de participar da operação do Metrô de Sobral, concedendo-lhes diárias e passagens terrestres, de acordo com o artigo 3º; alínea b, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 13 de março de 2019.

Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº029/2019-DPR, DE 13 DE MARÇO DE 2019

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			PASSAGEM	TOTAL
						QUANT.	VALOR	TOTAL		
André Luiz Cavalcante Mota	Assistente Operacional	10240	V	16.03.2019 a 14.04.2019	Fortaleza/Sobral/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	91,80	2.262,89
Francisco dos Santos Silva	Assistente Operacional	10463	V	16.03.2019 a 14.04.2019	Fortaleza/Sobral/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	91,80	2.262,89
Raimundo Teixeira Marques	Auxiliar Operacional	10174	V	16.03.2019 a 14.04.2019	Fortaleza/Sobral/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	91,80	2.262,89
Abmael Correia Garçês	Auxiliar Operacional	10155	V	16.03.2019 a 14.04.2019	Fortaleza/Sobral/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	91,80	2.262,89
Hélio Sílvia da Rocha	Assistente de Segurança	10150	V	16.03.2019 a 14.04.2019	Fortaleza/Sobral/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	91,80	2.262,89

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº030/2019-DPR** - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viagem** em objeto de serviço, com a finalidade de participar da operação do Metrô do Cariri, concedendo-lhes diárias e passagens terrestres, de acordo com o artigo 3º; alínea b, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 13 de março de 2019.

Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº030/2019-DPR, DE 13 DE MARÇO DE 2019

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			PASSAGEM	TOTAL
						QUANT.	VALOR	TOTAL		
Elmi de Abreu	Assistente Controlador de Movimento	10232	V	16.03.2019 a 14.04.2019	Fortaleza/Juazeiro do Norte/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	284,05	2.455,14
Carlos Wagner Marques da Silva	Assistente Controlador de Movimento	10387	V	16.03.2019 a 14.04.2019	Fortaleza/Juazeiro do Norte/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	284,05	2.455,14
José Ricardo Ribeiro de Abreu	Assistente Condutor	10078	V	17.03.2019 a 14.04.2019	Fortaleza/Juazeiro do Norte/Fortaleza	28,5	61,33	2.097,49	239,90	2.337,39
Márcio José Oliveira de Souza	Assistente Condutor	10374	V	17.03.2019 a 14.04.2019	Fortaleza/Juazeiro do Norte/Fortaleza	28,5	61,33	2.097,49	239,90	2.337,39
Renato Custódio da Cunha	Assistente Condutor	10367	V	17.03.2019 a 14.04.2019	Fortaleza/Juazeiro do Norte/Fortaleza	28,5	61,33	2.097,49	239,90	2.337,39
Alan David Chaves Araújo	Assistente Condutor	10479	V	17.03.2019 a 14.04.2019	Fortaleza/Juazeiro do Norte/Fortaleza	28,5	61,33	2.097,49	239,90	2.337,39

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº031/2019-DPR** - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viagem** em objeto de serviço, com a finalidade de participar da operação do Metrô de Sobral, concedendo-lhes diárias e passagens terrestres, de acordo com o artigo 3º; alínea b, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 13 de março de 2019.

Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.



## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº031/2019-DPR, DE 13 DE MARÇO DE 2019

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			PASSAGEM	TOTAL
						QUANT.	VALOR	TOTAL		
Francisco Antônio Costa Ribeiro	Assistente Condutor	10075	V	17.03.2019 a 14.04.2019	Fortaleza/Sobral/ Fortaleza	28,5	61,33	2.097,49	91,80	2.189,29
Adams Paz da Silva	Assistente Condutor	10478	V	17.03.2019 a 14.04.2019	Fortaleza/Sobral/ Fortaleza	28,5	61,33	2.097,49	91,80	2.189,29

\*\*\* \*\* \*

**PORTARIA Nº032/2019-DPR** - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar inspeção de segurança do trabalho e confecção dos Mapas de risco, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea b, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 13 de março de 2019.

Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº032/2019-DPR, DE 13 DE MARÇO DE 2019

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			PASSAGEM	TOTAL
						QUANT.	VALOR	TOTAL		
Francisco Iraldo Nogueira da Silva	Assistente de Segurança	10099	V	20.03.2019 a 22.03.2019	Fortaleza/Sobral/ Fortaleza	2,5	61,33	184,00	0,00	184,00
Erismar Silva Maia	Assistente Operacional	10076	V	20.03.2019 a 22.03.2019	Fortaleza/Sobral/ Fortaleza	2,5	61,33	184,00	0,00	184,00
Francisco José Siqueira Freire	Assistente Condutor	10093	V	20.03.2019 a 22.03.2019	Fortaleza/Sobral/ Fortaleza	2,5	61,33	184,00	0,00	184,00
Alex de Oliveira Araújo	Assistente Técnico	10359	V	20.03.2019 a 22.03.2019	Fortaleza/Sobral/ Fortaleza	2,5	61,33	184,00	0,00	184,00

\*\*\* \*\* \*

**CONTRATO Nº02/METROFOR/2019**  
**TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO**

Participes: COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS – METROFOR e a empresa **CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93. OBJETO: **retificação do contrato nº 02/METROFOR/2019**, publicado o seu extrato no Diário Oficial do Estado na edição de 04 de fevereiro de 2019, que passa a ter a seguinte redação: “CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - 10.17. Fornecer em quantidades suficientes para execução dos serviços de limpeza todos os equipamentos e acessórios tais como: mangueiras, cavaletes, aspirador de pó, carros dobrô, etc., responsabilizando-se por sua guarda e manutenção”. DAS RATIFICAÇÕES: Continuam inalteradas as demais Cláusulas do Contrato nº 02/METROFOR/2019, que não conflitarem com as existentes no presente instrumento. SIGNATÁRIOS: Eduardo Fontes Hotz e José Tupinambá Cavalcante de Almeida pela METROFOR e Danielle Batista Machado pela empresa CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 12 de março de 2019.

Bruno César Braga Araripe  
ASSESSOR JURÍDICO

\*\*\* \*\* \*

**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº04/METROFOR/2014**

I - ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de execução dos serviços de manutenção arbórea e conservação das áreas ajardinadas do Metrô de Fortaleza, incluindo as Estações da Linha Sul, Centro de Manutenção, Centro de Controle Operacional - CCO, Sede Administrativa e demais Áreas de Urbanização do METROFOR; II - CONTRATANTE: COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS – METROFOR; III - ENDEREÇO: Rua Senador Jaguaribe nº 501, Moura Brasil - Fortaleza/Ce; IV - CONTRATADA: **GRAMADOS COMÉRCIO DE PLANTAS ORNAMENTAIS LTDA – ME**; V - ENDEREÇO: Rua Guilherme Lourenço, nº 30, Bairro José de Alencar - Fortaleza/Ce; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, II e § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93; VII - FORO: Comarca de Fortaleza/Ce; VIII - OBJETO: **Prorrogação do prazo** do Contrato por mais 12 (doze) meses, contados de 01 de abril de 2019 a 31 de março de 2020; IX - VALOR GLOBAL: A presente prorrogação tem repercussão financeira na ordem de R\$3.371.767,41 (três milhões, trezentos e setenta e um mil setecentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos); X - DA VIGÊNCIA: Até 31 de março de 2020; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato nº 04/METROFOR/2014, que não conflitarem com as constantes do presente Termo Aditivo; XII - DATA: 06 de março de 2019; XIII - SIGNATÁRIOS: Eduardo Fontes Hotz e José Tupinambá Cavalcante de Almeida pela METROFOR e Júlio de Norões Neto e Régis Borges Tavares pela empresa GRAMADOS COMÉRCIO DE PLANTAS ORNAMENTAIS LTDA – ME.

Bruno César Braga Araripe  
ASSESSOR JURÍDICO

**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE**

**PORTARIA Nº16/2019** - O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, RESOLVE, nos termos do art. 1º da Lei nº 13.363, de 16 de setembro de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 27.471, de 17 de junho de 2004, com nova redação dada ao inciso II, do art. 1º e art. 2º, pelo Decreto nº 31.651, de 17 de Dezembro de 2014, D.O.E de 22 de Dezembro de 2014, **CONCEDER AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** ao **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, durante os meses de fevereiro, março, abril e maio de 2019. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, em Fortaleza, 14 de março de 2019.

Artur José Vieira Bruno

SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE

Registre-se e publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº16/2019, DE 14 DE MARÇO DE 2019.

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	MATRÍCULA	VALOR DO TICKET	QUANTIDADE	MÊS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
JORGE MADSSON MACEDO DE MELO	ASSESSOR TÉCNICO	3000951-7	15,00	20	FEVEREIRO	300,00	R\$ 1.215,00
			15,00	18	MARÇO	270,00	
			15,00	21	ABRIL	315,00	
			15,00	22	MAIO	330,00	
JOSÉ GILVAN DOS SANTOS	ASSESSOR TÉCNICO	3000961-4	15,00	20	FEVEREIRO	300,00	R\$ 1.215,00
			15,00	18	MARÇO	270,00	
			15,00	21	ABRIL	315,00	
			15,00	22	MAIO	330,00	



## SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

**PORTARIA Nº036/2019** - O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **ANTÔNIO GEOVÂNIO SARAIVA TAVEIRA**, ocupante do cargo de Procurador Jurídico, símbolo DNS-2, matrícula nº 300121-1-9, desta Autarquia, a **viajar** à cidade de JUAZEIRO DO NORTE -CE, no período de 21 a 23 de fevereiro do corrente ano, a fim de participar de uma Audiência Judicial, concedendo-lhe 2.5 (duas e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$ 192,75 (cento e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos), acrescidos de 20% (vinte por cento) num total de R\$ 231,30 (duzentos e trinta e um reais e trinta centavos) e passagem aérea para o trecho FORTALEZA/JUAZEIRO DO NORTE/FORTALEZA no valor de R\$ 457,67 (quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e sete centavos), num total geral de R\$ 688,97 (seiscentos e oitenta e oito reais e noventa e sete centavos) de acordo com o artigo 3º, alínea b, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, classe III do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SEMACE. SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, em Fortaleza, 22 de fevereiro de 2019.

Carlos Alberto Mendes Junior  
SUPERINTENDENTE

Registre-se e publique-se.

## SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 0546828/1995 e 6432263/2013 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 331, §2º, inciso III e §4º da Constituição Estadual, em sua redação original, combinado com o art. 7º, inciso I, da Lei nº 10.776, de 17 de dezembro de 1982, e art. 1º, da Lei Complementar nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Maria Irani Oliveira, CPF nº 16994736334, lotado(a) no(a) Secretaria da Educação - SEDUC, onde percebia a remuneração do(a) cargo/função de Datilógrafo, nível/referência não tem, matrícula nº 0762841-2, com óbito em 19/10/1993, pensão mensal no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), correspondente a 80% do benefício, calculado com base na totalidade da remuneração do(a) falecido(a), com vigência a partir de 01/05/1995, conforme descrição abaixo indicada: A partir de 01/05/1995, data em que a Sra. Tais de Oliveira passou a perceber o benefício de **pensão** previdenciária na qualidade de filha menor da ex-servidora, até 02/07/2013, data em que a Sra. Tais de Oliveira completou 21 anos:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$
TAÍS DE OLIVEIRA	FILHA MENOR	60355192373	80,00

A partir de 18/09/2015 - data do do requerimento para percepção de benefício previdenciário na qualidade de filha inválida:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$
TAÍS DE OLIVEIRA	FILHA INVÁLIDA	60355192373	209,78

Para o benefício previdenciário em referência, fica assegurada a remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, em Fortaleza, aos 08 de março de 2019.

Flávio Jucá  
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, RESPONDENDO

\*\*\* \*\*

O(A) SECRETÁRIO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 6432263-2013/VIPROC, RESOLVE **TORNAR SEM EFEITO**, o Ato datado de, 21/10/2014 e publicado no Diário Oficial do Estado em 11/12/2014, que concedeu pensão mensal no valor de R\$ 578,41 (quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e um centavos), à **TAÍS DE OLIVEIRA** CPF nº 603.551.923-73, filha inválida de MARIA IRANI OLIVEIRA, ex-servidora da Secretaria da Educação - SEDUC. Exerce do cargo de Datilógrafa, nível/referência 01, carga horária 30 horas, matrícula nº 076284-1-2, falecida em 19/10/1993. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, em Fortaleza, 08 de março de 2019.

Flávio Jucá  
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, RESPONDENDO

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº087/2019** - O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo Viproc nº. 0607898/2018, com fundamento no artigo 169 da Constituição do Estado do Ceará e artigo 1º da Lei nº. 10.577/1981, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO FÚNCIONAL** da servidora **FRANCISCA TÂNIA CARVALHO COUTINHO**, matrícula nº 000673-3-4, ocupante do cargo de Advogada, do quadro do Poder Executivo, com lotação na Secretaria da Administração Penitenciária, para compor a Diretoria da Associação dos Advogados Públicos, Procuradores das Autarquias e Fundações do Estado do Ceará - APAFECE, para o desempenho de mandato classista no cargo de PRESIDENTE, relativo aos períodos de 21/06/2010 a 20/06/2013, 21/06/2013 a 20/06/2016 e 21/06/2016 a 21/06/2019, em conformidade com as Atas de Eleição publicadas no Diário Oficial do Estado de 15/07/2010, 22/07/2013 e 07/07/2016, respectivamente, sem prejuízos dos seus vencimentos e demais vantagens e direitos. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, em Fortaleza, 14 de março de 2019.

Luís Mauro Albuquerque Araújo  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº0188/2019- GAB** - A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 00681908/2019/VIPROC, com fundamento no artigo 110, inciso I, alínea "a", § 1º da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de Setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 2017, RESOLVE PRORROGAR O **AFASTAMENTO** do(a) servidor(a) **GISLANIA DE FREITAS SILVA**, que ocupa o cargo de Professor Mestre I, integrante do Grupo Ocupacional do Magistério, nível K, matrícula(s) nº 47988713, lotado(a) nesta Secretaria, para participar do curso DOUTORADO EM SOCIOLOGIA, ministrado pelo(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC, pelo período de 17 de Março de 2019 a 16 de Março de 2020, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o(a) mencionado(a) servidor(a) obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará na imediata suspensão da portaria autorizadora. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de fevereiro de 2019.

Eliana Nunes Estrela  
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº0191/2019- GAB** - A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 00357205/2019/VIPROC, com fundamento no artigo 110, inciso I, alínea "a", § 1º da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de Setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 2017, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO** do(a) servidor(a) **LIANA MARIA DA SILVA GADELHA**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional do Magistério, nível F, matrícula(s) nº 30379810, lotado(a) nesta Secretaria, para participar do curso MESTRADO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO, ministrado pelo(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC, por 1 (um) ano a partir da publicação desta Portaria, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o(a) mencionado(a) servidor(a) obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará na imediata suspensão da portaria autorizadora. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de fevereiro de 2019.

Eliana Nunes Estrela  
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

\*\*\* \*\*



**PORTARIA Nº0214/2019- GAB - A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 00749057/2019/VIPROC, com fundamento no artigo 110, inciso I, alínea "a", § 1º da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de Setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 2017, **RESOLVE AUTORIZAR O AFASTAMENTO** do(a) servidor(a) **JOAO PEREIRA DA SILVA**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional do Magistério, nível J, matrícula(s) nº 16043214, lotado(a) nesta Secretaria, para participar do curso **MESTRADO ACADEMICO INTERCAMPI EM EDUCAÇÃO E ENSINO - UECE**, ministrado pelo(a) **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA - UECE**, por 1 (um) ano a partir da publicação desta Portaria, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o(a) mencionado(a) servidor(a) obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará na imediata suspensão da portaria autorizadora. **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 01 de março de 2019.

Eliana Nunes Estrela  
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

**PARTÍCIPES:** Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria de Estado da Casa Civil e das Secretarias do Planejamento e Gestão e da Fazenda e o **MUNICÍPIO DE PARACURU**. **OBJETO: Cooperação Técnica visando a cessão de servidores** entre os partícipes **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Decreto nº 32.185, de 04 de abril de 2017 **VIGÊNCIA:** A partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020 **FORO:** Fortaleza-CE **DATA DA ASSINATURA:** 30 de novembro de 2018 **SIGNATÁRIOS:** José Nelson Martins de Sousa - Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, Francisco de Queiroz Maia Júnior - Secretário do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, Marcus Augusto Vasconcelos Coelho - Secretário Executivo da Fazenda do Estado do Ceará e Eliabe Albuquerque de Oliveira - Prefeito do Município de Paracuru **SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO**, em Fortaleza, aos 03 de dezembro de 2018.

Heloyza Helena de Meneses Freire Rocha  
COORDENADORA DA ASJUR

#### EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ

CNPJ Nº03.773.788/0001-67  
NIRE Nº23300033531

#### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019

1. Data, Hora e Local: Realizada: Realizada em 12 de março de 2019, às 14:30 horas, na Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, localizada na Rua Silva Paulet, nº 400, Meireles, CEP: 60.120-020, na cidade de Fortaleza/CE.  
2. Convocação e Presença: Dispensada nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença.  
3. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. JOSÉ ÉLCIO BATISTA, e secretariados pela Sra. ELAINE MÁRCIA TORRES POMPEU MAIA.  
4. Ordem do Dia: Reuniram-se os acionistas da Companhia para: (i) deliberar eleição dos membros do Conselho Fiscal. 5. Deliberações: Após exame, discussão e votação da matéria constante da ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram o quanto segue: 5.1. Aprovar a lavratura da ata da presente assembleia geral na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do §1º do art. 130 da Lei nº 6.404/76. 5.2. Eleger para a composição do Conselho Fiscal, os seguintes Conselheiros Titulares e Suplentes, respectivamente, nos termos do Estatuto, publicado em 23 de agosto de 2018: Representando a Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, i) RONALDO LIMA MOREIRA BORGES (Titular), brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, nascido em 12 de dezembro de 1970, natural de Fortaleza/CE, inscrito no CPF nº 379.984.043-53 e RG nº 8910002010591, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Otávio de Castro, nº 863, apto. 603, Fátima, CEP: 60.050-150, Fortaleza/CE; e ii) FLÁVIO ATALIBA FLEXA DALTRÓ BARRETO (Suplente), brasileiro, casado, economista, 31 de janeiro de 1964, natural de Fortaleza/CE, inscrito no CPF sob o nº 321.984.773-00 e RG nº 20181760538, residente e domiciliado à CE-040, KM2, nº 700, Casa 02 Quadra 07, Centro, CEP: 61.760-000, Eusebio/CE; Representando a Secretaria da Fazenda – SEFAZ, iii) FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO PACOBAHYBA (Titular), brasileira, casada, fsevridora pública, nascido em 10 de outubro de 1978, natural de Crato/CE, inscrita no CPF sob o nº 766.618.903-63 e RG nº 95009000255, residente e domiciliada à Rua Silva Paulet, nº 650, apto. 402, Meireles, CEP: 60.120-020, Fortaleza/CE; e iv) PAULO ALMICAR PROENÇA SUCUPIRA (Suplente), brasileiro, casado, ocupante de cargo comissionado, nascido em 10 de setembro de 1958, natural de Fortaleza/CE, inscrito no CPF nº 102.463.983-53 e RG nº 20078015655,

residente e domiciliado à Rua Canuto de Aguiar, nº 707, apto. 701, Meireles, CEP: 60.160-120, Fortaleza/CE; Representando a Controladoria e Ouvidoria do Estado – CGE, v) ANTÔNIO MARCONI LEMOS DA SILVA (Titular), brasileiro, casado, servidor público estadual, nascido em 12 de dezembro de 1968, natural de Quixeramobim/CE, inscrito no CPF sob o nº 410.318.573-20 e RG nº 2003010448123, residente e domiciliado à Rua Crisanto Moreira da Rocha, nº 1360, Casa 2000, Cambeba, CEP: 60.822-305, Fortaleza/CE; e vi) MARCELO DE SOUSA MONTEIRO (Suplente), brasileiro, solteiro, servidor público estadual, nascido em 21 de dezembro de 1970, natural de Fortaleza/CE, inscrito no CPF sob o nº 377.318.823-49 e RG nº 88501585, residente e domiciliado à Rua Sigefredo Pinheiro, nº 100, apto. 304-A1, CEP: 60.415-160, Fortaleza/CE; Representando o Conselho Regional de Administração – CRA, vii) ANTÔNIO TABOSA DE ALBUQUERQUE (Titular), brasileiro, solteiro, administrador, nascido em 30 de julho de 1981, natural de Araquem-Coreaú/CE, inscrito no CPF sob o nº 895.488.093-20 e RG nº 97031065166, residente e domiciliado à Rua Joaquim Alves, nº 261, Praia De Iracema, CEP: 60.110-345, Fortaleza/CE; e viii) RAPHAEL HERBSTER MARTINS (Suplente), brasileiro, casado, administrador, nascido em 24 de março de 1982, natural de Fortaleza/CE, inscrito no CPF sob o nº 895.157.653-15 e RG nº 93002173247, residente e domiciliado à Rua José Moacir Bezerra, nº 1250, Casa 15, Sapiranga, CEP: 60.833-414, Fortaleza/CE; Representando o Conselho Regional de Contabilidade – CRC, ix) OTACÍLIO VALENTIM ANDRADE (Titular), brasileiro, casado, contador, nascido em 04 de setembro de 1950, natural de Quixeramobim/CE, inscrito no CPF sob o nº 016.098.313-49 e RG nº 336000, residente e domiciliado à Rua Travessa José Pedra, nº 355, Itaperi, CEP: 60.743-236, Fortaleza/CE; e x) MANOEL ODERNO DO NASCIMENTO (Suplente), brasileiro, divorciado, técnico em contabilidade, nascido em 02 de novembro de 1954, natural de Morrinhos/CE, inscrito no CPF sob o nº 060.769.473-49 e RG nº 94014037929, residente e domiciliado à Av. Rogaciano Leite, nº 250, apto. 2401 B, Salinas, CEP: 60.810-786, Fortaleza/CE; os quais aceitam a presente nomeação e eleição, conforme termos de posse anexos à presente Ata como Anexo I. 6. Encerramento: Nada mais havendo a se tratar, e como nenhum dos presentes fez uso da palavra, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada.

Mesa:

José Élcio Batista  
PRESIDENTE  
Elaine Márcia Torres Pompeu Maia  
SECRETÁRIA

#### ANEXO I.1. À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019 TERMO DE POSSE

Aos 12 de março de 2019, o Sr. RONALDO LIMA MOREIRA BORGES, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, nascido em 12 de dezembro de 1970, natural de Fortaleza/CE, inscrito no CPF nº 379.984.043-53 e RG nº 8910002010591, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Otávio de Castro, nº 863, apto. 603, Fátima, CEP: 60.050-150, Fortaleza/CE, tendo sido eleito como Conselheiro Fiscal Titular da ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.773.788/0001-67, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE Nº 23300033531, com sede na Av. Pontes Vieira 220 – Bairro São João do Tauape – CEP 60130-240, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (“ETICE”), nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, o qual compareceu à Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, a fim de tomar posse de seu cargo, o que faz conforme o presente termo (“Termo de Posse”).

Na forma da lei, o Conselheiro é nomeado e empossado em seu cargo, mediante assinatura do presente Termo de Posse. O Conselheiro ora eleito declara que (a) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (b) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (c) não tem, nem representa interesse conflitante com o da Empresa, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (d) preenche todos os demais requisitos estabelecidos na Lei 13.303/2016 e no Decreto estadual nº 32.112/2016.

Fortaleza, 12 de março de 2019.

Ronaldo Lima Moreira Borges

Mesa:

José Élcio Batista  
PRESIDENTE  
Elaine Márcia Torres Pompeu Maia  
SECRETÁRIA

#### ANEXO I.2. À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019 TERMO DE POSSE

Aos 12 de março de 2019, o Sr. FLÁVIO ATALIBA FLEXA DALTRÓ BARRETO, brasileiro, casado, economista, 31 de janeiro de 1964, natural de Fortaleza/CE, inscrito no CPF sob o nº 321.984.773-00 e RG nº 20181760538, residente e domiciliado à CE-040, KM2, nº 700, Casa 02 Quadra 07, Centro,



CEP: 61.760-000, Eusébio/CE, tendo sido eleito como Conselheiro Fiscal Suplente da ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.773.788/0001-67, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE Nº 23300033531, com sede na Av. Pontes Vieira 220 – Bairro São João do Tauape – CEP 60130-240, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (“ETICE”), nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, o qual compareceu à Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, a fim de tomar posse de seu cargo, o que faz conforme o presente termo (“Termo de Posse”).

Na forma da lei, o Conselheiro é nomeado e empossado em seu cargo, mediante assinatura do presente Termo de Posse. O Conselheiro ora eleito declara que (a) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (b) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (c) não tem, nem representa interesse conflitante com o da Empresa, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (d) preenche todos os demais requisitos estabelecidos na Lei 13.303/2016 e no Decreto estadual nº 32.112/2016.

Fortaleza, 12 de março de 2019.

Flávio Ataliba Flexa Dalto Barreto

Mesa:

José Élcio Batista  
PRESIDENTE  
Elaine Márcia Torres Pompeu Maia  
SECRETÁRIA

ANEXO I.3. À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA DA ETICE – EMPRESA  
DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ,  
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019  
TERMO DE POSSE

Aos 12 de março de 2019, o Sra. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO PACOBAHYBA, brasileira, casada, fservidora pública, nascido em 10 de outubro de 1978, natural de Crato/CE, inscrita no CPF sob o nº 766.618.903-63 e RG nº 95009000255, residente e domiciliada à Rua Silva Paulet, nº 650, apto. 402, Meireles, CEP: 60.120-020, Fortaleza/CE, tendo sido eleita como Conselheira Fiscal Titular da ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.773.788/0001-67, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE Nº 23300033531, com sede na Av. Pontes Vieira 220 – Bairro São João do Tauape – CEP 60130-240, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (“ETICE”), nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, a qual compareceu à Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, a fim de tomar posse de seu cargo, o que faz conforme o presente termo (“Termo de Posse”). Na forma da lei, a Conselheira é nomeada e empossada em seu cargo, mediante assinatura do presente Termo de Posse. A Conselheira ora eleita declara que (a) não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (b) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (c) não tem, nem representa interesse conflitante com o da Empresa, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (d) preenche todos os demais requisitos estabelecidos na Lei 13.303/2016 e no Decreto estadual nº 32.112/2016.

Fortaleza, 12 de março de 2019.

Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba

Mesa:

José Élcio Batista  
PRESIDENTE  
Elaine Márcia Torres Pompeu Maia  
SECRETÁRIA

ANEXO I.4. À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA DA ETICE – EMPRESA  
DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ,  
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019  
TERMO DE POSSE

Aos 12 de março de 2019, o Sr. PAULO ALMICAR PROENÇA SUCIPIRA, brasileiro, casado, ocupante de cargo comissionado, nascido em 10 de setembro de 1958, natural de Fortaleza/CE, inscrito no CPF nº 102.463.983-53 e RG nº 20078015655, residente e domiciliado à Rua Canuto de Aguiar, nº 707, apto. 701, Meireles, CEP: 60.160-120, Fortaleza/CE, tendo sido eleito como Conselheiro Fiscal Suplente da ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.773.788/0001-67, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE Nº 23300033531, com sede na

Av. Pontes Vieira 220 – Bairro São João do Tauape – CEP 60130-240, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (“ETICE”), nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, o qual compareceu à Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, a fim de tomar posse de seu cargo, o que faz conforme o presente termo (“Termo de Posse”).

Na forma da lei, o Conselheiro é nomeado e empossado em seu cargo, mediante assinatura do presente Termo de Posse. O Conselheiro ora eleito declara que (a) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (b) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (c) não tem, nem representa interesse conflitante com o da Empresa, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (d) preenche todos os demais requisitos estabelecidos na Lei 13.303/2016 e no Decreto estadual nº 32.112/2016.

Fortaleza, 12 de março de 2019.

Paulo Almicar Proença SuciPira

Mesa:

José Élcio Batista  
PRESIDENTE  
Elaine Márcia Torres Pompeu Maia  
SECRETÁRIA

ANEXO I.5. À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA DA ETICE – EMPRESA  
DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ,  
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019  
TERMO DE POSSE

Aos 12 de março de 2019, o Sr. ANTÔNIO MARCONI LEMOS DA SILVA, brasileiro, casado, servidor público estadual, nascido em 12 de dezembro de 1968, natural de Quixeramobim/CE, inscrito no CPF sob o nº 410.318.573-20 e RG nº 2003010448123, residente e domiciliado à Rua Crisanto Moreira da Rocha, nº 1360, Casa 2000, Cambeba, CEP: 60.822-305, Fortaleza/CE, tendo sido eleito como Conselheiro Fiscal Titular da ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.773.788/0001-67, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE Nº 23300033531, com sede na Av. Pontes Vieira 220 – Bairro São João do Tauape – CEP 60130-240, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (“ETICE”), nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, o qual compareceu à Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, a fim de tomar posse de seu cargo, o que faz conforme o presente termo (“Termo de Posse”). Na forma da lei, o Conselheiro é nomeado e empossado em seu cargo, mediante assinatura do presente Termo de Posse. O Conselheiro ora eleito declara que (a) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (b) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (c) não tem, nem representa interesse conflitante com o da Empresa, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (d) preenche todos os demais requisitos estabelecidos na Lei 13.303/2016 e no Decreto estadual nº 32.112/2016.

Fortaleza, 12 de março de 2019.

Antônio Marconi Lemos da Silva

Mesa:

José Élcio Batista  
PRESIDENTE  
Elaine Márcia Torres Pompeu Maia  
SECRETÁRIA

ANEXO I.6. À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA DA ETICE – EMPRESA  
DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ,  
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019  
TERMO DE POSSE

Aos 12 de março de 2019, o Sr. MARCELO DE SOUSA MONTEIRO, brasileiro, solteiro, servidor público estadual, nascido em 21 de dezembro de 1970, natural de Fortaleza/CE, inscrito no CPF sob o nº 377.318.823-49 e RG nº 88501585, residente e domiciliado à Rua Sigefredo Pinheiro, nº 100, apto. 304-A1, CEP: 60.415-160, Fortaleza/CE, tendo sido eleito como Conselheiro Fiscal Suplente da ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.773.788/0001-67, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE Nº 23300033531, com sede na Av. Pontes Vieira 220 – Bairro São João do Tauape – CEP 60130-240, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (“ETICE”), nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, o qual compareceu à Casa Civil



do Governo do Estado do Ceará, a fim de tomar posse de seu cargo, o que faz conforme o presente termo ("Termo de Posse").

Na forma da lei, o Conselheiro é nomeado e empossado em seu cargo, mediante assinatura do presente Termo de Posse. O Conselheiro ora eleito declara que (a) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (b) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (c) não tem, nem representa interesse conflitante com o da Empresa, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (d) preenche todos os demais requisitos estabelecidos na Lei 13.303/2016 e no Decreto estadual nº 32.112/2016.

Fortaleza, 12 de março de 2019.

Marcelo de Sousa Monteiro

Mesa:

José Élcio Batista  
PRESIDENTE  
Elaine Márcia Torres Pompeu Maia  
SECRETÁRIA

ANEXO I.7. À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA DA ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ,  
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019  
TERMO DE POSSE

Aos 12 de março de 2019, o Sr. ANTÔNIO TABOSA DE ALBUQUERQUE (Titular), brasileiro, solteiro, administrador, nascido em 30 de julho de 1981, natural de Araquem-Coreaú/CE, inscrito no CPF sob o nº 895.488.093-20 e RG nº 97031065166, residente e domiciliado à Rua Joaquim Alves, nº 261, Praia De Iracema, CEP: 60.110-345, Fortaleza/CE, tendo sido eleito como Conselheiro Fiscal Titular da ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.773.788/0001-67, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE Nº 23300033531, com sede na Av. Pontes Vieira 220 – Bairro São João do Tauape – CEP 60130-240, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará ("ETICE"), nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, o qual compareceu à Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, a fim de tomar posse de seu cargo, o que faz conforme o presente termo ("Termo de Posse").

Na forma da lei, o Conselheiro é nomeado e empossado em seu cargo, mediante assinatura do presente Termo de Posse. O Conselheiro ora eleito declara que (a) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (b) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (c) não tem, nem representa interesse conflitante com o da Empresa, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (d) preenche todos os demais requisitos estabelecidos na Lei 13.303/2016 e no Decreto estadual nº 32.112/2016.

Fortaleza, 12 de março de 2019.

Antônio Tabosa de Albuquerque

Mesa:

José Élcio Batista  
PRESIDENTE  
Elaine Márcia Torres Pompeu Maia  
SECRETÁRIA

ANEXO I.8. À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA DA ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ,  
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019  
TERMO DE POSSE

Aos 12 de março de 2019, o Sr. RAPHAEL HERBSTER MARTINS (Suplente), brasileiro, casado, administrador, nascido em 24 de março de 1982, natural de Fortaleza/CE, inscrito no CPF sob o nº 895.157.653-15 e RG nº 93002173247, residente e domiciliado à Rua José Moacir Bezerra, nº 1250, Casa 15, Sapiranga, CEP: 60.833-414, Fortaleza/CE, tendo sido eleito como Conselheiro Fiscal Suplente da ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.773.788/0001-67, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE Nº 23300033531, com sede na Av. Pontes Vieira 220 – Bairro São João do Tauape – CEP 60130-240, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará ("ETICE"), nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, o qual compareceu à Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, a fim de tomar posse de seu cargo, o que faz conforme o presente termo ("Termo de Posse").

Na forma da lei, o Conselheiro é nomeado e empossado em seu cargo, mediante assinatura do presente Termo de Posse. O Conselheiro ora eleito declara que (a) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (b) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (c) não tem, nem representa interesse conflitante com o da Empresa, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (d) preenche todos os demais requisitos estabelecidos na Lei 13.303/2016 e no Decreto estadual nº 32.112/2016.

Fortaleza, 12 de março de 2019.

Raphael Herbster Martins

Mesa:

José Élcio Batista  
PRESIDENTE  
Elaine Márcia Torres Pompeu Maia  
SECRETÁRIA

ANEXO I.9. À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA DA ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ,  
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019  
TERMO DE POSSE

Aos 12 de março de 2019, o Sr. OTACÍLIO VALENTIM ANDRADE, brasileiro, casado, contador, nascido em 04 de setembro de 1950, natural de Quixeramobim/CE, inscrito no CPF sob o nº 016.098.313-49 e RG nº 336000, residente e domiciliado à Rua Travessa José Pedra, nº 355, Itaperi, CEP: 60.743-236, Fortaleza/CE, tendo sido eleito como Conselheiro Fiscal Titular da ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.773.788/0001-67, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE Nº 23300033531, com sede na Av. Pontes Vieira 220 – Bairro São João do Tauape – CEP 60130-240, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará ("ETICE"), nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, o qual compareceu à Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, a fim de tomar posse de seu cargo, o que faz conforme o presente termo ("Termo de Posse").

Na forma da lei, o Conselheiro é nomeado e empossado em seu cargo, mediante assinatura do presente Termo de Posse. O Conselheiro ora eleito declara que (a) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (b) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (c) não tem, nem representa interesse conflitante com o da Empresa, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (d) preenche todos os demais requisitos estabelecidos na Lei 13.303/2016 e no Decreto estadual nº 32.112/2016.

Fortaleza, 12 de março de 2019.

Otacílio Valentim Andrade

Mesa:

José Élcio Batista  
PRESIDENTE  
Elaine Márcia Torres Pompeu Maia  
SECRETÁRIA



ANEXO I.10. À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA DA ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ,  
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019

TERMO DE POSSE

Aos 12 de março de 2019, o Sr. MANOEL ODERNO DO NASCIMENTO (Suplente), brasileiro, divorciado, técnico em contabilidade, nascido em 02 de novembro de 1954, natural de Morrinhos/CE, inscrito no CPF sob o nº 060.769.473-49 e RG nº 94014037929, residente e domiciliado à Av. Rogaciano Leite, nº 250, apto. 2401 B, Salinas, CEP: 60.810-786, Fortaleza/CE, tendo sido eleito como Conselheiro Fiscal Suplente da ETICE – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.773.788/0001-67, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE Nº 23300033531, com sede na Av. Pontes Vieira 220 – Bairro São João do Tauape – CEP 60130-240, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (“ETICE”), nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, o qual compareceu à Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, a fim de tomar posse de seu cargo, o que faz conforme o presente termo (“Termo de Posse”).

Na forma da lei, o Conselheiro é nomeado e empossado em seu cargo, mediante assinatura do presente Termo de Posse. O Conselheiro ora eleito declara que (a) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (b) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (c) não tem, nem representa interesse conflitante com o da Empresa, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (d) preenche todos os demais requisitos estabelecidos na Lei 13.303/2016 e no Decreto estadual nº 32.112/2016.

Fortaleza, 12 de março de 2019.

Manoel Oderno do Nascimento

Mesa:

José Elcio Batista  
PRESIDENTE  
Elaine Márcia Torres Pompeu Maia  
SECRETÁRIA

**COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ**

**CNPJ: 07.121.536/0001-04  
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
QUADRO 1**

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCICIO 2018	EXERCICIO 2017
<b>CIRCULANTE</b>			
Disponibilidades	15	475.683,52	875.846,91
Títulos Vals. Imobiliários e Depósitos		441,72	441,72
Adiantamentos		30,00	30,00
Prestações a receber	3	1.327.391,18	1.314.552,04
Estoques	3	13.494,25	7.286,67
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.817.040,67</b>	<b>2.198.157,34</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>13</b>	<b>405.864.080,32</b>	<b>406.162.274,88</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
Devedores p/ Vendas Compromissadas		45.899,96	61.758,07
Outros valores realiz. a longo prazo		902.773,24	896.662,78
Terrenos		177.893,79	177.893,79
FCVS a Receber a Longo Prazo	9	31.326.157,93	31.326.157,93
Cessão de Créditos		363.984.330,01	363.994.624,30
Devedores p/ outros valores a longo prazo		1.810.237,95	1.810.237,95
<b>ATIVO REALIZ. A LONGO PRAZO</b>		<b>398.247.292,88</b>	<b>398.267.334,82</b>
<b>PERMANENTE</b>			
Investimentos	4	16.993,60	16.993,60
Imobilizado	4	7.599.793,84	7.877.946,46
<b>ATIVO PERMANENTE</b>		<b>7.616.787,44</b>	<b>7.894.940,06</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>407.681.120,99</b>	<b>408.360.432,22</b>

Fortaleza, 31 de dezembro de 2018.

Vilani Pinheiro Falcão  
LIQUIDANTE DA COHAB-CE  
Antonio Eldair da Cunha  
ASSESSOR DA LIQUIDANTE  
Francisco José Cabral da Costa  
ASSESSOR DA LIQUIDANTE  
Henrique Machado da Ponte Neto  
ASSESSOR DA LIQUIDANTE  
Joao Batista Oliveira Nascimento  
CONTADOR - CRC-CE 7127

**CNPJ: 07.121.536/0001-04  
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
QUADRO 2**

PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCICIO 2018	EXERCICIO 2017
Fornecedores e Prest.de Serviços		0,00	1.399,65
Impostos, Contribuições e Consignações		5.395,96	81.151,23
Provisões		89.800,68	71.062,82
Obrigações por empréstimos	3	2.768.640,91	13.419.679,71
Premios de Seguros a Pagar		63,31	0,00
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.863.900,86</b>	<b>13.573.293,41</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>13</b>	<b>404.817.220,13</b>	<b>394.787.138,81</b>
<b>EXIGIVEL A LONGO PRAZO</b>			
Empréstimo CEF fase Retorno	3	669.566.046,76	640.867.128,23
<b>EXIGIVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>669.566.046,76</b>	<b>640.867.128,23</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social	6	29.404.405,00	29.404.405,00
Reserva de Capital		0,29	0,29
Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.522.978,97	8.475.000,00





PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017
Fundo p/Aplicações Especiais			
Prejuízos Acumulados	14	(298.458.201,94)	(279.741.385,76)
Conta de liquidação		(4.218.008,95)	(4.218.008,95)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(264.748.828,63)</b>	<b>(246.079.808,82)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>407.681.120,99</b>	<b>408.360.432,22</b>

Fortaleza, 31 de dezembro de 2018.

Vilani Pinheiro Falcão  
LIQUIDANTE DA COHAB-CE  
Antonio Eldair da Cunha  
ASSESSOR DA LIQUIDANTE  
Francisco José Cabral da Costa  
ASSESSOR DA LIQUIDANTE  
Henrique Machado da Ponte Neto  
ASSESSOR DA LIQUIDANTE  
Joao Batista Oliveira Nascimento  
CONTADOR - CRC-CE 7127

CNPJ: 07.121.536/0001-04  
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO 2018  
QUADRO 3

DEMONSTRAÇÃO DAS CONTAS	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	8	411.133,21	1.247.251,11
Receitas de Comercialização		282.471,25	1.051.239,06
Receitas na Gestão de Créditos		128.661,96	196.012,05
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		411.133,21	1.247.251,11
DESPESA OPERACIONAL BRUTA		4.194.544,88	4.467.958,32
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		4.193.850,88	4.466.917,32
Despesas de Pessoal		941.194,06	809.450,63
Encargos Sociais		297.184,40	385.949,79
Serviços de Terceiros		2.580.404,55	2.879.584,01
Despesas com Materiais		38.468,33	41.858,26
Encargos Diversos		336.599,54	350.074,63
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		694,00	1.041,00
RESULTADO FINANCEIRO		16.450.152,49	29.787.828,84
Despesas Financeiras	7	16.495.133,93	29.807.746,42
Receitas Financeiras	17	44.981,44	19.736,98
LUCRO (PREJUÍZO OPERACIONAL)	(20.233.564,16)	(33.008.716,65)	
Outras Despesas	8 (b)	1.553.298,55	0,00
Outras Receitas	5	2.999.457,42	3.405.592,61
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	(18.787.405,29)	(29.603.124,04)	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	11	0,00	0,00
LUCRO ANTES DA CONTRIB.SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO	(18.787.405,29)	(29.603.124,04)	
Contribuição Social s/Lucro Líquido	11	0,00	0,00
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	8	(18.787.405,29)	(29.603.124,04)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO</b>		<b>(0,64)</b>	<b>(100,67)</b>

Fortaleza, 31 de dezembro de 2018.

Vilani Pinheiro Falcão  
LIQUIDANTE DA COHAB-CE  
Antonio Eldair da Cunha  
ASSESSOR DA LIQUIDANTE  
Francisco José Cabral da Costa  
ASSESSOR DA LIQUIDANTE  
Henrique Machado da Ponte Neto  
ASSESSOR DA LIQUIDANTE  
Joao Batista Oliveira Nascimento  
CONTADOR - CRC-CE 7127

Fim do em 31 de dezembro de 2018

CNPJ: 07.121.536/0001-04  
QUADRO 4  
DEMONSTRATIVO DE PREJUÍZOS ACUMULADOS

LUCRO / PREJUÍZO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017
1.SALDO INICIAIS DO EXERCÍCIO		(279.741.385,76)	(250.188.710,40)
2.AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10	70.589,11	50.448,68
3.SALDOS INICIAIS CORRIGIDOS		(279.670.796,65)	(250.138.261,72)
4.LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	8	(18.787.405,29)	(29.603.124,04)
5.SALDO A DISP. DA ASSEMBLÉIA GERAL		(298.458.201,94)	(279.741.385,76)
6.SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	14	(298.458.201,94)	(279.741.385,76)

Fortaleza, 31 de dezembro de 2018.

Vilani Pinheiro Falcão  
LIQUIDANTE DA COHAB-CE  
Antonio Eldair da Cunha  
ASSESSOR DA LIQUIDANTE  
Francisco José Cabral da Costa  
ASSESSOR DA LIQUIDANTE  
Henrique Machado da Ponte Neto  
ASSESSOR DA LIQUIDANTE  
Joao Batista Oliveira Nascimento  
CONTADOR - CRC-CE 7127



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.**

A Companhia de Habitação do Ceará - COHAB-CEARÁ - "Em Liquidação" foi criada pela Lei nº 9557 de 14 de dezembro de 1971, sob a forma de Sociedade de Economia Mista, regida pela Lei 6.404/76 e autorizada a sua extinção através da Lei nº 12.961 de 03/11/1999, publicada no Diário Oficial do Estado em 03/11/1999. Ao longo dos anos a COHAB concedeu financiamentos aos mutuários com prazo geral de 25 anos, a uma taxa de juros incentivada pelo Governo, tendo utilizado de linhas de financiamentos concedidos substancialmente pelo FGTS. Pelo tipo de cliente da COHAB-CE, basicamente de baixa renda, esta vem acumulando crescente desequilíbrio patrimonial e financeiro entre seus ativos e passivos, que resultam basicamente de situações estruturais ocorridas no Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ao longo dos anos, por ter também absorvida a dívida referente aos contratos de empréstimos firmados entre o Instituto de Previdência do Estado do Ceará- IPEC, relativa ao extinto Departamento de Operações Habitacionais- DOHAB, conforme Decreto do poder executivo do Estado do Ceará de nº 20.756 de 06/06/1990 e o extinto Banco Nacional de Habitação-BNH. O montante da referida dívida assumida corresponde a 75,45% do total da dívida da Companhia com a União em 31/12/2018. Com a venda da carteira imobiliária à União, a COHAB passou a não mais contar com o registro das amortizações extraordinárias, passando o nosso passivo a crescer de forma mais considerável, uma vez que os contratos não pertencem mais a COHAB-CE.

**NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações estão apresentadas em conformidade com a "Legislação Societária" e foi elaborada de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei da Sociedade por Ações (Lei nº 6.404 de 15/12/1976), observando as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 que visa adequar a elaboração dos balanços das Companhias abertas às normas internacionais de contabilidade.

**NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa são as seguintes:

a) Estoques - São demonstrados ao custo médio de aquisição que não excede ao custo de reposição ou ao valor de realização.

SALDO COMPARATIVO DE ESTOQUES	2018	2017
Material de administração geral	13.494,25	7.286,67

a.1) No exercício de 2018, registramos os acréscimos de R\$ 18.506,00 (dezoito mil, quinhentos e seis reais) e baixas de R\$ 12.299,17 (Doze mil, duzentos e noventa e nove reais e dezessete centavos) necessárias ao andamento das atividades operacionais da Companhia, onde demonstramos na data do Balanço o Saldo de R\$ 13.494,25 (treze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos).

MÊS	SALDO ANTERIOR	ACRÉSCIMOS	BAIXAS	SALDO ATUAL
01/2018	7.286,67	0,00	767,72	6.518,95
02/2018	6.518,95	325,40	899,55	5.944,80
03/2018	5.944,80	2.043,37	1.487,08	6.501,09
04/2018	6.501,09	0,00	946,61	5.554,48
05/2018	5.554,48	0,00	1.012,40	4.542,08
06/2018	4.542,08	9.000,00	947,77	12.594,31
07/2018	12.594,31	2.918,48	1.155,26	14.357,53
08/2018	14.357,53	1.674,00	1.014,90	15.016,63
09/2018	15.016,63	949,00	1.061,57	14.904,06
10/2018	14.904,06	0,00	1.160,47	13.743,59
11/2018	13.743,59	1.204,50	944,49	14.003,60
12/2018	14.003,60	392,00	901,35	13.494,25
	7.286,67	18.506,75	12.299,17	13.494,25

b) Prestações a Receber - O montante de R\$ 1.327.391,18 (um milhão, trezentos e vinte e sete mil, trezentos e noventa e um reais e dezoito centavos), representa o total das prestações vencidas e vincendas e não pagas pelos mutuários (contratos ativos) objeto de financiamentos concedidos. O Governo do Estado possibilita a Companhia atuar junto aos mutuários buscando reduzir os índices de inadimplência.

c) Permanente - Os investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, cujas taxas anuais consideram a vida útil econômica estimada.

d) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo - Demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias no período, totalizando, respectivamente R\$ 2.863.900,86 (dois milhões, oitocentos e setenta e três mil, novecentos reais e oitenta e seis centavos) e R\$ 669.566.046,76 (seiscentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, quarenta e seis reais e setenta e seis centavos) conforme tabelas a seguir:

QUADRO 01		
PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (POSIÇÃO 31/12/2018)		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	SALDO A PAGAR
(A)	PASSIVO CIRCULANTE	2.863.900,86
1	Fornecedores e Prestadores de Serviços	0,00
2	Impostos, Contrib. e Consignações	5.395,96
3	Provisões	89.800,68
4	Prestação a Pagar - Banco do Brasil	187.412,63
5	Prestação a Pagar - Caixa	2.581.228,28
5	Seguros a Pagar	63,31
(B)	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
1	Dívida com a União (Tesouro Nacional)-Banco do Brasil CT.045.7645-55	3.178.861,80
2	Dívida com a Caixa Econômica Federal -Caixa CT.051.927-64	363.523.701,52
	Sub-Total	366.702.563,32
(C)	Obrigações Com o Tesouro Estadual Honras e Garantias	302.863.483,44
	Sub-Total	302.863.483,44
(A+B+C)	<b>TOTAL DO EXIGÍVEL</b>	<b>669.566.046,76</b>

Empréstimos - Registrados pelos valores originais contraídos junto ao extinto BNH - Banco Nacional de Habitação e renegociado com a União através do Banco do Brasil S/A, com incidência de juros de 1% a 7% a.a., com a nova repactuação da dívida a taxa de juros efetiva será 6,168% ao ano, com prazo de amortização com término em 2033, conforme Instrumento Particular de Confissão e Repactuação de Dívida, assinado em 30 de agosto de 2018. Dos 21 contratos existentes em 31/07/2018 foram repactuados, onde, o controle estar sendo realizado por apenas 02 (dois) contratos, sendo um com a UNIAO (Tesouro Nacional) e o outro contrato com a Caixa Econômica Federal. A parcela mensal da dívida atingiu, antes da repactuação, o montante de R\$ 13.412.937,25 (treze milhões, quatrocentos e doze mil, novecentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos), com a repactuação a referida parcela passou para R\$ 2.768.640,91 (dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e quarenta reais e noventa e um centavos). Conforme Quadro 2 abaixo) o valor renegociado da dívida será pago em 180 prestações mensais, onde, venceu a primeira 01/09/2018 e a última em 01/08/2033.

e) EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES MENSIS E SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA VENCIDA COM A UNIÃO E CAIXA

QUADRO 02				
CONTRATO	CREADOR	AGENTE FINANCEIRO	AVALISTA	VALOR
0457645-55	TESOURO NACIONAL	BANCO DO BRASIL	ESTADO DO CEARÁ	187.412,63
0519270-64	CAIXA	CAIXA	ESTADO DO CEARÁ	2.581.228,28
<b>TOTAL</b>	-	-	-	<b>2.768.640,91</b>



## QUADRO 03

## SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA COM A UNIÃO (TESOURO NACIONAL) E CAIXA

	SALDO CONTABIL EM (31/12/2018)	PRESTAÇÃO-UNIÃO (A)	PRESTAÇÃO-CAIXA (B)	TOTAL (A+B)	SALDO DEVEDOR (31/12/2018)
A	3.178.861,80	186.851,67	0,00	186.851,67	3.365.713,47
B	363.523.701,52	0,00	1.643.964,60	1.643.964,00	365.167.666,12
(A+B)	366.702.563,32	186.851,67	1.643.964,60	1.830.816,27	368.533.379,59

O montante de R\$ 1.830.816,27 (Hum milhão, oitocentos e trinta mil, oitocentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos), conforme Quadro 3, refere-se a amortização da parcela da dívida vencida, cujo vencimento em jan/2019, o referido montante mais encargos foi devidamente registrado no exercício de 2018 em obediência as práticas do princípio da competência, que consiste no fato de que as receitas e despesas devem ser registradas no período em que ocorrem, independente de recebimento ou pagamento.

No exercício findo em 31/12/2018 registrou-se a título de Prestação a Pagar R\$ 106.844.022,72 (cento e seis milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, vinte e dois reais e setenta e dois centavos), registrado como prestações a pagar, sendo efetivamente pagas o montante de R\$ 104.075.381,81 (cento e quatro milhões, setenta e cinco mil, trezentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos), O referido montante encontra-se devidamente detalhado no Quadro 4 abaixo, onde encontra-se especificado a amortização de R\$ 90.348.991,80 (noventa milhões, trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e um reais e oitenta centavos) e os juros R\$ 16.247.942,09 (Dezesseis milhões, duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e dois reais e nove centavos), mais R\$ 247.188,84 de encargos). No presente exercício, o saldo acumulado de R\$ 302.863.483,44 constante na rubrica 2.2.04.01- OBRIGAÇÕES COM O TESOURO ESTADUAL HONRA E GARANTIAS, corresponde aos pagamentos das parcelas mensais realizadas pelo Tesouro do Estado.

Demonstrativo das parcelas pagas (amortização, juros contratuais e comissão) dos contratos que compõe a dívida com a UNIÃO(Tesouro Nacional) e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## QUADRO 04

PERÍODO	PARCELA		PARC. MENSAL®	COMISSAO	TOTAL A PAGAR(E)=C+D	PAGAMENTO		VR. A PAGAR
	AMORT.(A)	JUROS CONTRATUAIS(B)				VENC TO	VALOR(F)	
CONTRATO:519.270-64 CAIXA-EMPRESTIMO DÍVIDA REPACTUADA								
Agos a Dez/18	8.177.843,53	3.806.065,03	11.983.908,56	0,00	11.983.908,56	02.01.2019	9.402.680,28	2.581.228,28
CONTRATO:457.645-55 BANCO DO BRASIL-EMPRESTIMO DÍVIDA REPACTUADA								
Jan a Dez/18	82.171.148,27	12.441.877,06	94.612.925,32	247.188,84	94.860.114,16	02.01.2019	94.672.701,53	187.412,63
<b>TOTAL</b>	<b>90.348.991,80</b>	<b>16.247.942,09</b>	<b>106.596.833,88</b>	<b>247.188,84</b>	<b>106.844.022,72</b>	<b>0,00</b>	<b>104.075.381,81</b>	<b>2.768.640,91</b>

## NOTA 4 - "INVESTIMENTOS"

Na rubrica "INVESTIMENTOS", registrados no Ativo Permanente encontra-se computado o valor de R\$ 16.993,60 (dezesseis mil, novecentos e noventa e três reais e sessenta centavos) corrigidos monetariamente até 31/12/1995, importância essa proveniente de ações de Empresas de Telecomunicações. Ajustamos o saldo ao valor presente de conformidade com a cotação fixada para cada ação.

## COMPOSIÇÃO DO ATIVO PERMANENTE

(POSIÇÃO EM 31.12.2018)

ATIVO PERMANENTE	7.616.787,44
INVESTIMENTOS (A)	16.993,60
<b>IMOBILIZADO (B-C)</b>	<b>7.599.793,84</b>
Móveis e utensílios e equipamentos p/ escritórios	73.711,24
Veículos	2.171,81
Computadores e periféricos	129.726,28
Direitos de uso	0,00
Edificações	8.475.000,00
<b>TOTAL (B)</b>	<b>8.680.609,33</b>
<b>DEPRECIACÕES ACUMULADAS (-)</b>	
Móveis e utensílios e equipamentos p/ escritórios	28.449,84
Veículos	36,20
Computadores e periféricos	63.214,92
Direitos de Uso	0,00
Edificações	989.114,53
<b>TOTAL (C)</b>	<b>1.080.815,49</b>

## a) BENS ADQUIRIDOS

Registramos no exercício de 2018, as aquisições no montante abaixo discriminado.

DATA	PATRIMÔNIO	BEM	QUANT.	NOTA FISCAL	EMPRESA	VALOR
12/06/2018	5457	Evaporador INVERTER MIDEA 18.000 btus	1	15399	COLDAR	1.477,83
12/06/2018	5458	Condensador Inverter Springer 18.000 btus	1	15399	COLDAR	1.477,84
10/08/2018	5459	Evaporador INVERTER MIDEA 18.000 btus	1	15657	COLDAR	1.477,83
10/08/2018	5460	Evaporador INVERTER MIDEA 18.000 btus	1	15657	COLDAR	1.477,84
10/08/2018	5461	Condensador Inverter Springer 18.000 btus	1	15657	COLDAR	1.477,84
10/08/2018	5462	Condensador Inverter Springer 18.000 btus	1	15657	COLDAR	1.477,84
18/12/2018	5463	HD Externo USB digital 4tb	1	3493	MARIA DE FÁTIMA PAPELARIA -ME	759,00
18/12/2018	5464	HD Externo USB digital 4tb	1	3493	MARIA DE FÁTIMA PAPELARIA -ME COLDAR	759,00
<b>TOTAL</b>						<b>10.385,02</b>

## b) REAVALIAÇÃO DE BENS

Em observância das alterações da Lei 6.404/76 realizamos a reavaliação dos bens constante no Imobilizado, na rubrica EDIFICAÇÕES e registramos na rubrica AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, com base em Laudos Técnicos, expedidos por empresa especializada, cuja reavaliação, objetiva refletir os bens a valores mais próximos aos valores de reposição, conforme determina o Art.8º da Lei 6.404/76 & 1º, Art.183, Portaria 664/2010 da STN e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 24, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade. Na referida rubrica EDIFICAÇÕES demonstramos o saldo de R\$ 8.475.000,00 (oito milhões, quatrocentos e setenta mil reais), deduzidas as depreciações acumuladas no valor de R\$ 989.114,53 (novecentos e oitenta e nove mil, cento e quatorze reais e cinquenta e três centavos). No presente exercício findo em 31.12.2018, realizamos a avaliação dos bens móveis cujo critério foi a adoção de um novo valor para cada bem, onde o valor de mercado foi observado, abandonando-se o valor do custo histórico de cada bem, de conformidade com a Lei das sociedades por ações. Observamos os fatores de influência para efeito de avaliação, definindo a pontuação de acordo com a situação do bem, quanto ao ESTADO DE CONSERVAÇÃO, se regular, bom, excelente ou inservível, PERÍODO DE VIDA ÚTIL (PVU) e o PERÍODO DE UTILIZAÇÃO FUTURA DOS BENS (PUB), mantivemos a vida útil de 10 anos para bens móveis, 5 anos para computadores e periféricos e veículos. Bens com o estado de conservação regular e bom, foi avaliado em 29% e 38% do valor de mercado, respectivamente. A COHAB-CEARÁ, vem aperfeiçoando os controles internos. Quanto ao controle patrimonial, os bens estão sendo registrados por centro de custo ou setor operacional, permitindo identificar a localização dos bens adquirido para ser utilizado nas atividades operacionais. A reavaliação dos bens móveis foi realizada pela Comissão constituída pelos profissionais constante na PORTARIA Nº 14/2016-COHAB-CEARÁ, sendo o Contador, Engenheiro e o Técnico de Apoio Administrativo.

## NOTA 5 - OUTRAS RECEITAS

Nesta rubrica registrou-se a importância de R\$ 2.999.457,42 (dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos), referente às transferências de recursos feitas pelo Governo do Estado do Ceará. O referido montante destina-se ao pagamento das despesas administrativas.

## NOTA 6 - CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social está registrado no valor de R\$ 29.404.405,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e quatro mil, quatrocentos e cinco reais), conforme abaixo:

ACIONISTAS	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
ESTADO DO CEARÁ	29.399,478	29.399,478,00
PREF. MUNICIPAL DE FORTALEZA	4,927	4,927,00
<b>TOTAL</b>	<b>29.404,405</b>	<b>29.404,405,00</b>

## NOTA 7 - DESPESAS FINANCEIRAS

Registramos as variações monetárias ativas e passivas como receitas e despesas financeiras, conforme determina a Lei 9.718/98 de 27/11/1998.

Nas despesas financeiras (quadro abaixo) está registrada a importância de R\$ 16.495.133,93 (Dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), provenientes da correção monetária e juros contratuais da dívida da COHAB-CEARÁ contratada junto ao extinto BNH - Banco Nacional de Habitação, cujos recursos foram aplicados na construção de unidades habitacionais, buscando atender a necessidade da população de baixa renda.

PERÍODO	DESPESAS FINANCEIRAS			SALDO
	DESCRIMINAÇÃO	VALOR		
	JUROS CONTRATUAIS	COMISSÃO BANCO DO BRASIL	DESP.BANCÁRIA	
jan/18	1.912.352,43	37.973,60	0,00	1.950.326,03
fev/18	1.867.624,39	37.017,90	0,00	1.904.642,29
mar/18	1.822.691,78	36.058,47	0,00	1.858.750,25
abr/18	1.777.553,39	35.095,30	0,00	1.812.648,69
mai/18	1.732.208,39	34.128,37	0,00	1.766.336,76
jun/18	1.686.655,79	33.158,62	0,00	1.719.814,41
jul/18	1.640.894,62	32.183,14	0,00	1.673.077,76
	<b>12.439.980,79</b>	<b>245.615,40</b>		<b>12.685.596,19</b>
ago/18	32.482,10	358,12	0,00	32.840,22
set/18	950.184,68	327,18	3,00	950.514,86
out/18	945.981,93	311,61	0,00	946.293,54
nov/18	941.768,43	296,05	0,00	942.064,48
dez/18	937.544,16	280,48	0,00	937.824,64
	<b>3.807.961,30</b>	<b>1.573,44</b>	<b>3,00</b>	<b>3.809.537,74</b>
	<b>16.247.942,09</b>	<b>247.188,84</b>	<b>3,00</b>	<b>16.495.133,93</b>

## NOTA 8 - RESULTADO DO EXERCÍCIO

a) Resultado do Exercício - É a somatória das receitas, deduzidas as despesas até 31/12/2018 totalizaram R\$ 18.787.405,29 (Dezoito milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinco reais e vinte e nove centavos) a referida importância representa o resultado contábil do exercício, e a receita Operacional Bruta equivalente a R\$ 411.133,21 (Quatrocentos onze mil, cento e trinta e três reais e vinte e nove centavos), conforme a seguir demonstrado:

3	RECEITAS E DESPESAS	(18.787.405,29)
3.2	RECEITAS	411.133,21
	RECEITA OPERACIONAL BRUTA (A)	411.133,21
3.2.03	RECEITA DE COMERCIALIZAÇÃO	282.471,25
3.2.05	RECEITAS NA GESTÃO DE CRÉDITOS	128.661,96
3.1	DESPESAS	4.194.544,88
	DESPESA OPERACIONAL BRUTA (B)	4.194.544,88
3.1.06	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.193.850,88
3.1.07	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	694,00
	RESULTADO FINANCEIRO (C)	(16.450.152,49)
3.1.01	DESPESAS FINANCEIRAS	16.495.133,93
3.2.01	RECEITAS FINANCEIRAS	44.981,44
3.1.98	OUTRAS DESPESAS	1.553.298,55
3.2.98	OUTRAS RECEITAS (D)	2.999.457,42
	LUCRO OU PREJUÍZOS ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	(18.787.405,29)
	<b>RESULTADO CONTÁBIL (A-B-C+D)</b>	<b>(18.787.405,29)</b>

Registramos no presente exercício na Rubrica 3.1.98.01(OUTRAS DESPESAS) a importância de R\$ 1.553.298,55 (Hum milhão, quinhentos e cinquenta e três mil, duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos), sendo R\$ 1.552.748,80 referente juros da Dívida da COHAB-CEARÁ com o Tesouro Nacional posicionados até o mês subsequente e foi trazido para data do pagamento em 03/09/2018. O referido reposicionamento ocorreu em virtude da repactuação da referida dívida, com base na Lei Complementar 156/2016, cuja importância impactou o resultado do exercício findo em 31/12/2018. Registramos ainda a importância de R\$ 549,75 (Quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos) conforme detalhamento a seguir:

JUROS DA DÍVIDA	DEVOLUÇÃO DE SUP. DE FUNDOS	TOTAL
1.552.748,80	549,75	1.553.298,55

## NOTA 09- FCVS A RECEBER

Dos Contratos/créditos de propriedade da COHAB passíveis de cobertura do FCVS na ordem de 14.334, que foram liquidados em anos anteriores a 1998, cujos valores foram atualizados, até 01 de junho de 2007, estimados em um valor de R\$ 31.326.157,93 (trinta e um milhões, trezentos e vinte e seis mil, cento e cinquenta e sete reais, e noventa e três centavos), dos quais foram habilitados e novados 6.534 contratos, onde, obtivemos um crédito no valor de R\$ 27.476.467,75 (vinte e sete milhões, quatro e setenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), que foram utilizados para amortização da dívida da COHAB com a União, conforme os contratos firmados entre a União e a Companhia de Habitação do Ceará, abaixo discriminado:

CONTRATO	PROCESSO	DATA	VALOR	CRÉDITOS	TIPO
706/PGFN/CAF	00190.019609/2011-23	01/06/11	21.794.485,57	6.376	PRIMEIRA NOVAÇÃO
714/PGFN/CAF	17944.001538/2008-40	11/01/12	849.432,75		PRIMEIRA ASSUNÇÃO
824/PGFN/CAF	00190.015687/2010-78	10/02/13	4.316.710,33	158	SEGUNDA NOVAÇÃO
825/PGFN/CAF	17944.001541/2008-63	06/03/13	515.839,10		SEGUNDA ASSUNÇÃO
<b>TOTAL</b>			<b>27.476.467,75</b>	<b>6.534</b>	

## NOTA 10- AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2018, registramos na referida rubrica a importância de R\$ 64.244,86 (Sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), relativa a reversão de provisão de férias, e 6.817,96 (Seis mil, oitocentos e dezessete reais e noventa e seis centavos), referente a 13º salário. Os referidos valores foram registrados a Crédito, totalizando a importância de R\$ 71.062,82 (Setenta e um mil, sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos) menos o montante a Débito de R\$ 473,71 (Quatrocentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos) na rubrica 2.4.05.03(ajuste de exercícios anteriores), cuja movimentação de débitos e créditos, corresponde a R\$ 70.589,11 (Setenta mil, quinhentos e oitenta e nove reais e onze centavos), constante no QUADRO 4 item 2 do balanço findo em 31/12/2018.

## NOTA 11 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A COHAB-CEARÁ "Em Liquidação" adota o lucro real como regime de tributação para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social. Em virtude do resultado negativo do exercício de 2018, deixamos de constituir a provisão para Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, conforme Decreto nº 3000 de 26/03/1999 e IN nº 1515 de 24/11/2014.



## NOTA 12 – CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

CÓDIGO CONTÁBIL	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1.1	ATIVO CIRCULANTE	
	NO INÍCIO DO EXERCÍCIO/2018	2.198.157,34
	NO FINAL DO EXERCÍCIO/2018	1.817.040,67
	A - AUMENTO DO ATIVO CIRCULANTE	381.116,67
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	
	NO INÍCIO DO EXERCÍCIO/2018	13.573.293,41
	NO FINAL DO EXERCÍCIO/2018	2.863.900,86
	B - REDUÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE	10.709.392,55
	AUMENTO OU REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (A - B)	(10.328.275,88)

Registrou-se a Redução do Capital Circulante Líquido na importância de R\$ 10.328.275,88 (dez milhões, trezentos e vinte e oito mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) é resultante das alterações ocorridas no Ativo Circulante e Passivo Circulante, no exercício de 2018, conforme nota explicativa em epígrafe.

## NOTA 13 - ATIVO E PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Em conformidade com as práticas emanadas da Lei 11.638/07, que altera e introduz novos dispositivos à lei das sociedades por ações (lei nº 6404/76), elaboramos as demonstrações financeiras, onde destacamos para fins de publicação os grupos de contas não circulante, respectivamente Ativo e Passivo.

## NOTA 14 - PREJUÍZOS ACUMULADOS

Elaboramos o Demonstrativo de Prejuízos Acumulados no montante de R\$ 298.458.201,94 (Duzentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e um reais e noventa e quatro centavos) em conformidade com a Lei 11.638/07, a qual tornou extinta a Conta Lucros Acumulados, no nosso caso "Lucros ou Prejuízos Acumulados". A Lei 6.404 de 1976, parágrafo segundo, facultou a elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. O resultado negativo de R\$ 18.787.405,29 (Dezoito milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinco reais e vinte e nove centavos), fora acrescido com resultado negativo de exercícios anteriores.

## NOTA 15 - DEMONSTRAÇÕES ADVINDAS DA LEI 11.638/2007

Em 2018, elaboramos a DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa, por ser uma demonstração Contábil aplicada ao Setor Público, conforme Portaria STN 733/2014, de 26 de dezembro de 2014.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-POSIÇÃO 31/12/2018

1.FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTE NO INÍCIO DO PERÍODO		R\$ 875.846,91
1.1.06	Aluguéis	128.650,00
1.1.07	Outros Serviços Administrativos	123.687,21
1.1.08	Transferências do Estado p/Pagamento de Custeio	2.999.457,41
1.1.11	Receita de gestão Imobiliária	184.051,25
1.1.14	Juros de Títulos de Renda	38.471,85
<b>RECEBIMENTOS</b>		<b>3.474.317,72</b>
1.2.07	Serviço de Água e Esgoto	-5.012,36
1.2.08	Serviços de Energia Elétrica	-53.792,56
1.2.10	Locação de Veículo	-26.600,19
1.2.11	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	-13.884,24
1.2.12	Emolumentos e Despesas Cartorárias	-125.761,37
1.2.16	Estagiários e Monitores	-22.084,30
1.2.17	Seguros em Geral	-4.349,22
1.2.18	Pagamento Serviços Técnico Contratado	-3.650,30
1.2.19	Generos de Alimentação	-7.764,00
1.2.24	Material de Expediente	-12.470,50
1.2.26	Contribuição para o Pis	-20.993,88
1.2.27	Contribuição para o Financiamento Seguridade Social-cofins	-96.699,14
1.2.40	Desenvolvimento e Manutenção de Software	-188.613,79
1.2.41	Apoio Técnico e Operacional	-2.068.202,93
1.2.42	Pagamento de Serviços Técnicos Profissionais	-4.849,70
1.2.43	Vistoria, inspeção e Aferição	-1.658,80
1.2.48	Locação de software	-6.495,00
1.2.52	Imposto de Renda	-6.110,46
1.2.54	Cópias e reprodução de documentos	-5.884,93
1.2.55	Comunicação de dados	-11.691,37
1.2.56	Manutenção e Cons.de Maquinas e Equipamentos	-5.750,00
1.2.57	Gas e Outros Materiais Engarrafados	-1.610,00
1.2.59	Pagamento de Materiais de Consumo-Suprimentos de Fundos	-5.516,23
1.2.61	Outras Obrigações Tributárias e Contribuições Federais	-214.949,58
1.2.62	Serviços de Liquidação de Órgãos Públicos	-891.008,26
1.2.63	Pagamento de Outros Serviços de Terc.Pessoa Jurídica suprimento de fundos	-5.928,44
1.2.64	Serviço de Comunicação em Geral	-8.238,51
1.2.65	Serviços de Telecomunicações	-21.226,12
1.2.66	Pagamento de Serviços Judiciários	-98,28
1.2.67	Imposto sobre Operações Financeiras-IOF	-3,00
1.2.69	Outras Taxas Estaduais	-652,00
1.2.70	Taxas Federais	-42,00
1.2.74	Locação de Equipamentos de Processamento de Dados	-17.156,32
1.2.75	Honorários Advocaticios de Sucumbência	-700,00
1.2.76	Material de Limpeza e Produção de Higienização	-3.433,75
1.2.77	Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	-744,57
1.2.81	Outros Serviços de Tecnologia da Informação	-470,00
1.2.82	Aparelhos e Utensílios Domésticos	-8.867,01
1.2.83	Equipamento de processamento de dados	-1.518,00
<b>PAGAMENTOS</b>		<b>-3.874.481,11</b>
<b>TOTAL DO CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO</b>		<b>475.683,52</b>
<b>(+) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>		<b>400.163,39</b>

## a)CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários, investimento de curto prazo (aplicação financeira, a qual está sujeita a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

CONTA CONTÁBIL	DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
1.1.01	DISPONIBILIDADES	475.683,52	875.846,91
1.1.01.02.001	BANCOS CTA.MOVIMENTO	231,25	1.995,09
1.01.04	TIT.VINC.AO MERC.ABERTO	475.452,27	873.851,82
<b>TOTAL</b>		<b>475.683,52</b>	<b>875.846,91</b>



## NOTA 16 - ANALISANDO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA	CÁLCULO	ÍNDICE
Li=Disponibilidades/Passivo Circulante	0,17	0,17

a)O Índice de Liquidez Imediata mostra o quanto dispomos imediatamente para saldar dívidas de Curto Prazo. Mostra ainda, que para cada R\$ 1,00 (hum real) de dívida a Companhia dispõe de R\$ 0,17 (dezesete centavos) para saldar cada real de dívida de Curto Prazo.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA	CÁLCULO	ÍNDICE
Ls=AtivoCirculante-estoque/PassivoCirculante	0,63	0,63

b)Nem sempre o Índice de Liquidez Seca baixo é sintoma de Situação Financeira apertada. O referido índice tem como objetivo apresentar a capacidade de pagamento da Companhia no Curto Prazo sem considerar os estoques. A COHAB na data do balanço para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida de Curto Prazo tinha R\$ 0,63 (sessenta e três centavos) para saldar dívidas de Curto Prazo.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	CÁLCULO	ÍNDICE
Lg = Ativo Circulante + Realiz. a Longo Prazo / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	0,59	0,59

c)O Índice de Liquidez Geral para cada R\$ 1,00 (hum real) de dívida de Curto Prazo e Longo Prazo, demonstra que a Companhia tinha R\$ 0,59 (cinquenta e nove centavos) na data do balanço para saldar suas dívidas de Curto e Longo Prazo. Esse índice, como os demais, não deve ser visto isoladamente.

## NOTA 17 - RECEITAS FINANCEIRAS

Registramos no presente exercício a importância de R\$ 44.981,44 (Quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta centavos), conforme demonstrativo abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
JUROS CONTRATUAIS DE PRESTAÇÕES A RECEBER	3.389,12
JUROS DE MORA DE PRESTAÇÕES RECEBIDAS	8.933,89
VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVAS	285,69
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	32.372,74
<b>TOTAL</b>	<b>44.981,44</b>

INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS  
ANÁLISE DO BALANCETE MENSAL - DEZ/2018

## VALORES CONSTANTES NO BALANCETE -DEZEMBRO/2018

DISPONIBILIDADES	ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE	ESTOQUES	REALIZA LONGO PRAZO	EXIG.A LONGO PRAZO
475.683,52	1.817.040,67	2.863.900,86	13.494,25	398.247.292,88	669.566.046,76
ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA	CÁLCULO	ÍNDICE	INTERPRETAÇÃO		
Li=Disponibilidades / Passivo Circulante	0,17	0,17	O referido índice mostra o quanto a Companhia tinha imediatamente para saldar dívidas de Curto Prazo.. Mostra ainda, que para cada R\$ 1,00 de dívida a Companhia dispõe de R\$ 0,17 em 31/12/2018 para saldar cada real de dívida de Curto Prazo.		
ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA	CÁLCULO	ÍNDICE	INTERPRETAÇÃO		
Ls= Ativo Circulante-Estoque / Passivo Circulante	0,63	0,63	Nem sempre o índice de Liquidez Seca baixo é sintoma de Situação Financeira apertada. O referido índice tem como objetivo apresentar a capacidade de pagamento da Companhia no Curto Prazo sem considerar os estoques. A COHAB em 31/12/2018 tinha R\$ 0,63 para cada R\$ 1,00 de dívida de Curto Prazo .		
ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	CÁLCULO	ÍNDICE	INTERPRETAÇÃO		
Lg=Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo/ Passivo Circulante+ Exigível a Longo Prazo	0,59	0,59	Para cada R\$ 1,00 de dívida de Curto Prazo e Longo Prazo o índice demonstra que a Companhia tinha R\$ 0,59 em 31/12/2018 para saldar suas dívidas de Curto e Longo Prazo. Esse índice como os demais não deve ser visto isoladamente.		

Fortaleza, 31 de dezembro de 2018.

## SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS

**PORTARIA Nº021-A** - A SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o Presidente do CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO-CEDI-CE, **RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO**, a **viajar** à cidade de Jaguaribe, no período de 26 a 27.02.2019, a fim de participar da Conferência Municipal do Direito do Idoso, concedendo-lhe uma diária e meia, no valor unitário de R\$ 64,83 (Sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos), totalizando R\$ 97,25 (Noventa e sete reais e vinte e cinco centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea b, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, complementado pela Lei nº 14.210, de 25 de setembro de 2008, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS, em Fortaleza, 7 de fevereiro de 2019.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto

SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS

Republicado por incorreção.

\*\*\* \*\*

## 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº039/2018 IG Nº998766

## PROCESSO Nº01214025/2019

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS – SPS, ANTERIORMENTE, DENOMINADA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – STDS, doravante denominada CONTRATANTE, sob o CNPJ n.º 08.675.169/0001-53, com sede nesta Capital, na rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora e a empresa **SM CONSTRUÇÕES LTDA** - EPP, CNPJ nº 10.990.674/0001-34, com sede na Rua Osvaldo Cruz, nº 01, salas 606/607, bairro Meireles, CEP: 60.125-150, Fortaleza/CE, com a intervenção do DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA – DAE, inscrito no CNPJ nº 13.543.312/0001-93, com sede na Avenida Alberto Craveiro, 2775 – Castelão, Fortaleza-CE, RESOLVEM firmar o presente Termo, nos termos da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, acordando com o Processo nº 01214025/2019. OBJETO: O presente Termo Aditivo visa a **prorrogação da vigência do Contrato nº 039/2018**, o qual tem como objeto o serviço manutenção preventiva e corretiva das instalações físicas prediais e equipamentos públicos, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças de reposição para atender às necessidades do Programa Mais Infância nos municípios de Alto Santo, Aracati, Ararendá, Barro, Baturité, Guaraciaba do Norte, Iracema, Jati, Jaguaribara, Jaguaruana, Mauriti, Monsenhor Tabosa, Moraújo, Palmácia, Pedra Branca, Porteiras, Reriutaba, Russas e Tejuococa. PRAZO: A vigência do presente contrato será prorrogada por 12 (doze) meses, com início no dia 06 de abril de 2019 e término em 05 de abril de 2020. RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. FORO: Fortaleza/Ce. DATA E ASSINANTES: Fortaleza, 07 de março de 2019; Sandro Camilo Carvalho Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos, Savio Schuch Bandeira de Mello - SM Construções LTDA – EPP e Silvio Gentil Campos Júnior - Departamento de Arquitetura e Engenharia – DAE. SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS, em Fortaleza/Ce, 12 de março de 2019.

Teresa Cristina Brito da Rocha  
ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*



**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº022/2018  
PROCESSO Nº01881838/2019**

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS – SPS, doravante denominada CONTRATANTE, sob o CNPJ nº 08.675.169/0001-53, com sede nesta Capital, na Rua Soriano Albuquerque, nº 230 – Joaquim Távora e a empresa **SERVNAC FACILITES SERVICE E LOGÍSTICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.875.066/0001-89, com sede na Avenida Engenheiro Santana Júnior, nº 348, Bairro Vicente Pizon, CEP 60.181-206, Fortaleza-Ceará, têm entre si justa e acordada a celebração do presente termo aditivo, de acordo com o Processo nº 01881838/2019. OBJETO: O presente Termo Aditivo visa a **prorrogação da vigência do Contrato nº 022/2018**, o qual tem como objeto a Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades nas áreas de ASSEIO E CONSERVAÇÃO, MOTORISTA E INFORMÁTICA, da Casa da Mulher Brasileira de Fortaleza-Ceará. PRAZO: A vigência do presente contrato será prorrogada por 38 (trinta e oito) dias, com início no dia 06 de março de 2019 e término em 12 de abril de 2019. O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, desde que ocorra a renovação do Convênio – SICONV nº 823805/2015, pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. FORO: Fortaleza/Ce. DATA E ASSINANTES: Fortaleza, 01 de março de 2019; Sandro Camilo Carvalho - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos e Suzana Flor Ferreira - Servnac Facilites Service e Logística LTDA. SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS, em Fortaleza/Ce, 15 de março de 2019.

Teresa Cristina Brito da Rocha  
ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO  
Nº DO DOCUMENTO 013/2019 IG Nº998729**

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, por meio da SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS – SPS, localizada na Av. Soriano Albuquerque, nº 230, Bairro Joaquim Távora, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob nº 08.675.169/0001-53. CONTRATADA: **LAR ANTÔNIO DE PÁDUA**, inscrito no CNPJ sob o nº 07.325.673/0001-60, com sede na Rua Fernando Farias de Melo, nº 752, Vila Manoel Sátiro, Fortaleza-Ceará, CEP: 60.713-480. OBJETO: **Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada**, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades da área administrativa da Coordenadoria da Cidadania – COCID doravante pertencente à Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos, de acordo com a Dispensa de Licitação s/nº, e a proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento a Dispensa de Licitação s/nº, os preceitos do direito público, e no art. 24, inc. IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: Fortaleza/Ce. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 06 (seis) meses, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993. O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo ou condicionado à conclusão do processo licitatório em curso, por meio do VIPROC nº 02166997/2019, mediante aviso prévio da CONTRANTE à CONTRATADA. VALOR GLOBAL: R\$ 2.786.711,86 (dois milhões, setecentos e oitenta e seis mil, setecentos e onze reais e oitenta e seis centavos) pagos em DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 47100001.08.122.500.22268.03.339034.10000.0 47100001.08.122.500.22268.03.339037.10000.0. DATA DA ASSINATURA: Fortaleza, 11 de março de 2019. SIGNATÁRIOS: Sandro Camilo Carvalho - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos – SPS e Anália Bueno de Melo - Lar Antônio de Pádua.

Teresa Cristina Brito da Rocha  
ASSESSORIA JURÍDICA

**SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO**

**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº011/2017**

I - ESPÉCIE: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2017; II - CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SEAS, inscrita no CNPJ sob o nº 25.150.364/0001-89; III - ENDEREÇO: Av. Oliveira Paiva, nº 941, Bloco A, Cidade dos Funcionários, CEP: 60.822-130, Fortaleza/CE; IV - CONTRATADA: **FORTAL TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI**, com sede nesta Cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 15.792.363/0001-84; V - ENDEREÇO: Rua Pinho Pessoa, nº 1001, Joaquim Távora, CEP: 60135-170; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem como fundamento o artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993 com suas alterações, e nas orientações contidas no Parecer nº 237/2019-SEAS; VII - FORO: Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará; VIII - OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência do Contrato nº 011/2017** estabelecida na Cláusula Oitava do Contrato e aditivo; IX - VALOR GLOBAL: R\$ 6.392.757,96 (seis milhões, trezentos e noventa e dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos); X - DA VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 011/2017 por mais 12 (doze) meses, a contar de 08 de março de 2019 a 07 de março de 2020.; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 011/2017, não expressamente modificadas neste Instrumento.; XII - DATA: 1º de março de 2019; XIII - SIGNATÁRIOS: Cássio Silveira Franco - SUPERINTENDENTE DA SEAS e DIÓGENES CRUZ ROLIM ESMERALDO FORTAL TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI.

Analuia Macedo Trindade  
ASSESSORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº001/2018-SEAS**

CONCEDENTE: Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – Seas, CNPJ nº 25.150.364/0001-89. CONVENIENTE: **LIGA ESPORTIVA ARTE E CULTURAL BENEFICENTE - LEACB**, CNPJ nº 06.113.660/0001-65. OBJETO: O presente Aditivo tem por objeto a **alteração da CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Aditivo está baseada nos artigos nº 55 e nº 57 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, e no Processo Administrativo nº 01688833/2019. DA VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do Termo de Colaboração nº 001/2018 por mais 12 (doze) meses, a contar de 28 março de 2019 a 28 de março de 2020, ou até que seja realizada nova Chamada Pública. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 47100004.08.243.075.22959.03.335041.10000.0 – 12359. RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e disposições do Termo originário que não tenham sido modificados pelo presente Aditivo. DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2019. SIGNATÁRIOS: Cássio Silveira Franco – Superintendente do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo; Gabriela Paulino da Silva - Coordenadora Administrativo-Financeira/SEAS e Roberta de Araújo Chaves – Presidente da Liga Esportiva Arte e Cultural Beneficente – LEACB.

Analuia Macedo Trindade  
ASSESSORA JURÍDICA

**SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS**

**SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS**

**PORTARIA Nº026/2019** - O SUPERINTENDENTE DE OBRAS HIDRÁULICAS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de auxiliar nos estudos geofísicos e na construção de poços profundos, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea b, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SOHIDRA. SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS - SOHIDRA, em Fortaleza, 07 de março de 2019.

Yuri Castro de Oliveira  
SUPERINTENDENTE

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº026/2019, DE 07 DE MARÇO DE 2019

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			
						QUANT	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
José Alzenir de Vasconcelos	Auxiliar de Serviços Gerais	790.117-1.1	V	07 a 16 e 18 a 27/03/2019	Missão Velha	19,0	61,33		1.165,27
José Cláudio da Silva	Mecânico de Maquinas e Veículos	790.123-1.9	V	12 a 23 e 25 a 30/03/2019	Carriaguê e outros	18,0	61,33		1.103,94
<b>TOTAL</b>									<b>2.269,31</b>



## SECRETARIA DA SAÚDE

## EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº534/2013

I - ESPÉCIE: Doc. nº 201/2019 - 16º Termo Aditivo ao Contrato nº 534/2013; II - CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará; III - ENDEREÇO: Av. Almirante Barroso nº 600, Praia de Iracema, Fortaleza/CE; IV - CONTRATADA: EMPRESA **EUROSERV BUSINESS & NEGÓCIOS TERCEIRIZADOS EIRELI**; V - ENDEREÇO: Av. Antônio Sales, nº 2255, Salas 106/107, Dionísio Torres, Fortaleza/CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 65, II, alínea "d" e §5º; art. 58, inciso I e art. 54, todos da Lei Federal nº 8.666/1993; VII - FORO: Fortaleza/CE; VIII - OBJETO: **Revisão do Contrato nº 534/2013**, haja vista a superveniência da Lei Federal nº 13.467/2017, bem como a homologação da Convenção Coletiva de Trabalho 2018 (CE 000321/2018). O valor mensal do contrato após a revisão contratual, já atualizada com a Convenção Coletiva de Trabalho 2018 (CE 000321/2018), passa de R\$ 1.031.240,04 (hum milhão, trinta e um mil, duzentos e quarenta reais e quatro centavos) para R\$ 1.051.340,55 (hum milhão, cinquenta e um mil, trezentos e quarenta reais e cinquenta e cinco centavos), passando o valor anual de R\$ 12.374.880,48 (doze milhões, trezentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos) para R\$ 12.616.086,60 (doze milhões, seiscentos e dezesseis mil, oitenta e seis reais e sessenta centavos). O valor total a ser restituído à Contratada corresponde a R\$ 221.728,50 (duzentos e vinte e um mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos), em virtude das alterações introduzidas pela Lei Federal nº 13.467/2017, a partir do dia 11 de novembro de 2017.; IX - VALOR GLOBAL: R\$ 322.231,05 (Trezentos e vinte e dois mil, duzentos e trinta e cinco centavos); X - DA VIGÊNCIA: A partir da data da sua assinatura, com efeitos retroativos a 11 de novembro de 2017; XI - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, que não foram expressamente modificadas, continuarão em pleno vigor; XII - DATA: 14/03/2019; XIII - SIGNATÁRIOS: João Marcos Maia e Pedro Tiago Ramalho de Lemos.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

## EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº10/2016

I - ESPÉCIE: Doc. nº 187/2019 - 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2016; II - CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará; III - ENDEREÇO: Av. Almirante Barroso nº 600, Praia de Iracema, Fortaleza/CE; IV - CONTRATADA: EMPRESA **INSTITUTO COMPARTILHA - SAMEAC**; V - ENDEREÇO: Av. Senador Virgílio Távora, nº 1.500, sala 02, Aldeota, Fortaleza/CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, no Acórdão 1563/2004 -TCU e Parecer nº 696/2008 da PGE/CE; VII - FORO: Fortaleza/CE; VIII - OBJETO: Prorrogar por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 07 de março de 2019, o Contrato Nº10/2016, que visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados são regidos pela CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, para atender as necessidades da SESA e de suas Unidades vinculadas à saúde na categoria de motorista. Parágrafo Único - Importa o valor mensal do presente Termo Aditivo, em R\$ 465.269,38 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e trinta e oito centavos), totalizando para o período supra, na quantia de R\$ 5.583.232,56 (Cinco milhões, quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos); IX - VALOR GLOBAL: R\$ 5.583.232,56 (Cinco milhões, quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos); X - DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir do dia 07 de março de 2019; XI - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará; XII - DATA: 06/03/2019; XIII - SIGNATÁRIOS: João Marcos Maia e Maria Heleni Lima da Rocha.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

## EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº120/2018

I - ESPÉCIE: Doc. nº 06/2019 - 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 120/2018; II - CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará; III - ENDEREÇO: Av. Almirante Barroso nº 600, Praia de Iracema, Fortaleza/CE; IV - CONTRATADA: EMPRESA **MR HOSPITALAR COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - EPP**; V - ENDEREÇO: Rua Silva Paulet, 769, sala 315- Meireles, Fortaleza/CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso I, § 1º do art. 57, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações; VII - FORO: Fortaleza/CE; VIII - OBJETO: **Prorrogar** por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 02 de março de 2019, o **Contrato Nº0120/2018**, para o cumprimento de seu objeto: a aquisição de material médico hospitalar (Bolsa coletora para ostomia), para o GT Social/SESA, considerando a existência de saldo contratual; IX - VALOR GLOBAL: O MESMO; X - DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir do dia 02 de março de 2019; XI - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará.; XII - DATA: 22/02/2019; XIII - SIGNATÁRIOS: João Marcos Maia e Jerônimo Augusto do Monte Rosado.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

## EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº279/2018

I - ESPÉCIE: Doc. nº 58/2019 - 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 279/2018; II - CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará; III - ENDEREÇO: Av. Almirante Barroso nº 600, Praia de Iracema, Fortaleza/CE; IV - CONTRATADA: EMPRESA **GARRA**

**SC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME**; V - ENDEREÇO: Rua Cinco de Novembro nº 07 - Térreo A, Kobrasol - São José - SC; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso I, § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações; VII - FORO: Fortaleza/CE; VIII - OBJETO: **Prorrogar** por 06 (seis) meses, a partir do dia 22 de março de 2019, o **Contrato Nº279/2018**, cujo objeto é a aquisição de um SISTEMA IT MÉDICO, considerando a existência de saldo contratual.; IX - VALOR GLOBAL: O MESMO; X - DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a partir do dia 22 de março de 2019; XI - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará.; XII - DATA: 22/02/2019; XIII - SIGNATÁRIOS: João Marcos Maia e Eric Alves de Oliveira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

## EXTRATO DO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº005/2018

I - ESPÉCIE: Doc. Nº03/2019 - 1º Aditivo ao Termo de Colaboração Nº005/2018, celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e a **ASSOCIAÇÃO SOBRALENSE DAS TRABALHADORAS DO SEXO - ASTRAS**; II - OBJETO: **Prorrogar** por mais 120 (cento e vinte dias) dias, a partir do dia 02 de fevereiro de 2019 o Termo de Colaboração nº 005/2018, para o cumprimento de seu objeto: apoio financeiro para realização de ações de prevenção as IST/HIV/Aids e de promoção humana para os(as) trabalhadores(as) do sexo do município de Sobral, de acordo com as especificações do Plano de Trabalho; III - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do Termo de Ajuste ora aditado, continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará; IV - DATA E ASSINANTES: 01/02/2019 - João Marcos Maia e Joélia Silva Cavalcante.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

## EXTRATO DO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº010/2018

I - ESPÉCIE: Doc. Nº01/2019 - 1º Aditivo ao Termo de Fomento Nº010/2018, celebrado entre O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e a **SOCIEDADE DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE QUIXERAMOBIM / SPAMI**; II - OBJETO: **Alterar o plano de trabalho, sem alteração de valor**, do Termo de Fomento Nº10/2018, que tem por objeto o apoio financeiro para aquisição de 01 (uma) ambulância, equipamentos hospitalares e 01 (uma) moto para a SOCIEDADE DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE QUIXERAMOBIM / SPAMI, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme Plano de Trabalho; III - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do Termo ora aditado, continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará; IV - DATA E ASSINANTES: 01/03/2019 - João Marcos Maia e Leina Mércia de Oliveira Vasconcelos;

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº276/2018

I - ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará; II - EMPRESAS FORNECEDORAS: DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A, LAF MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - EPP, E.C DOS SANTOS COMERCIAL EIRELI EPP, NUVEV COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA, HP DE VASCONCELOS ME e PROHOSPITAL COMERCIO HOLANDA LTDA; II - OBJETO: O **Registro de Preço, visando futuras e eventuais aquisições de MATERIAL ODONTOLÓGICO**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I - Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº 1109/2018 - SESA/NUPLAC, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 8858480/2017. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições; IV - EMPRESA E ITENS: EMPRESA DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A; ITEM: 01; MATERIAL: CERA ODONTOLÓGICA, ROSA Nº7, EM PLACAS MACIAS E FLEXÍVEIS, PESO LÍQUIDO 225G (+/- 5G), PARAFINA, CERA DE CARNAÚBA, CORANTES ARTIFICIAIS - UNIDADE = CAIXA - 18 UNIDADES; UNID: UND: QUANT: 1.062; VALOR UNITÁRIO: R\$ 9,3800; ITEM: 03; MATERIAL: PAPEL CARBONO DUPLA FACE (AZUL E VERMELHO) ARTICULAÇÃO - FORMA DE FORNECIMENTO - EMBALAGEM - 12 - UNIDADES; UNID: UNID. QUANT: 20.550; VALOR UNITÁRIO: R\$ 2,5200; ITEM: 10; MATERIAL: CATALISADOR GEL EM SILICONE PARA CONFECÇÃO DE MURALHAS PROTÉTICAS E Prensagem PRÓTESES ACRÍLICA TUBO CATALISADOR DE 60 ML TUBO - UNIDADE - UNIDADE UNID: UNID: QUANT: 305; VALOR UNITÁRIO: R\$ 39,8900; ITEM: 11; MATERIAL: BABADOR IMPERMEÁVEL





DESCARTÁVEL USO ODONTOLÓGICO – CAIXA – 100 UNIDADES; UNID: CAIXA; QUANT: 4.765; VALOR UNITÁRIO: R\$ 6,8200; ITEM: 12; MATERIAL: BASTÃO BRILHO EM PRÓTESE DENTÁRIA COMPOSIÇÃO: DIÓXIDO DE SILÍCIO E CERAS ARTIFICIAIS, BASTÃO DE 150G – UNIDADE – 1 – UNIDADE; UNID: UND; QUANT: 405; VALOR UNITÁRIO: R\$ 22,5400; ITEM: 13; MATERIAL: APLICADOR DESCARTÁVEL PARA PRIMER EM POLIPROPILENO E FIBRAS DE NYLON, POSSUIR HASTE DOBRÁVEL PARA APLICAR QUANTIDADES PEQUENAS, EQUIVALENTE A 1/8 DE 1 GOTTA Nº1 – CAIXA – 100 – UNIDADES; UNID: CAIXA; QUANT: 8.300; VALOR UNITÁRIO: R\$ 6,600; ITEM: 14; MATERIAL: TIRA ODONTOLÓGICA PARA ACABAMENTO DE AMÁLGAMA 4MM – PACOTE 12 UNIDADES – PACOTE – 1 – UNIDADE; UNID: UND; QUANT: 2.462; VALOR UNITÁRIO: R\$ 4,1900; ITEM: 15; MATERIAL: TIRA ODONTOLÓGICA PARA RESTAURAÇÕES EM RESINA, POLIÉSTER – CAIXA 50 UNIDADES – CAIXA – 1 – UNIDADE; UNID: CAIXA; QUANT: 900; VALOR UNITÁRIO: R\$ 1,1000; ITEM: 16; MATERIAL: LIMALHA AMÁLGAMA EM CÁPSULA, CAIXA COM 50 GRAMAS – UNIDADE – CAIXA; UNID: CAIXA; QUANT: 900; VALOR UNITÁRIO: R\$ 58,1800; ITEM: 17; MATERIAL: LIXA DE POLIMENTO E ACABAMENTO DENTAL, GRANULAÇÃO MÉDIA/FINA, COM CENTRO NEUTRO IMPERMEÁVEL, COMPOSIÇÃO DORSO DE POLIÉSTER, COBERTO COM ABRASIVO DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO, DISPERSO EM RESINA, CAIXA 150 LIXAS 4 MM X 170 MM. - CAIXA – 1 – UNIDADE; UNID: CAIXA; QUANT: 1.550; VALOR UNITÁRIO: R\$ 5,6900; EMPRESA LAF MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – EPP; ITEM: 02; MATERIAL: CERA ODONTOLÓGICA, UTILIDADE EM PLACAS PESO LÍQUIDO 225G (+/- 5G) - CAIXA 5 LAMINAS – CAIXA – 1 – UNIDADE; UNID: UND; QUANT: 995; VALOR UNITÁRIO: R\$ 10,1200; EMPRESA E.C DOS SANTOS COMERCIAL – EIRELI – EPP; ITEM: 04; MATERIAL: GESSO COMUM, - EMBALAGEM – 1 – QUILOGRAMA; UNID: KG; QUANT: 2.050; VALOR UNITÁRIO: R\$ 3,4800; EMPRESA NUVEX COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA; ITEM: 05; MATERIAL: GESSO ESPECIAL TIPO V EXTRA DURO EXPANSÃO MODIFICADA SEM CHEIRO OU SABOR – EMBALAGEM – 1 – QUILOGRAMA; UNID: KG; QUANT: 3.145; VALOR UNITÁRIO: R\$ 20,6400; EMPRESA HP DE VASCONCELOS ME; ITEM: 6; MATERIAL: GESSO PEDRA, - EMBALAGEM – 1 – QUILOGRAMA; UNID: KG; QUANT: 2.410; VALOR UNITÁRIO: R\$ 4,8500; ITEM: 7; MATERIAL: GESSO RESINOSO TIPO IV COM MAIOR LISURA PARA TROQUEIS TRABALHOS EM LIGAS METÁLICAS NOBRES E CERÂMICA PURA, NA VERSÃO BRANCA – EMBALAGEM – 1 QUILOGRAMA; UNID: KG; QUANT: 1.480; VALOR UNITÁRIO: R\$ 28,1000; ITEM: 8; MATERIAL: GESSO TIPO IV DE BAIXA EXPANSÃO MICROGRANULADO PARA TROQUEIS TRABALHOS EM LIGAS METÁLICAS NOBRES E CERÂMICA PURA, NAS VERSÕES SALMÃO E VERDE – EMBALAGEM – 1 – QUILOGRAMA; UNID: KG; QUANT: 3.310; VALOR UNITÁRIO: R\$ 12,5100; EMPRESA PROHOSPITAL COMERCIO HOLANDA LTDA; ITEM: 9; MATERIAL: ZETALABOR SILICONE, CONFEÇÃO DE MURALHAS PROTÉTICAS E PENSAGEM DE PRÓTESES ACRÍLICAS – UNIDADE = POTE COM 900 GRAMAS; UNID: UND; QUANT: 240; VALOR UNITÁRIO: R\$ 77,2900; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº1109/2018; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 12/03/2019; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA; Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**Nº DO DOCUMENTO 0027/2019**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: EMPRESA **CONFIANÇA MEDICAL PRODUTOS MÉDICOS LTDA**. OBJETO: **Equipamentos, para atender as necessidades do Serviço do hospital Geral de Fortaleza-HGF/SESA**, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA na condição de carona do Pregão Eletrônico nº 33/2016, Ata de Registro de Preços nº IV/2017, vigente para a SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO DE PIAUÍ, parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Edital do Pregão Eletrônico nº 33/2016, Ata de Registro de Preços nº IV/2017, vigente para a SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO DE PIAUÍ e seus anexos e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, Lei Federal 10.520/2002 e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses contados a partir da sua publicação. VALOR GLOBAL: R\$ 233.333,00 (Duzentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais) pagos em PARCELAS MENSIS DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 7275.24200804.10.302.057.18138.03.44905200.2.91.00.1.40. DATA DA ASSINATURA: 11/02/2019 SIGNATÁRIOS: João Marcos Maia e Cristiano Mendes Brega

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**Nº DO DOCUMENTO 240/2019**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: EMPRESA **SELLENE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**. OBJETO: **Aquisição de reagentes e insumos de laboratório** para Centro de Referência Nacional em Dermatologia Sanitária Dona Libânia – CDERM/SESA, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA fornecerá o item 5, conforme descrição e quantitativos contido no contrato. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 1329/2017 Ata de Registro de Preço nº 166/2018, e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 190 (cento e noventa) dias, contados a partir da sua publicação. VALOR GLOBAL: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200374.10.302.057.22424.03.33903000.2.91.00.1.30. DATA DA ASSINATURA: 08/03/2019 SIGNATÁRIOS: João Marcos Maia e Raimundo Batista da Costa

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**Nº DO DOCUMENTO 241/2019**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: EMPRESA **INSTITUTO DA PRIMEIRA INFANCIA - IPREDE**. OBJETO: **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NOS EXAMES LABORATORIAIS**, para atender as Unidades Hospitalares da Rede SESA de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Edital do Pregão Eletrônico - PE nº 0496/2017, Saldo da Ata de Registro de Preços nº 88/2018 e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993 e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$ 1.952.570,75 (Hum Milhão, Novecentos e Cinquenta e Dois Reais e Setenta e Cinco Centavos) pagos em PARCELAS MENSIS DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200224.10.302.057.22424.03.339039.29100.1. DATA DA ASSINATURA: 28/02/2019 SIGNATÁRIOS: João Marcos Maia e Francisco Sulivan Bastos Mota

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

**ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA**

**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº02/2017**

I - ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2017; II - CONTRATANTE: ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 73.695.868/0001-27; III - ENDEREÇO: Av. Antônio Justa, 3161, Meireles, Fortaleza/CE; IV - CONTRATADA: EMPRESA **HC EVENTOS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.063.044/0001-02; V - ENDEREÇO: Rua Sapicua, 639, casa 08, Lagoa Redonda, Fortaleza/CE, CEP: 60.832-160; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Nos termos do Art. 57, II, da Lei nº 8.666 de 1993 e alterações e Cláusula Oitava do Contrato em epígrafe; VII - FORO: Fortaleza/Ce; VIII - OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar** a vigência do **Contrato nº 02/2017** por 12 (doze) meses, a partir do dia 17/03/2019, o qual visa serviço de suporte logístico (espaço físico equipado, alimentação, passagem aérea, terrestre e hospedagem) para realização de eventos – Lote 1 (Fortaleza e Região Metropolitana); IX - VALOR GLOBAL: XXXXXXXXXXXXX; X - DA VIGÊNCIA: 12(doze) meses.; XI - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará.; XII - DATA: 12/03/2019; XIII - SIGNATÁRIOS: SALUSTIANO GOMES DE PINHO PESSOA-CONTRATANTE e HORLEANS ROSA COSTA - CONTRATADA.

Germana Glória de Castro Portela e Silva  
PROCURADORA JURÍDICA

## SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

## POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

## EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº1052892/2018

I - ESPÉCIE: Primeiro termo de Aditamento ao Contrato nº 1052892/2018; II - CONTRATANTE: Polícia Militar do Ceará, CNPJ nº 01.790.944/0001-72; III - ENDEREÇO: Av. Aguanambi, 2280, Bairro de Fátima, Fortaleza-CE; IV - CONTRATADA: Empresa **TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A.**, CNPJ 03.506.307/0001-57; V - ENDEREÇO: Rua Machado de Assis, 50, prédio 2 – Bairro Santa Lúcia, Campo Bom-RS; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: § 1º do Art. 65, da Lei 8.666/93; VII - FORO: Comarca de Fortaleza-CE; VIII - OBJETO: **Majoração** do valor inicial do **Contrato nº 1052892/2018-PMCE**, em 25%, que corresponde ao valor de R\$ 2.971.659,50, alterando o valor global atual de R\$ 11.886.638,00, para o valor de R\$ 14.858.297,50, conforme reza a legislação vigente, a partir da respectiva publicação em Diário Oficial do Estado; IX - VALOR GLOBAL: R\$ 14.858.297,50 (quatorze milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos); ; X - DA VIGÊNCIA: A partir da data de publicação deste extrato do Termo de Aditamento no DOE; XI - DA RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do referido contrato permanecem inalteradas; XII - DATA: 13 de março de 2019; XIII - SIGNATÁRIOS: Ilmo. Sr. Alexandre Ávila de Vasconcelos, Coronel Comandante Geral da Polícia Militar do Ceará e os Srs. Luciano Rodrigo Weiland e Diego da Silva Gonçalves, Representantes da Contratada.

Antonio Lincoln Araujo Batista – CAP. PM  
ORIENTADOR DA CÉLULA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

## ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

**PORTARIA Nº167/2019 – DG/AESP/CE - O DIRETOR-GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no que lhe confere o art. 6º da Lei nº. 14.629, de 26 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado em 11 de março de 2010 e o Decreto nº. 32.086 de 11 de novembro de 2016; CONSIDERANDO que compete à Academia Estadual de Segurança Pública - AESP/CE, Órgão vinculado à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS/CE, realizar, direta ou indiretamente, mediante convênio ou contrato, a unificação e execução, com exclusividade, das atividades de ensino das instituições que compõem o sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Estado; CONSIDERANDO a publicação de matrículas homologadas conforme Edital nº 61 – SSPDS/AESP – 1º Tenente PMCE, de 29 de janeiro de 2019; CONSIDERANDO a não apresentação para o curso e conseqüentemente a não obtenção do índice mínimo de frequência conforme informações acostadas ao processo VIPROC nº 01639093/2019 e em conformidade com o item I do Art. 38 da Instrução Normativa nº 001/2017 – DG/AESP/CE publicada em DOE nº 065, de 04 de abril de 2017; RESOLVE: **Desligar, LEANDRO GOMES PIRES**, Insc. 10003950, do Curso de Formação Profissional para a Carreira de Oficiais Policiais Militares – Turma 02, regido pelo Edital nº 01 – SSPDS/AESP – 1º Ten PMCE, de 18 de novembro de 2013, conforme o item I do Art. 38 da Instrução Normativa nº 001/2017 – DG/AESP/CE publicada em DOE nº 065, de 04 de abril de 2017. Fortaleza-CE, 11 de março de 2019.

Juarez Gomes Nunes Júnior  
DIRETOR GERAL

\*\*\* \*\*

## EXTRATO DA NOTA DE INSTRUÇÃO Nº1/2019-CEPRAE/COENI/AESP

1. Referência: Nota de Instrução Nº 1/2019-CEPRAE/COENI/AESP, datada de 06 de março de 2019 - prova prática da disciplina de “DEFESA PESSOAL I”, de caráter eliminatório e classificatório, do Curso de Formação Profissional para Carreira de Oficiais Policiais Militares - CFPCO PM - Turma II, grupos 07 a 14, regido pelo Edital de Concurso Público N.º 01/2013 - SSPDS/AESP - 1º TENENTE PMCE, de 18/11/2013, publicado no DOE/CE Nº 216, de 18/11/2013, regulamentado pelo PAE N.º 102/2018 - COENI/DG/AESP, ora em funcionamento na AESP/CE. 2. Objetivo: **Regular as ações a serem desenvolvidas por ocasião da avaliação do desempenho operacional**, bem como a capacidade de aprendizado dos discentes do Curso de Formação Profissional para Carreira de Oficiais Policiais Militares - CFPCO PM - Turma II, grupos 07 a 14, ao término da disciplina de “DEFESA PESSOAL I”, de caráter eliminatório e classificatório, consoante os parâmetros de performances e condições mínimas a serem alcançadas pelos discentes do curso em epígrafe. 3. Curso: Curso de Formação Profissional para Carreira de Oficiais Policiais Militares - CFPCO PM - Turma II. 4. INSTRUTORES/PROFESSORES (AVALIADORES):

AVALIADORES / CONTATO	LOCAL
JOSÉ ORIANO GOMES - CEL/PM/RR / 9.9935-0158/3290-4861	
ADRIANIZIO PAULO DE OLIVERIA ALVES - MAJ/PM / 9.9193-2090	
WAGNER NUNES VASCONCELOS - MAJ/PM / 9.8662-2928	
LUIZ ANDRÉ DE OLIVEIRA CORDEIRO - CAP/PM / 9.8772-4622	
HELDER DEDÉ DE SOUSA - TEN/PM / 9.8702-9796	AESP/CE
NELSON CANITO PIMENTEL JÚNIOR - DPC / 9.9641-9277	
ALCEU HENRIQUE TEIXEIRA VIANA - DPC / 9.8805-3119	
JOAQUIM DE FREITAS SILVA - IPC / 9.8994-5012	

5. Veículos/transporte/apoio: Não haverá a necessidade de veículos/transportes, ficando o apoio a cargo dos respectivos coordenadores e monitores, os quais irão possibilitar todos os recursos materiais e humanos necessários à realização das tarefas. 6. Quantidade de alunos: Todos os candidatos do Curso de Formação Profissional para Carreira de Oficiais Policiais Militares - CFPCO PM - Turma II, ora em funcionamento na AESP/CE, Grupos 07 a 14, totalizando 287 (duzentos e oitenta e sete) candidatos. 7. Equipamento: 7.1 128 (cento e vinte e oito) peças de EVA (tatame), a cargo da AESP/CE; 7.2 08 (oito) simulacros de pistola e 08 (oito) armas longas, no entanto, na falta destas, 08 (oito) tonfas, a fim de substituir as armas longas, a cargo da AESP/CE. 8. Procedimentos: 8.1 Na aplicação da prova prática de Defesa Pessoal I serão cobrados os seguintes procedimentos: a) Educativos de quedas (rolamentos): queda lateral ou queda para trás sentado; b) Levantada tática; c) Rolamento com arma curta; d) Rolamento com arma longa; e) Técnicas de projeções: sobre o ombro, com gancho no pescoço, com gancho na perna, agarrando as pernas, com gancho no pescoço e apoio de perna lateral; f) Técnicas de estrangulamento: mata-leão; g) Técnicas de estrangulamento: gravata; h) Técnicas de chave de braço: I ou II; i) Técnicas de chave de braço: III ou IV; j) Torção de punho. 9. Execução: 9.1 LOCAL / DATA / HORÁRIO / GRUPOS:

LOCAL	DATA	HORÁRIO	GRUPOS
AESP	09/03/2019	08h00min às 12h00min	07 a 10
AESP	09/03/2019	14h00min às 18h00min	11 a 14

9.2 UNIFORME 9.2.1 INSTRUTORES: O padrão de Defesa Pessoal da AESP/CE (calça branca e camisa preta com identificação); 9.2.2 DISCENTES: O de Educação Física padrão do curso, utilizado durante as aulas práticas de Defesa Pessoal I, consoante a Portaria nº 2.110/2013-GS. 9.3 DA PROVA PRÁTICA DA DISCIPLINA DE “DEFESA PESSOAL I”: 9.3.1 A prova prática da disciplina de Defesa Pessoal I, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os candidatos do Curso de Formação Profissional para Carreira de Oficiais Policiais Militares - CFPCO PM - Turma II, e visa aferir a capacidade técnica de aprendizado dos alunos ao final da disciplina; 9.3.1.1 A prova prática da disciplina de Defesa Pessoal I, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada em data posterior ao final da disciplina, conforme Quadro de Trabalho Semanal (QTS) dos grupos, por banca avaliadora composta por 8 (oito) avaliadores. 9.3.2 Na prova prática da disciplina de Defesa Pessoal I, os candidatos serão avaliados em duplas, sendo um por vez. Caso haja dúvida na execução da técnica, os avaliadores poderão solicitar que o candidato repita a execução. Serão observados desde a preparação, a execução e a finalização da técnica solicitada; 9.3.2.1 Só terá acesso ao local da avaliação, a dupla que será avaliada. Os demais candidatos ficarão aguardando fora do local, o chamado por parte dos avaliadores da prova prática da disciplina de Defesa Pessoal I. 9.3.3 A prova valerá no cômputo geral 10,00 (dez) pontos; 9.3.3.1 O candidato deverá obter no mínimo 7,00 (sete) pontos na prova prática de Defesa Pessoal I. 9.3.4 A prova será composta de 10 quesitos, todos de conteúdos práticos, que avaliará a aprendizagem e os conhecimentos técnicos adquiridos pelos candidatos nos ensinamentos da disciplina. Cada quesito será avaliado de 0,0 (zero) a 1,00 (um) ponto; 9.3.5 A prova valerá no cômputo geral 10 (dez) pontos, de acordo com os resultados obtidos. A nota final será obtida pelo somatório das notas recebidas nos 10 (dez) quesitos; 9.4 A CEPRAE, com o apoio e supervisão direta do NUF, coordenará todas as ações para realização da prova prática; 9.5 Os avaliadores deverão orientar os candidatos quanto à forma de execução dos exercícios para que não haja dúvidas na execução; 9.6 Ao final de cada avaliação individual, deverá ser preenchida a ficha com os resultados a qual deverá ser assinada pelo(s) avaliador(es) e pelo próprio candidato, de acordo com modelo do anexo; 9.7 Os monitores deverão entregar as fichas preenchidas com os nomes dos candidatos para o Instrutor Chefe da Avaliação, conforme o modelo anexo. Após a avaliação, o monitor da turma deverá receber as fichas e encaminhá-las para a CEPRAE, para os devidos fins; 9.8 Os instrutores avaliadores deverão ter os cuidados necessários, procurando agir sempre com prudência e cautela necessárias, primando pela segurança dos alunos; 9.9 O candidato que não estiver em condições de realizar a prova prática deverá apresentar laudo médico (atestado), especificando o motivo, bem como, requerer a realização da referida prova prática oportunamente, em data a ser fixada pela AESP/CE; 9.10 O candidato deverá comparecer



na data, horário e local especificado com o uniforme previsto; 9.11 O candidato que obtiver média inferior a 7,00 (sete) na prova prática de Defesa Pessoal I terá resultado não satisfatório e realizará uma segunda tentativa em data a ser estabelecida pela AESPICE; 9.12 Será reprovado na prova prática de Defesa Pessoal I do Curso de Formação Profissional e consequentemente eliminado do concurso público, após a segunda tentativa e julgamento do seu recurso, o candidato que obtiver nota inferior a 7,00 (sete) pontos; 9.13 O resultado preliminar da prova prática de Defesa Pessoal I será publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará e divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.ibade.org.br, na data provável de 20 de março de 2019; 9.14 O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado preliminar da prova prática de Defesa Pessoal I disporá de dois dias úteis após a divulgação oficial do resultado para fazê-lo; 9.15 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Ensino e Instrução - COENI, em conjunto com a Direção Geral da AESPICE.

## ANEXO

CURSO: CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA CARREIRA DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR - CFPCO/PM - TURMA II.

CANDIDATO: \_\_\_\_\_

INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_ GRUPO: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

FICHA DE AVALIAÇÃO PRÁTICA DA DISCIPLINA DE DEFESA PESSOAL I  
QUESITOS

ORD.	DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS	PONTUAÇÃO
01	Educativos de quedas (rolamentos): queda lateral ou queda para trás sentado	
02	Levantada tática	
03	Rolamento com arma curta	
04	Rolamento com arma longa	
05	Técnicas de projeções: sobre o ombro, com gancho no pescoço, com gancho na perna, agarrando as pernas, com gancho no pescoço e apoio de perna lateral	
06	Técnicas de estrangulamento: mata-leão	
07	Técnicas de estrangulamento: gravata	
08	Técnicas de chave de braço: I ou II	
09	Técnicas de chave de braço: III ou IV	
10	Torção de punho	

## NOTA FINAL

## QUESITOS:

a) Execução correta - 1,00 ponto; b) Execução parcialmente correta - 0,50 ponto; c) Execução incorreta - 0,00 (zero) ponto. Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

ASSINATURA DO 1º AVALIADOR

ASSINATURA DO 2º AVALIADOR

ASSINATURA DO ALUNO

Fortaleza-CE, 06 de março de 2019.

Juarez Gomes Nunes Júnior  
DIRETOR GERAL

## PODER LEGISLATIVO

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

## ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0215/2019

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do § 1º do art. 24 da Resolução Nº. 389, de 11.12.1996 (Regimento Interno), e tendo em vista o que consta do Processo nº 07642/2018, protocolado em 18 de dezembro de 2018; CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do art. 132 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974; CONSIDERANDO o disposto nos termos dos arts. 34 e 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014; RESOLVE: Art. 1º. **Designar** o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único deste Ato, para o exercício das funções de magistério na categoria de professor no curso coordenado pelo Departamento de Línguas da Escola Superior do Parlamento Cearense (Unipace) deste Poder, sendo concedida pelo exercício dessa função) a gratificação prevista no(s) inciso(s) I a IV do art. 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014. Art. 2º. O pagamento da(s) gratificação(ões) a que se refere(m) o art. 1º deste Ato está vinculado à comprovação da realização do(s) respectivo(s) curso(s)/treinamento(s), mediante a apresentação da(s) frequência(s) pela área responsável. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao(s) 12 dia(s) do mês de fevereiro do ano de 2019.

Deputado José Sarto  
PRESIDENTE

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0215/2019

MAT.	NOME	CARGO/ FUNÇÃO	TITULAÇÃO	CURSO/TREINAMENTO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA HORA/AULA	VALOR TOTAL
000879	JOSÉ HUGO COSTA MARTINS	TÉCNICO LEGISLATIVO	MESTRE	CURSO DE LÍNGUAS – INGLÊS (SEMESTRE X, Gramática II e Conversação)	FEVEREIRO/2019	36h/a	RS60,00	RS2.160,00

\*\*\* \*\*

## ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0216/2019

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do § 1º do art. 24 da Resolução Nº. 389, de 11.12.1996 (Regimento Interno), e tendo em vista o que consta do Processo nº 07643/2018, protocolado em 18 de dezembro de 2018; CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do art. 132 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974; CONSIDERANDO o disposto nos termos dos arts. 34 e 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014; RESOLVE: Art. 1º. **Designar** o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único deste Ato, para o exercício das funções de magistério na categoria de professor no curso coordenado pelo Departamento de Línguas da Escola Superior do Parlamento Cearense (Unipace) deste Poder, sendo concedida pelo exercício dessa função) a gratificação prevista no(s) inciso(s) I a IV do art. 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014. Art. 2º. O pagamento da(s) gratificação(ões) a que se refere(m) o art. 1º deste Ato está vinculado à comprovação da realização do(s) respectivo(s) curso(s)/treinamento(s), mediante a apresentação da(s) frequência(s) pela área responsável. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao(s) 12 dia(s) do mês de fevereiro do ano de 2019.

Deputado José Sarto  
PRESIDENTE

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0216/2019

MAT.	NOME	CARGO/ FUNÇÃO	TITULAÇÃO	CURSO/TREINAMENTO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA HORA/AULA	VALOR TOTAL
000690	FRANCISCO SÁVIO BOTELHO OLIVEIRA	TÉCNICO LEGISLATIVO	ESPECIALISTA	CURSO DE LÍNGUAS – INGLÊS (SEMESTRES IV, V, VI e IX)	FEVEREIRO/2019	48h/a	RS50,00	RS2.400,00

\*\*\* \*\*

## ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0217/2019

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do § 1º do art. 24 da Resolução Nº. 389, de 11.12.1996 (Regimento Interno), e tendo em vista o que consta do Processo nº 00071/2019, protocolado em 16 de janeiro de 2019; CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do art. 132 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974; CONSIDERANDO o disposto nos termos dos arts. 34 e 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014; RESOLVE: Art. 1º. **Designar** os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único deste ato, para o exercício



das funções de magistério na categoria de professor nos cursos coordenados pela Divisão de Treinamento do Departamento de Recursos Humanos deste Poder, sendo concedida pelo exercício dessas funções as gratificações previstas nos incisos I a IV do art. 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014. Art. 2º. O pagamento das gratificações a que se referem o art. 1º deste Ato está vinculado à comprovação da realização dos respectivos cursos/treinamentos, mediante a apresentação das frequências pela área responsável. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao(s) 12 dia(s) do mês de fevereiro do ano de 2019.

Deputado José Sarto  
PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0217/2019

MAT.	NOME	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO	CURSO /TREINAMENTO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA HORA/AULA	VALOR TOTAL
023948	DENILSON DE OLIVEIRA ADRIANO	ANALISTA LEGISLATIVO – CIÊNCIAS ATUARIAIS	MESTRE	EDUCAÇÃO PREVIENCIÁRIA	FEVEREIRO/2019	40H/A	R\$60,00	R\$2.400,00
029224	NATÉRCIA MARINA RIOS BEZERRA BRUO	SUPERVISOR GT	ESPECIALISTA	TRABALHO EM EQUIPE E O ACOLHIENTO COMO ESTRATÉGIA NO MUNDO DO TRABALHO	FEVEREIRO/2019	20H/A	RS 50,00	1.000,00

\*\*\* \*\*

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0260/2019

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do § 1º do art. 24 da Resolução Nº. 389, de 11.12.1996 (Regimento Interno), e tendo em vista o que consta do Processo nº 00629/2019, protocolado em 07 de fevereiro de 2019; CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do art. 132 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974; CONSIDERANDO o disposto nos termos dos arts. 34 e 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014; RESOLVE: Art. 1º. Designar os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único deste ato, para o exercício das funções de magistério na categoria de professor nos cursos coordenados pela Divisão de Treinamento do Departamento de Recursos Humanos deste Poder, sendo concedida pelo exercício dessas funções as gratificações previstas nos incisos I a IV do art. 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014. Art. 2º. O pagamento das gratificações a que se referem o art. 1º deste Ato está vinculado à comprovação da realização dos respectivos cursos/treinamentos, mediante a apresentação das frequências pela área responsável. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao(s) 26 dia(s) do mês de fevereiro do ano de 2019.

Deputado José Sarto  
PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0260/2019

MAT.	NOME	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO	CURSO / TREINAMENTO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA HORA/AULA	VALOR TOTAL
000262	ALBERTO JORGE PORTELA LIMA	TÉCNICO LEGISLATIVO	ESPECIALISTA			08 H/A	R\$50,00	RS400,00
000647	FRANCISCO EUGÊNIO DE CASTRO CRUZ	TÉCNICO LEGISLATIVO	ESPECIALISTA	PROCESSO LEGISLATIVO, REGIMENTO INTERNO e V-DOC	FEVEREIRO/2019	08 H/A	RS 50,00	RS400,00
007603	ELIANA MEDEIROS TAVARES	SUPERVISOR	ESPECIALISTA			16 H/A	RS 50,00	RS800,00
001984	RÓDNEY PACHECO MONTEIRO	OPERADOR DE COMPUTADOR	GRADUADO			04 H/A	RS 40,00	RS160,00

\*\*\* \*\*

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0263/2019

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do § 1º do art. 24 da Resolução Nº. 389, de 11.12.1996 (Regimento Interno), e tendo em vista o que consta do Processo nº 00070/2019, protocolado em 16 de janeiro de 2019; CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do art. 132 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974; CONSIDERANDO o disposto nos termos dos arts. 34 e 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014; RESOLVE: Art. 1º. Designar as **SERVIDORAS** relacionadas no Anexo Único deste ato, para o exercício das funções de magistério na categoria de professor nos cursos coordenados pela Divisão de Treinamento do Departamento de Recursos Humanos no Programa Qualidade de Vida deste Poder, sendo concedida pelo exercício dessas funções as gratificações previstas nos incisos I a IV do art. 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014. Art. 2º. O pagamento das gratificações a que se referem o art. 1º deste Ato está vinculado à comprovação da realização dos respectivos cursos/treinamentos, mediante a apresentação das frequências pela área responsável. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2019.

Deputado José Sarto  
PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0263/2019

MAT.	NOME	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO	CURSO / TREINAMENTO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA HORA/AULA	VALOR TOTAL
018421	FRANCISCA GEENE DE FREITAS DIÓGENES	ASSESSOR TÉCNICO	ESPECIALISTA	OFICINA DO CEREBRO	13, 14, 27, 28 DE FEVEREIRO	10h/a	R\$50,00	RS500,00
025741	SOCORRO DE SOUZA BEZERRA	COORDENADOR	ESPECIALISTA	PILATES	05,07,12,14,19,21,26,28 DE FEVEREIRO	64h/a	R\$50,00	RS3.200,00
015981	ANA GISELLE RÊGO CASTRO ALVES	MEMBRO EXECUTIVO	GRADUADA	PILATES	04,06,11,13,18,20,25,27 DE FEVEREIRO	24h/a	RS40,00	RS 960,00
001200	MARIA ROSILENE ARAGÃO FONTELES	ANALISTA LEGISLATIVO	ESPECIALISTA	A PRÁTICA DA CINESIOTERAPIA LABORAL	FEVEREIRO	24h/a	R\$50,00	RS1.200,00
001250	MÁRCIA MARIA QUEIROZ DIÓGENES	ANALISTA LEGISLATIVO	ESPECIALISTA	A PRÁTICA DA CINESIOTERAPIA LABORAL	FEVEREIRO	24h/a	R\$50,00	RS1.200,00

\*\*\* \*\*

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0264/2019

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do § 1º do art. 24 da Resolução Nº. 389, de 11.12.1996 (Regimento Interno), e tendo em vista o que consta do Processo nº 00887/2019, protocolado em 20 de fevereiro de 2019; CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do art. 132 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974; CONSIDERANDO o disposto nos termos dos arts. 34 e 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014; RESOLVE: Art. 1º. Designar as **SERVIDORAS** relacionadas no Anexo Único deste ato, para o exercício das funções de magistério na categoria de professor nos cursos coordenados pela Divisão de Treinamento do Departamento de Recursos Humanos no Programa Qualidade de Vida deste Poder, sendo concedida pelo exercício dessas funções as gratificações previstas nos incisos I a IV do art. 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014. Art. 2º. O pagamento das gratificações a que se referem o art. 1º deste Ato está vinculado à comprovação da realização dos respectivos cursos/treinamentos, mediante a apresentação das frequências pela área responsável. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2019.

Deputado José Sarto  
PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0264/2019

MAT.	NOME	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO	CURSO /TREINAMENTO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA HORA/AULA	VALOR TOTAL
018421	FRANCISCA GEENE DE FREITAS DIÓGENES	ASSESSOR TÉCNICO	ESPECIALISTA	OFICINA DO CEREBRO	13, 14, 27 E 28 DE MARÇO	10h/a	RS50,00	RS500,00
025741	SOCORRO DE SOUZA BEZERRA	COORDENADOR	ESPECIALISTA	PILATES	07, 12, 14, 19, 21, 26 E 28 DE MARÇO	56h/a	RS50,00	RS2.800,00
015981	ANA GISELLE RÊGO CASTRO ALVES	MEMBRO EXECUTIVO	GRADUADA	PILATES	06, 11, 13, 18, 20, 25 E 27 DE MARÇO	21h/a	RS40,00	RS 840,00
001200	MARIA ROSILENE ARAGÃO FONTELES	ANALISTA LEGISLATIVO	ESPECIALISTA	A PRÁTICA DA CINESIOTERAPIA LABORAL	MARÇO	18h/a	RS50,00	RS900,00



MAT.	NOME	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO	CURSO/TREINAMENTO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA HORA/AULA	VALOR TOTAL
001250	MÁRCIA MARIA QUEIROZ DIÓGENES	ANALISTA LEGISLATIVO	ESPECIALISTA	A PRÁTICA DA CINESIOTERAPIA LABORAL	MARÇO	18h/a	R\$50,00	RS900,00

\*\*\* \*\* \*

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0265/2019**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do § 1º do art. 24 da Resolução Nº. 389, de 11.12.1996 (Regimento Interno), e tendo em vista o que consta do Processo nº 07642/2018, protocolado em 18 de dezembro de 2018; CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do art. 132 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974; CONSIDERANDO o disposto nos termos dos arts. 34 e 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014; RESOLVE: Art. 1º. **Designar o SERVIDOR** relacionado no Anexo Único deste Ato, para o exercício das funções de magistério na categoria de professor no curso coordenado pelo Departamento de Línguas da Escola Superior do Parlamento Cearense (Unipace) deste Poder, sendo concedida pelo exercício dessa função) a gratificação prevista no(s) inciso(s) I a IV do art. 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014. Art. 2º. O pagamento da(s) gratificação(ões) a que se refere(m) o art. 1º deste Ato está vinculado à comprovação da realização do(s) respectivo(s) curso(s)/treinamento(s), mediante a apresentação da(s) frequência(s) pela área responsável. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao(s) 26 dia(s) do mês de fevereiro do ano de 2019.

Deputado José Sarto  
PRESIDENTE**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0265/2019**

MAT.	NOME	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO	CURSO/TREINAMENTO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA HORA/AULA	VALOR TOTAL
000879	JOSÉ HUGO COSTA MARTINS	TÉCNICO LEGISLATIVO	MESTRE	CURSO DE LÍNGUAS – INGLÊS (SEMESTRE X, Gramática II e Conversação)	MARÇO/2019	36h/a	R\$60,00	RS2.160,00

\*\*\* \*\* \*

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0266/2019**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do § 1º do art. 24 da Resolução Nº. 389, de 11.12.1996 (Regimento Interno), e tendo em vista o que consta do Processo nº 07643/2018, protocolado em 18 de dezembro de 2018; CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do art. 132 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974; CONSIDERANDO o disposto nos termos dos arts. 34 e 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014; RESOLVE: Art. 1º. **Designar o SERVIDOR** relacionado no Anexo Único deste Ato, para o exercício das funções de magistério na categoria de professor no curso coordenado pelo Departamento de Línguas da Escola Superior do Parlamento Cearense (Unipace) deste Poder, sendo concedida pelo exercício dessa função) a gratificação prevista no(s) inciso(s) I a IV do art. 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014. Art. 2º. O pagamento da(s) gratificação(ões) a que se refere(m) o art. 1º deste Ato está vinculado à comprovação da realização do(s) respectivo(s) curso(s)/treinamento(s), mediante a apresentação da(s) frequência(s) pela área responsável. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao(s) 26 dia(s) do mês de fevereiro do ano de 2019.

Deputado José Sarto  
PRESIDENTE**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0266/2019**

MAT.	NOME	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO	CURSO/TREINAMENTO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA HORA/AULA	VALOR TOTAL
000690	FRANCISCO SÁVIO BOTELHO OLIVEIRA	TÉCNICO LEGISLATIVO	ESPECIALISTA	CURSO DE LÍNGUAS – INGLÊS (SEMESTRES IV, V, VI e IX)	MARÇO/2019	48h/a	R\$50,00	RS2.400,00

\*\*\* \*\* \*

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0267/2019**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do § 1º do art. 24 da Resolução Nº. 389, de 11.12.1996 (Regimento Interno), e tendo em vista o que consta do Processo nº 00735/2019, protocolado em 12 de fevereiro de 2019; CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do art. 132 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974; CONSIDERANDO o disposto nos termos dos arts. 34 e 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014; RESOLVE: Art. 1º. **Designar a SERVIDORA** relacionada no Anexo Único deste ato, para o exercício das funções de magistério na categoria de professor nos cursos coordenados pela Divisão de Treinamento do Departamento de Recursos Humanos deste Poder, sendo concedida pelo exercício dessas funções as gratificações previstas nos incisos I a IV do art. 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014. Art. 2º. O pagamento das gratificações a que se referem o art. 1º deste Ato está vinculado à comprovação da realização dos respectivos cursos/treinamentos, mediante a apresentação das frequências pela área responsável. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao(s) 26 dia(s) do mês de fevereiro do ano de 2019.

Deputado José Sarto  
PRESIDENTE**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0267/2019**

MAT.	NOME	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO	CURSO/TREINAMENTO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA HORA/AULA	VALOR TOTAL
017110	MARIA ISABEL SALDANHA DOS MARTINS COELHO	MEMBRO EXECUTIVO	MESTRE	INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	11, 12, 13, 14, 15, 18, 19 E 20 DE MARÇO DE 2019	32H/A	R\$60,00	RS1920,00

\*\*\* \*\* \*

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0268/2019**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do § 1º do art. 24 da Resolução Nº. 389, de 11.12.1996 (Regimento Interno), e tendo em vista o que consta do Processo nº 00823/2019, protocolado em 15 de fevereiro de 2019; CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do art. 132 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974; CONSIDERANDO o disposto nos termos dos arts. 34 e 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014; RESOLVE: Art. 1º. **Designar o SERVIDOR** relacionado no Anexo Único deste ato, para o exercício das funções de magistério na categoria de professor nos cursos coordenados pela Divisão de Treinamento do Departamento de Recursos Humanos deste Poder, sendo concedida pelo exercício dessas funções as gratificações previstas nos incisos I a IV do art. 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014. Art. 2º. O pagamento das gratificações a que se referem o art. 1º deste Ato está vinculado à comprovação da realização dos respectivos cursos/treinamentos, mediante a apresentação das frequências pela área responsável. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao(s) 26 dia(s) do mês de fevereiro do ano de 2019.

Deputado José Sarto  
PRESIDENTE**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0268/2019**

MAT.	NOME	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO	CURSO/TREINAMENTO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA HORA/AULA	VALOR TOTAL
023982	EMANUEL MARTINS BATISTA	ANALISTA LEGISLATIVO – INFORMÁTICA	ESPECIALISTA	CORRÊIO ELETRÔNICO COM ÊNFASE EM ZIMBRA	MARÇO/2019	20H/A	R\$50,00	RS1.000,00

\*\*\* \*\* \*

**CORRIGENDA**

No Ato da Presidência Nº 1516/2018, datado de 6 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado dia 14 de novembro de 2018: **ONDE SE LÊ:** Art. 3º. Este Ato terá vigência com sua publicação e efeitos financeiros a partir de 15 de janeiro de 2018. Publique-se. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 06 dias do mês de fevereiro do ano de 2018. **LEIA-SE:** Art. 3º. Este Ato terá vigência com sua publicação e efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2018. Publique-se. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 17 dias do mês de outubro do ano de 2018. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 14 dias do mês de março do ano de 2019.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\* \*\* \*



## OUTROS

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019.02.15.01 – SRP – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2019.01.30.01 – SRP – I - ÓRGÃO GESTOR:** Secretaria de Administração. **II - EMPRESAS FORNECEDORAS: F. DAS CHAGAS DE OLIVEIRA VARIEDADES ME; CELSO BRAGA MAGALHÃES ME e MARIA ELIANE PEREIRA GOMES ME. III - OBJETO:** Constitui Objeto da Presente Ata o Registro de Preços, visando Futuras e Eventuais Aquisições de gêneros alimentícios e descartáveis para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Granja-CE, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital, do processo licitatório Pregão Presencial Nº 2019.01.30.01 - SRP, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em cada item, conforme consta nos autos do Processo Nº 2019.01.30.01 - SRP. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga o Município a firmar qualquer contratação, nem mesmo nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para os serviços objeto desta Licitação, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento do serviço, em igualdade de condições. **IV - EMPRESAS E ITENS: F. DAS CHAGAS DE OLIVEIRA VARIEDADES ME, CNPJ: 12.975.890/0001-36: ITENS 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15 ,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,36,37,38,39,40,41,42,43,44,45,46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,59,60,61,62,63,64,65,66,67,68,69,70,71,72,73,74,75,76,77,78,79,80,81,82,83,84,85,86,87,88,89,90,91,92,93,94,95,96,97,98,99,100,101,102,103,104,105,106,107,108,109,110,111,112,113,114,115,116,117,118,119 E 120 - R\$ 1.447.886,65; CELSO BRAGA MAGALHÃES ME, CNPJ: 13.368.585/0001-49 ITENS: 16,17,18,19,20,21,22 E 35 – R\$ 404.821,00; MARIA ELIANE PEREIRA GOMES ME, CNPJ: 11.303.281/0001-78 ITENS 121,122,123,124,125,126,127,128,129,130,131,132,133,E 134 – R\$ 67.544,70, perfazendo o VALOR GLOBAL de R\$ 1.920.252,35 (Hum Milhão, Novecentos e Vinte Mil, Duzentos e Cinquenta e Dois Reais e Trinta e Cinco Centavos), conforme Anexo III da Ata de Registro de Preços. **V - MODALIDADE:** Pregão Presencial Nº 2019.01.30.01 - SRP. **VI - VALIDADE DA ATA:** 12 (Doze) Meses, contados a partir de sua assinatura, improrrogável. **VII - DATA DA ASSINATURA:** 15/02/2019. **VIII - ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** Secretaria de Administração do Município de Granja. Adriano Frota Teixeira – Secretária de Administração.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18.06.16/ARP-01; 18.06.16/ARP-02; 18.06.16/ARP-03; 18.06.16/ARP-04; 18.06.16/ARP-06; 18.06.16/ARP-07, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18.06.16/PE.** Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais esportivos, de acordo com as especificações e quantidades identificadas neste termo de referência, tendo esta ARP, validade de 12 (doze) meses. Tais materiais são destinados às unidades Escolares e Administrativas, junto a Secretaria de Educação Básica, deste Município. Assinatura das Atas: 25/02/2019. Vigência: 12 (doze) meses a contar desta publicação. Empresas adjudicadas e homologadas: **CMC OLIVEIRA BARROSO ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.379.211/0001-45, vencedora com o valor global estimado de R\$ 46.522,00 (quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e dois reais), **ERUSCA PEREIRA LIMA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.204.615/0001-32, vencedora com o valor global estimado de R\$ 124.590,00 (cento e vinte quatro mil, quinhentos e noventa reais), **TIC TAC COMÉRCIO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.697.291/0001-60, vencedora com o valor global estimado de R\$ 141.106,50 (cento e quarenta e um mil, cento e seis reais e cinquenta centavos), **MÁXIMO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.136.844/0001-46, vencedora com o valor global estimado de R\$ 15.798,00 (quinze mil, setecentos e noventa e oito reais), **ALLPER COMERCIAL EIRELI ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.547.906/0001-99, vencedora com o valor global estimado de R\$ 145.612,00 (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e doze reais), **V. P. SILVA BRINQUEDOS – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.448.863/0001-91, vencedora com o valor global estimado de R\$ 82.994,50 (oitenta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos). A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta, no Governo Municipal de Itapipoca, no setor de Licitações, ou no site: [HTTP://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). Raimundo Alex Barroso Ferreira - Pregoeiro Oficial. Itapipoca - CE, 20.03.2019.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITERIANÓPOLIS – EXTRATO DE CONTRATOS Nº 002/2019.01-PC; 002/2019.02-PC; 002/2019.03-PC – PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018/SRP/SESA – O Município de Quiterianópolis-CE torna público o Extrato de Contratos acima oriundos do Pregão Presencial Nº 002/2018/SRP/SESA, referente à Ata de Registro de Preços Nº 1804/2018/SRP/SESA da Secretaria de Saúde do Município de Pedra Branca-CE, cujo OBJETO:** Adesão a Ata de Registro de Preços para Aquisições de medicamentos e material médico hospitalar, destinados a Secretaria de Saúde do Município de Quiterianópolis-CE. Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 002/2019-CARONA. **CONTRATADAS: CEARENSE HOSPITALAR EIRELI - EPP, CNPJ: 26.436.496/0001-34. VALOR TOTAL: R\$ 2.016.211,08; PANORAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA, CNPJ: 01.722.296/0001-17. VALOR TOTAL: R\$ 944.919,12; REGIFARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 05.418.972/0001-14. VALOR TOTAL: R\$ 345.333,58. VALOR GLOBAL: R\$ 3.306.463,78 (Três Milhões, Trezentos e Seis Mil, Quatrocentos e Sessenta e Três Reais e Setenta e Oito Centavos). DATA DE ASSINATURA: 07/03/2019. PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2019. SIGNATÁRIOS: Lilian Andrade Nóbrega Rodrigues, CPF: 860.218.853-68; José D' Almeida, CPF: 201.474.223-53; Francisco Reginaldo Alencar Costa, CPF: 222.493.463-72. CONTRATANTE: Antonia Adenilce Arceno Lima Rodrigues – Ordenadora de Despesas da Secretaria de Saúde. Quiterianópolis-CE, 20 de Março de 2019.**

\*\*\* \*\*

**M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS - CNPJ 07.206.816/0001-15 - NIRE 2330000812-0 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO -** Ficam convidados os senhores acionistas da M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos (a “Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a ser realizada no dia 18 de abril de 2019, às 9h, em primeira convocação, na sede da Companhia, localizada na BR-116, Km 18, Município do Eusébio, Estado do Ceará, a fim de deliberar, em assembleia ordinária, sobre: (i) o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas do parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) a destinação do lucro líquido do exercício de 2018, conforme proposta do Conselho de Administração em reunião realizada em 11/03/2019; e, (iii) quantidade e eleição dos membros do Conselho de Administração; e, em assembleia extraordinária, deliberar sobre: (iv) a fixação da remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2019; e, (v) proposta de alteração estatutária, consistente em: (a) alteração da redação do art. 2º, para inclusão de novas categorias de produtos; (b) atualização do valor do capital social, disposto no caput do art. 5º; (c) alteração da redação do §1º do art. 10, inclusão de um novo § 2º para o mesmo dispositivo e renuneração dos demais parágrafos, para fins de adaptação da definição de conselheiro independente conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado; e, (d) alteração da redação do § 2º do art. 19, para fins de modificação parcial de regras para emissão de procuração, tudo em conformidade com a proposta encaminhada pelo Conselho de Administração. Para fins de requisição da adoção de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração, será necessário o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de participação no capital votante da Companhia, que corresponde a 16.950.000 (dezesseis milhões, novecentas e cinquenta mil) ações. Nos termos da Instrução da CVM nº 481/09, conforme alterada, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que os acionistas participem da AGOE mediante o preenchimento e a entrega do Boletim de Voto à distância aos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as instruções da Proposta da Administração. O acionista ou o seu representante poderá, ainda, participar de forma presencial, devendo comparecer à AGOE munido do documento de identidade e do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, nos termos do art. 126 da Lei nº 6.404/76 e, no caso de representação, do respectivo instrumento de mandato. Todos os documentos pertinentes à ordem do dia, a serem analisados ou discutidos na Assembleia, encontram-se disponíveis na B3, na página da CVM na rede mundial de computadores, bem como na sede social da Companhia e em sua página na rede mundial de computadores ([www.mdiasbranco.com.br/ri](http://www.mdiasbranco.com.br/ri)). Eusébio, 18 de março de 2019. Conselho de Administração. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco. Presidente.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Massapê - Secretaria de Governo - Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 2019.02.04.003 - Processo Nº 2019.02.04.003 - Pregão Presencial Nº 2019.02.04.003.** Objeto é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de materiais gráficos e afins destinados a suprir as necessidades da Secretaria de Governo e demais Unidades Administrativas participantes/interessadas do Município de Massapê/CE, conforme especificações em anexo, parte integrante deste processo. Da Vigência: A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura: 20 de março de 2019. Fundamentação Legal: Lei de Licitações nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, na Lei do Pregão nº 10.520, de 10 de julho de 2002 e no Decreto Municipal nº 028/2013, de 23 de outubro de 2013. Fornecedor(es) Registrado(s): Express Comercio e Serviços LTDA (ME), pelo valor global de R\$ 707.101,85 (setecentos e sete mil cento e um reais e oitenta e cinco centavos) referente aos itens 01 ao 26, 28 ao 42, 44 ao 47 e 49 ao 210 e J R de Araujo Lobato Neto (ME), pelo valor global de R\$ 7.825,00 (sete mil oitocentos e vinte e cinco reais) referente aos itens 27, 43 e 48. Signatários: Francisco Alex Sousa Oliveira - Ordenador(a) de Despesas da Secretaria de Governo - Gilvan Monte Claudino - Responsável Legal: Express Comercio e Serviços LTDA (ME) - José Rodolfo de Araújo Lobato Neto - Responsável Legal: J R de Araujo Lobato Neto (ME). Massapê/CE, 20 de março de 2019.





**DAKOTA NORDESTE S/A**  
**SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO**  
 CNPJ Nº 00.465.813/0001-57 - NIRE Nº 23300019989 - RUSSAS - CE

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Prezados Senhores Acionistas,

Cumprindo disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Pela leitura das aludidas peças, poderão V.Sas. certificar-se da situação em que se encontra a empresa. As demonstrações financeiras registram a destinação dos lucros do exercício, no pressuposto de sua aprovação, de acordo com o estabelecido no parágrafo 3º do art. 176 da Lei 6.404/76.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Russas-CE., 25 de fevereiro de 2019.

DIRETORIA.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

<b>ATIVO</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
	<b>em R\$</b>	<b>em R\$</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>687.891.810,37</b>	<b>778.876.949,84</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	445.287.017,89	530.790.337,26
Clientes	140.278.502,92	143.098.710,47
Estoques	83.858.371,30	79.155.226,31
Tributos a Recuperar	10.813.822,46	15.590.226,51
Adiantamentos Salariais	2.000,00	23.140,70
Adiantamentos a Fornecedores	153.637,06	79.174,51
Outros Créditos	4.651.175,26	7.436.428,68
Despesas Antecipadas	2.847.283,48	2.703.705,40
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>75.764.499,92</b>	<b>66.712.872,44</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>935.947,88</b>	<b>1.144.885,47</b>
Depósitos Judiciais	758.957,51	1.009.203,81
Tributos a Recuperar	176.990,37	135.681,66
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>93.570,59</b>	<b>78.929,55</b>
Ações e Participações	93.570,59	78.929,55
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>74.082.043,92</b>	<b>64.900.532,73</b>
Custo Original Corrigido	164.311.085,46	148.932.849,50
(-) Depreciações Acumuladas	(90.229.041,54)	(84.032.316,77)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>652.937,53</b>	<b>588.524,69</b>
Bens Intangíveis	3.424.198,78	3.128.748,75
(-) Amortizações Acumuladas	(2.771.261,25)	(2.540.224,06)

**TOTAL DO ATIVO** **763.656.310,29** **845.589.822,28**

<b>PASSIVO</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
	<b>em R\$</b>	<b>em R\$</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>74.220.203,76</b>	<b>81.163.110,29</b>
Fornecedores	10.526.232,33	9.242.929,05
Obrigações Tributárias	2.089.707,15	2.093.297,44
Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.191.731,49	10.123.067,19
Representantes	1.426.125,70	1.333.300,93
Credores Diversos	155.124,29	802.549,49
Provisões	1.477.220,97	1.442.491,80
Empréstimos e Financiamentos	34.387.038,94	36.211.742,52
Dividendos Estatutários	4.842.385,40	10.369.174,43
Letras a Pagar	10.124.637,49	9.544.557,44
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>69.383.991,69</b>	<b>83.968.124,59</b>
Empréstimos e Financiamentos	63.861.462,15	68.349.757,87
Letras a Pagar	5.522.529,54	15.618.366,72
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>620.052.114,84</b>	<b>680.458.587,40</b>
Capital Social	525.000.000,00	479.000.000,00
Reservas de Lucros	58.308.254,94	224.675.003,54
Reserva de Incentivos Fiscais	36.743.859,90	45.760.941,86
(-) Ações em Tesouraria	0,00	(68.977.358,00)

**TOTAL DO PASSIVO** **763.656.310,29** **845.589.822,28**

**DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS ACUMULADOS**

<b>CONTA</b>	<b>Ano 2018</b>	<b>Ano 2017</b>
	<b>em R\$</b>	<b>em R\$</b>
<b>SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>59.066.738,41</b>	<b>91.829.094,30</b>
(-) Transferência para Reserva de Incentivos Fiscais	(36.743.859,90)	(45.760.941,86)
(-) PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO:		
(-) Reserva Legal	(2.953.336,92)	(4.591.454,72)
(-) Dividendos Estatutários	(4.842.385,40)	(10.369.174,43)
(-) Reserva de Retenção de Lucros	(14.527.156,19)	(31.107.523,29)
<b>SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DIVIDENDOS POR AÇÃO DE CAPITAL</b>	<b>0,0092</b>	<b>0,0216</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

<b>CONTA</b>	<b>Ano 2018</b>	<b>Ano 2017</b>
	<b>em R\$</b>	<b>em R\$</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>373.638.656,34</b>	<b>417.306.175,83</b>
(-) Custo Produtos Vendidos	(289.311.654,06)	(309.599.322,64)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>84.327.002,28</b>	<b>107.706.853,19</b>
(-) Despesas Comerciais	(63.702.272,08)	(69.735.184,63)
(-) Despesas Administrativas	(12.479.665,31)	(13.914.690,29)
(-) Despesas Tributárias	(3.916.338,42)	(5.409.541,84)
(-) Outras Despesas Operacionais	(181.331,07)	(99.461,82)
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>37.749.882,64</b>	<b>43.902.053,90</b>
<b>LUCRO ANTES RESULTADO</b>	<b>41.797.278,04</b>	<b>62.450.028,51</b>
<b>FINANCEIRO</b>	<b>41.797.278,04</b>	<b>62.450.028,51</b>
(-) Despesas Financeiras	(7.174.267,41)	(5.486.272,80)
Receitas Financeiras	34.583.864,33	54.548.629,83
<b>LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>69.206.874,96</b>	<b>111.512.385,54</b>
(-) Contribuição Social	(3.117.120,70)	(6.439.131,72)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>66.089.754,26</b>	<b>105.073.253,82</b>
(-) Provisão para o Imposto de Renda	(7.023.015,85)	(13.244.159,52)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>59.066.738,41</b>	<b>91.829.094,30</b>
<b>LUCRO LÍQ. POR AÇÃO DE CAPITAL</b>	<b>0,1125</b>	<b>0,1917</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

<b>CONTA</b>	<b>Ano 2018</b>	<b>Ano 2017</b>
	<b>em R\$</b>	<b>em R\$</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>59.066.738,41</b>	<b>91.829.094,30</b>
Lucro Líquido do Exercício	59.066.738,41	91.829.094,30
<b>AJUSTES</b>	<b>7.057.134,98</b>	<b>7.190.216,59</b>
Depreciação e Amortização (AUMENTO)/REDUÇÃO EM ATIVOS OPERACIONAIS	7.057.134,98	7.190.216,59
Redução de Clientes	2.820.207,55	8.680.432,62
(Aumento) do Estoque	(4.703.144,99)	(14.523.588,94)
(Aumento)/Redução de Impostos a Recuperar	4.776.404,05	(1.779.231,01)
(Aumento)/Redução de Adiant. Salariais a Fornecedores	21.140,70	(9.140,70)
(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	(74.462,55)	141.560,72
Redução de Outros Créditos	2.785.253,42	409.997,96
(Aumento)/Redução de Despesas Antecipadas	(143.578,08)	128.011,67
Redução do Realizável a Longo Prazo	208.937,59	202.168,86
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>1.283.303,28</b>	<b>(866.046,93)</b>
(Redução) das Obrigações Tributárias	(3.590,29)	(716.858,62)
(Redução) das Obrigações Sociais e Trabalhistas	(931.335,70)	(498.787,12)
(Aumento)/(Redução) dos Representantes	92.824,77	(149.127,33)
Aum./(Redução) dos Credores Diversos	(647.425,20)	166.450,47
Aumento das Provisões	34.729,17	9.548,37
Letras a Pagar	(9.515.757,13)	25.162.924,16
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>62.127.379,98</b>	<b>115.377.625,07</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>181.331,07</b>	<b>99.461,82</b>
Baixa de Ativo Imobilizado	181.331,07	99.461,82
(-) Aquisição de Investimento	(14.641,04)	(25.074,45)
(-) Aquisição de Ativo Imobilizado	(16.188.940,05)	(27.423.425,59)
(-) Aquisição de Ativo Intangível	(295.450,03)	(226.247,79)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(16.317.700,05)</b>	<b>(27.575.286,01)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(70.591.285,29)</b>	<b>(79.206.866,47)</b>
(-) Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(70.591.285,29)	(79.206.866,47)
Aquisição de Empréstimos e Financiamentos	64.278.285,99	70.060.436,21
(-) Redução Ações em Tesouraria	(0,00)	(36.000.000,00)
(-) Distribuição de Lucros	(125.000.000,00)	(30.000.000,00)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(131.312.999,30)</b>	<b>(75.146.430,26)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(85.503.319,37)</b>	<b>12.655.908,80</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	530.790.337,26	518.134.428,46
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	445.287.017,89	530.790.337,26
<b>VARIAÇÃO DAS CONTAS CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(85.503.319,37)</b>	<b>12.655.908,80</b>

" As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis. "





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

## NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Sociedade tem como objetivo a industrialização, o comércio, a importação e exportação de calçados, partes e seus componentes.

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, nos seus aspectos matérias. Para fins de apresentação destas demonstrações, esse conjunto de regras é também denominado "BR GAAP"

## NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para as demonstrações financeiras da Companhia (BR GAAP):

**a) Base de Elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

**b) Moeda Funcional e de Apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional da Companhia.

**c) Caixa Equivalentes de Caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**d) Estoques:** Os Estoques de Produtos Prontos e Produtos em Elaboração foram avaliados por critérios aceitos pela legislação tributária brasileira, sendo que as matérias primas e demais materiais são avaliados pelo custo médio ponderado, apurado mediante controle permanente de movimentação de materiais.

**e) Investimentos:** Refere-se o investimento não relevante, registrado pelo valor de custo de aquisição.

**f) Imobilizado/Intangível:** Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação e amortização. A depreciação e amortização são reconhecidas com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação e amortização estão em processo de revisão e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas será contabilizado prospectivamente.

**g) Demais Ativos:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos.

**h) Passivos Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais devidos.

**i) Avaliação do Valor Recuperável de Ativos:** Os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes estão em processo de formalização de procedimento de "internal evaluation" para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, eventos ou alterações significativas que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

**j) Ajuste a Valor Presente:** Os ativos e passivos monetários devem ser ajustados pelo seu valor presente na data das transações, desde que o efeito líquido tenha impacto relevante nas demonstrações financeiras. O cálculo do ajuste a valor presente deve ser efetuado com base em taxa de juros que reflète o prazo e o risco de cada transação. A companhia encontra-se ainda em processo de avaliação de efeitos e formalização interna de procedimentos para identificar os possíveis efeitos que os ajustes a valor presente poderão impactar nas demonstrações financeiras.

**k) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** A Sociedade adotou o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicando as regras do regime de tributação com base no Lucro Real, efetuando pagamento mensal baseado na prerrogativa de suspensão/redução, evidenciado por meio de balancetes mensais acumulados. Considerando-se que o segmento fabril da empresa está amparado no Decreto nº 1.598/77 e na Lei nº 7.959/89, esta beneficia-se do incentivo fiscal SUDENE, apurado com base no lucro da exploração.

**l) Conversão de Moeda Estrangeira:** Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

**m) Provisões:** Constitui-se uma provisão quando a Sociedade possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base estimativas dos riscos envolvidos, se possível, de forma calculatória, e quando aplicável, após a oitiva de profissionais específicos alocados a cada caso.

**n) Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o Regime de Competência.

## NOTA 4 - PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. A Administração da Companhia realiza estimativas e premissas com relação

ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

**a) Redução dos Valores de Recuperação dos Ativos:** A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

**b) Provisão para Perdas de Inventário:** A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico, para que esta seja considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico. Por decisão da Companhia e tendo em vista os valores pouco expressivos de perdas possíveis, não foi constituída provisão em 31/12/2018.

**c) Provisão para Desvalorização dos Estoques:** A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado. Em 31/12/2018 não foi constituída a referida provisão, visto que a Administração não identificou estoques expressivos com valores de venda abaixo do custo registrado.

**d) Provisão para Perdas com Inadimplência:** As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, deverá ser verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se um percentual especificamente determinado sobre os valores vencidos, considerados como críticos para a Companhia, incluindo-se a Empresa, ainda por ora, nos parâmetros da legislação fiscal. Foram reconhecidas, no exercício, perdas com devedores eventualmente inadimplentes, considerados incobráveis, no montante de R\$ 1.777.803,98 (em 2017 R\$ 1.912.978,45), considerando os critérios determinados pela legislação fiscal em vigor. A Administração considera tal estimativa suficiente para fazer frente a eventuais perdas.

**e) Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, possui firme expectativa de desfecho favorável na maior parte dos feitos, o que, aliado à existência parcial de depósitos judiciais, torna dispensável a necessidade de provisionamentos em 31/12/2018.

## NOTA 5 - ESTOQUES

Contas	31.12.2018 em R\$	31.12.2017 em R\$
Produtos Prontos	34.084.691,93	28.362.406,41
Produtos em Elaboração	1.033.534,91	1.182.362,57
Matéria-Prima	47.371.674,01	48.328.387,97
Material de Consumo	406.190,91	329.395,28
Material Secundário	318.204,85	297.059,91
Material de Matrizaria	291.513,77	390.308,75
Material de Expediente	27.923,36	39.894,76
Material de Propaganda	324.637,56	225.410,66
<b>TOTAIS</b>	<b>83.858.371,30</b>	<b>79.155.226,31</b>

Os estoques foram avaliados conforme descrito na Nota Nº 3 letra "d", e os valores contabilizados não excedem ao valor de mercado.

## NOTA 6 - TRIBUTOS A RECUPERAR

Circulante	31.12.2018 em R\$	31.12.2017 em R\$
ICMS e IPI (a)	235.226,68	316.394,81
IRPJ e CSLL (b)	7.053.287,28	3.777.962,04
IRRF e IOF s/Aplicações Financeiras		
Compromissadas (c)	3.019.308,96	10.989.870,12
Outros Impostos (d)	505.999,54	505.999,54
<b>TOTAIS</b>	<b>10.813.822,46</b>	<b>15.590.226,51</b>
Não Circulante		
ICMS s/Ativo Imobilizado (e)	176.990,37	135.681,66
<b>TOTAIS</b>	<b>176.990,37</b>	<b>135.681,66</b>

**a)** Correspondem a créditos de ICMS e IPI nas aquisições de insumos aplicados na atividade operacional da Empresa. **b)** Decorrem dos montantes recolhidos (antecipados), quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações retidas na fonte. **c)** Correspondem a valores de IRRF e IOF sobre as aplicações financeiras que se encontram vigentes, porém pela sua modalidade, a retenção efetiva ocorre somente no resgate. **d)** Correspondem a valores decorrentes da desoneração da folha de pagamento. **e)** Com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, a Sociedade registrou ICMS a Recuperar (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao Ativo Imobilizado.



## NOTA 7 - OUTROS CRÉDITOS

O saldo da conta Outros Créditos, no Ativo Circulante, está composto de adiantamentos para importação, bem como de outros créditos por operações pendentes de liquidação.

## NOTA 8 - IMOBILIZADO

Conta	31.12.2018 em R\$		31.12.2017 em R\$		Taxa
	Valor Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	Depreciação %
Terrenos	8.837.740,85	-	8.837.740,85	8.837.740,85	
Prédios	45.625.348,03	(13.272.049,45)	32.353.298,58	20.767.929,18	4
Máquinas e Equipamentos	88.247.956,34	(66.049.539,16)	22.198.417,18	21.711.698,45	10
Móveis e Utensílios	3.311.822,99	(2.221.636,29)	1.090.186,70	1.201.692,28	10
Veículos	1.714.833,09	(1.351.214,27)	363.618,82	489.400,07	20
Instalações	7.472.989,84	(4.701.287,70)	2.771.702,14	1.565.910,71	10
Computadores e Periféricos	4.000.662,13	(2.633.314,67)	1.367.347,46	1.024.541,28	10
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.786.008,53	-	4.786.008,53	76.274,13	
Construções em Andamento	313.723,66	-	313.723,66	9.225.345,78	
<b>TOTAIS</b>	<b>164.311.085,46</b>	<b>(90.229.041,54)</b>	<b>74.082.043,92</b>	<b>64.900.532,73</b>	

## NOTA 9 - INTANGÍVEL

Conta	31.12.2018 em R\$		31.12.2017 em R\$		Taxa
	Valor Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	Amortização %
Softwares	3.406.718,78	(2.771.261,25)	635.457,53	571.044,69	20
Marcas e Patentes	17.480,00	-	17.480,00	17.480,00	
<b>TOTAIS</b>	<b>3.424.198,78</b>	<b>(2.771.261,25)</b>	<b>652.937,53</b>	<b>588.524,69</b>	

## NOTA 10 - TESTE DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

De acordo com a NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, todos os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração está em fase de consolidação de um Procedimento Interno "Standard" acerca de estimativas sobre o valor recuperável dos ativos.

## NOTA 11 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Conta	31.12.2018 em R\$	31.12.2017 em R\$
ICMS	748.346,14	810.528,39
PIS	85.436,90	82.125,82
COFINS	417.784,19	409.538,38
IRRF	821.050,74	725.947,04
Outros Tributos	17.089,18	65.157,81
<b>TOTAIS</b>	<b>2.089.707,15</b>	<b>2.093.297,44</b>

## NOTA 12 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Conta	31.12.2018 em R\$	31.12.2017 em R\$
Salários	2.726.937,42	3.334.110,00
INSS	1.240.294,60	1.292.969,52
Participação nos Resultados	3.992.721,87	4.250.831,85
Outras Contrib. e Obrigações	1.231.777,60	1.245.155,82
<b>TOTAIS</b>	<b>9.191.731,49</b>	<b>10.123.067,19</b>

## NOTA 13 - PROVISÕES

Montante constituído pela provisão de férias e respectivos encargos sociais, conforme legislação em vigor.

## NOTA 14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

## Conta

	31.12.2018 em R\$		31.12.2017 em R\$	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante
FDI/ICMS - com incidência de TJLP e vencimento até dezembro de 2021, intermediado via Sistema Bancário Comercial	404.608,12	674.591,75	421.950,32	723.875,47
FDI/PROVIN - com incidência de TJLP + juros de 12% a.a. e vencimento até dezembro de 2021, tendo sua exigibilidade e encargos vinculados à cláusula resolutiva, intermediado via Sistema Bancário Comercial.	33.982.430,82	62.676.209,81	35.208.144,44	67.171.347,52
FDI/EXPORTAÇÃO - com incidência de TJLP e vencimento até novembro de 2020, intermediado via Sistema Bancário Comercial.	0,00	63.197,53	74.776,95	53.212,02
FDI/PROAPI - com incidência de TJLP + juros de 12% a.a. e vencimento até novembro de 2020, tendo sua exigibilidade e encargos vinculados à cláusula resolutiva, intermediado via Sistema Bancário Comercial	0,00	447.463,06	506.870,81	401.322,86
<b>Total</b>	<b>34.387.038,94</b>	<b>63.861.462,15</b>	<b>36.211.742,52</b>	<b>68.349.757,87</b>

As operações relativas ao Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI têm como garantias Notas Promissórias e o Aval dos Diretores.

## NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 31 de Dezembro de 2018, o Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 525.000.000,00 (quinhentos e vinte e cinco milhões de reais), dividido em 525.000.000 (quinhentos e vinte e cinco milhões) ações Ordinárias Nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. b) Reserva de Lucros: Representa o montante que a Sociedade transfere da conta Lucros Acumulados, para futuros aumentos de Capital Social, para distribuição de lucros ou compensação de prejuízos e outras destinações, a critério da reunião dos acionistas. c) Reservas de Incentivos Fiscais: Representa a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais, a qual, consoante a atual legislação societária brasileira (Lei 11.638/2007), foi destinada para Reserva de Incentivos Fiscais, tendo sido excluída da base de cálculo dos dividendos. d) Ações em Tesouraria: Refere-se à compra de ações da própria Empresa.

## NOTA 16 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A reconciliação da Receita Operacional Bruta para a Receita Operacional Líquida é demonstrada a seguir:

Conta	Ano 2018 em R\$	Ano 2017 em R\$
Receita Operacional Bruta	472.532.197,71	529.699.326,99
(-) Deduções da Receita Operacional Bruta	(98.893.541,37)	(112.393.151,16)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>373.638.656,34</b>	<b>417.306.175,83</b>

## NOTA 17 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Trata-se basicamente de receitas com Subvenções Governamentais, Recuperação de Créditos e Despesas e Receita na Alienação de Bens Patrimoniais.

## NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por intermédio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada, a qual todavia se sujeita a variáveis e oscilações de mercado. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

Caixa e Equivalentes de Caixa: Os saldos em conta corrente mantidos em

bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, resultando em valores idênticos aos saldos contábeis.

Empréstimos e Financiamentos: Os valores dos saldos contábeis não divergem dos valores de mercado dos empréstimos e financiamentos, em nenhum aspecto essencial ou relevante.

Risco de Crédito: As políticas de vendas da Sociedade estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração mantendo uma política de cautela, adotando como prática a análise prévia da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Risco de Derivativos: A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Sendo assim, em 31.12.2018 não foram contabilizadas provisões de riscos com perdas em derivativos nos termos da NBC TG 48 do CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

## NOTA 19 - COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotada, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas por nossos auditores independentes. A Sociedade mantém apólices de seguros contratados junto a seguradoras idôneas do país, havendo sido consultados especialistas na área, seguros estes que levam em consideração a natureza e o grau de riscos envolvidos.

## DIRETORIA:

**Marcelo Henrique Lehnen** - CPF nº 007.349.120-99 - Diretor Presidente  
**Ernani Volmir Kiekow** - CPF nº 596.082.690-91 - Diretor  
**Jorge Wanderlei Welter** - CPF nº 453.601.540-04 - Diretor Adjunto  
 Maria de Lourdes Arnold Schaab - CPF nº 266.139.640-34  
 Técnica em Contabilidade - CRC/RS 30.547/O-4-S-CE



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos acionistas da Companhia DAKOTA NORDESTE S/A

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia DAKOTA NORDESTE S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, dos lucros acumulados e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia DAKOTA NORDESTE S/A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** A Azienda encontra-se em processo de formalização das regulamentações de convergência às novas normas e pronunciamentos contábeis, assim como está em fase de consolidação de um Procedimento Interno "Standard" acerca de estimativas sobre o valor recuperável de elementos patrimoniais. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Existência e Avaliação de Estoques:** O saldo de estoque em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 83.858.371,30 distribuídos nas dependências da Empresa. Dada a natureza das operações da Companhia, o montante de transações registradas nos estoques durante o exercício, incluindo a apuração dos custos, é bastante relevante e dependente da confiabilidade dos sistemas operacionais da Companhia. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: - Acompanhamos os inventários físicos nas dependências da Empresa; - Quando do acompanhamento dos inventários físicos, nos atentamos para a exatidão dos registros de inventário, nível de ganhos e perdas identificados nas contagens, bem como existência dos estoques; - Efetuamos testes nas movimentações dos estoques com base em amostragem estatística, confrontando os registros (tais como entradas e saídas dos estoques), com as respectivas documentações suporte. Neste teste, validamos também se os cálculos sistêmicos de custo médio estavam sendo apurados adequadamente, bem como a análise do critério fiscal para valorização dos produtos prontos e em elaboração. **Realização dos Créditos Tributários Federais e Estaduais:** Conforme Nota Explicativa nº 06, a Companhia possui registrados créditos tributários federais e estaduais no montante de R\$ 10.990.812,83 na data-base de 31 de dezembro de 2018. O acúmulo de créditos tributários é inerente ao negócio. Como nossa Auditoria conduziu esse assunto: - Análise, por amostragem, da compensação dos créditos tributários federais e estaduais com débitos tributários da mesma natureza. **Reconhecimento da Receita:** O processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve um número elevado de controles com o objetivo de se assegurar que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos compradores dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas foram reconhecidas dentro de seus períodos de competência corretos, conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil. Considerando o volume, pulverização das vendas e características da regionalização dos negócios da Sociedade, o processo de reconhecimento da receita envolve uma alta dependência do funcionamento adequado dos controles internos. Esse item foi considerado como um principal assunto de auditoria tendo em vista que o controle que assegura a correta apuração e reconhecimento das receitas envolve estimativas relacionadas à apuração dos prazos médios de entrega das vendas no mercado nacional para cada uma das regiões do país. Adicionalmente, este processo é complexo e requer atenção da administração para peculiaridades de cada região geográfica atendida pela Sociedade. Eventuais falhas no controle que envolve a apuração do prazo médio de entrega poderiam impactar o reconhecimento adequado das receitas e, conseqüentemente, as demonstrações contábeis. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: - Entendimento e teste de controles internos que abrangem a estimativa do prazo médio de entrega por região geográfica no Brasil, bem como a identificação das vendas não entregues e que, conseqüentemente, não cumprem os critérios para reconhecimento; - Teste documental de amostra de notas fiscais, a fim de corroborar a adequação do relatório que demonstra as notas fiscais faturadas e não entregues no período. **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. · Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre (RS), 25 de fevereiro de 2019.

LETICIA PIARETTI - Contadora CRC/RS 60.576

CONFIDOR AUDITORES ASSOCIADOS

CRC/RS 2-209-T-SP/F/RS



<b>NOVA EOLICA BURITI S.A.</b>								
CNPJ/MF: 11.646.785/0001-90								
<b>Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)</b>								
<b>ATIVOS</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>	<b>Passivos e Patrimônio Líquido</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>			
<b>Circulantes</b>		(Reapresentado)	<b>Circulantes</b>		(Reapresentado)			
Caixa e Equivalentes de Caixa	281	1.752	Fornecedores	721	2.283			
Aplicações Financeiras Vinculada	21.595	450	Contas a Pagar	4.176	152			
Contas a Receber	1.531	1.856	Empréstimos e financiamentos	61.382	55.790			
Impostos a Recuperar	42	33	Obrigações sociais	100	296			
Despesas Antecipadas	131	136	Impostos a Recolher	1.777	2.156			
Adiantamentos	108	13	<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>68.156</b>	<b>60.677</b>			
Outros Ativos	24	16	<b>Não Circulantes/ Contas a Pagar</b>	<b>7.361</b>	<b>-</b>			
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>23.712</b>	<b>4.256</b>	Dividendos a Pagar	251	251			
<b>Não Circulantes/ Contas a Receber</b>	<b>-</b>	<b>1.146</b>	Partes Relacionadas	31.871	23.908			
Depósitos Judiciais	286	76	Impostos Diferidos	-	66			
Partes relacionadas	7.492	6.877	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>39.484</b>	<b>24.225</b>			
Impostos diferidos	786	10	<b>Patrimônio Líquido/ Capital Social</b>	<b>53.222</b>	<b>53.222</b>			
Imobilizado	107.419	118.442	Reserva de Lucros	83	83			
<b>Total dos Ativos Não Circulantes</b>	<b>115.983</b>	<b>126.551</b>	Lucros (prejuízos) acumulados	(21.250)	(7.401)			
<b>Total dos Ativos</b>	<b>139.695</b>	<b>130.806</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>32.055</b>	<b>45.904</b>			
<b>Demonstrações dos Resultados dos Exercícios</b>			<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa</b>					
	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>		<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>			
		(Reapresentado)			(Reapresentado)			
<b>Receita Líquida de Vendas</b>			<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>					
Venda de Energia	7.872	17.703	Lucro ou Prejuízo do período	(13.850)	(7.290)			
<b>Custo de Operação</b>	<b>(10.959)</b>	<b>(11.251)</b>	Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do período com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
<b>(Prejuízo) Lucro Bruto</b>	<b>(3.087)</b>	<b>6.453</b>	Depreciação e amortização	6.558	7.272			
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>			Amortização do custo de transação - empréstimos	45	106			
Despesas Administrativas	(1.036)	(634)	Encargos financeiros e variação monetária líquidos	6.818	5.783			
Despesas Tributárias	(4)	(10)	Apropriação de seguros	147	130			
Penalidades Contratuais	0	(86)	Baixa do ativo imobilizado e intangível	4.571	6.252			
Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	(2.941)	(6.255)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(842)	(255)			
<b>Total</b>	<b>(3.981)</b>	<b>(6.985)</b>	(Aumento) redução nos ativos:					
<b>(Prejuízo) Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(7.068)</b>	<b>(532)</b>	Contas a receber	1.470	2.882			
<b>Resultado Financeiro</b>			Impostos a recuperar	(9)	5			
Receitas financeiras	873	71	Partes relacionadas	(615)	(4.652)			
Despesas financeiras	(7.105)	(6.303)	Despesas antecipadas	(142)	(148)			
<b>Total</b>	<b>(6.232)</b>	<b>(6.232)</b>	Depósitos judiciais	(210)	-			
<b>(Prejuízo) Lucro Antes do IR e da CS</b>	<b>(13.300)</b>	<b>(6.765)</b>	Adiantamento a fornecedores	(95)	(2)			
Imposto de renda e contribuição social correntes	(761)	(552)	Outros ativos	(12)	(71)			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	211	26	Aumento (redução) nos passivos:					
<b>Total</b>	<b>(550)</b>	<b>(525)</b>	Fornecedores	(1.562)	55			
<b>(Prejuízo) Lucro Líquido do Período</b>	<b>(13.850)</b>	<b>(7.290)</b>	Contas a pagar	11.385	152			
<b>Demonstração dos Valores Adicionados</b>			Obrigações sociais	(196)	185			
	<b>31.12.2017</b>	<b>31.12.2016</b>	Impostos a recolher	(379)	1.802			
		(Reapresentado)	Partes relacionadas	7.964	(174)			
<b>Receita Líquida de Vendas</b>			Outros passivos	-	(100)			
Venda de Energia	8.177	18.374	Juros pagos	(535)	(4.108)			
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>			<b>Caixa (Aplicado Nas) Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>20.512</b>	<b>7.825</b>			
Custo da venda de energia, prestação de serviço de construção e operação	(1.127)	(810)	<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>					
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>7.050</b>	<b>17.564</b>	Aumento do imobilizado	(102)	(2)			
Depreciação e amortização	(6.558)	(7.272)	Aplicações financeiras vinculadas	(21.145)	(450)			
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido (Consumido) pela Companhia</b>	<b>493</b>	<b>10.291</b>	<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(21.247)</b>	<b>(452)</b>			
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>			<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>					
Receitas financeiras	873	71	Pagamento de empréstimos - principal	(736)	(5.742)			
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>1.366</b>	<b>10.362</b>	<b>Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades de Financiamento</b>	<b>(736)</b>	<b>(5.742)</b>			
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>			<b>Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(1.471)</b>	<b>1.631</b>			
Pessoal:			<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>					
Remuneração direta	578	593	Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.752	121			
Benefícios	240	192	Caixa e equivalente de caixa no final do período	281	1.752			
FGTS	47	47	<b>Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(1.471)</b>	<b>1.631</b>			
	865	833	<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>					
Impostos, taxas e contribuições:				<b>Capital social</b>	<b>Reserva de capital</b>	<b>Lucros/Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>	
Federais	3.214	3.477	<b>Saldo em 30/12/2015</b>	<b>53.222</b>	<b>83</b>	<b>1.005</b>	<b>54.310</b>	
Estaduais	1	0	Lucro / Prejuízo do período (Reapresentado)	-	-	(7.381)	(7.381)	
	3.215	3.477	Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(774)	(774)	
Remuneração de capitais de terceiros:			Dividendos Propostos	-	-	(251)	(251)	
Juros	7.053	6.190	<b>Saldo em 31/12/2016 (Representado)</b>	<b>53.222</b>	<b>83</b>	<b>(7.401)</b>	<b>45.904</b>	
Aluguéis	59	72	Lucro / Prejuízo do período	-	-	(13.850)	(13.850)	
Despesas financeiras	52	114	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>53.222</b>	<b>83</b>	<b>(21.250)</b>	<b>32.055</b>	
Penalidades Contratuais	-	86	<b>Preço R\$/Quantidade Mwh Assinatura do contrato</b>					
Outras	3.971	6.881	Usina	96.360	240,82	Set/2010	Abri/2014	Jul/2033
	11.136	13.343	Buriti					
Remuneração de capitais próprios:			<b>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações</b>					
Lucro líquido (prejuízo) do período	(13.850)	(7.290)						
<b>Valor Adicionado Total Distribuído</b>	<b>1.366</b>	<b>10.362</b>						
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)</b>								
<b>I. Contexto Operacional:</b> A Nova Eólica Buriti S.A é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 11/01/2010, com o objetivo de geração e comercialização de energia elétrica, localizada em Acaraú, Estado do Ceará, autorizada a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos (Resolução ANEEL Nº 562, de 10/06/2010) e com contrato de venda de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE por um prazo de 20 anos, contando com uma capacidade de produção instalada de 30,0 MWh.								



e incorporam as alterações trazidas pela Lei no 11.638/07 e no 11.941/09.

**2.2 Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

**2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais da Sociedade são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

**2.4 Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que podem resultar em um ajuste material são:

- Impostos a recuperar
- Impostos diferidos
- Imobilizado
- Intangível
- Riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

**2.5 Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação complementar às demonstrações financeiras em IFRS.

**3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade apresentam-se como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa: compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo

b) Imobilizado: registrados ao custo histórico de aquisição ou construção. Os ativos estão deduzidos de depreciação acumulada e das perdas por recuperação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, às taxas anuais que representam a vida útil-econômica estimada desses bens. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

c) Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração: A Sociedade e suas controladas analisam periodicamente a existência de evidências de não realização do valor contábil de um ativo. Caso sejam identificadas tais evidências, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo ("impairment") para determinar eventual provisão para trazer os saldos contábeis aos valores de realização. A Administração revisa a recuperabilidade do valor contábil dos ativos não circulantes ou de longa duração, principalmente o intangível mantido e utilizado nas operações da Sociedade. O objetivo é o de determinar e avaliar a ocorrência de eventos que indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperado. Os ativos são agrupados e avaliados com base nos fluxos de caixa descontados do negócio projetados para o período correspondente à vida remanescente estimada dos ativos, considerando o prazo do contrato de venda de energia de 20 anos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Quando uma provisão para redução ao provável valor recuperável é revertida em períodos subsequentes, o valor contábil do ativo é aumentado para refletir a estimativa revisada do valor de realização. O valor da reversão da provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos está limitado ao valor da provisão constituída em períodos anteriores, e é registrado no resultado do período em que houve a reversão da estimativa.

d) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial. O ativo financeiro deve ser reconhecido na data de sua negociação. Normalmente, os investimentos com vencimento menor que 90 dias na data de sua aquisição qualificam-se como equivalentes de caixa. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido da remuneração auferida. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja obrigação será requerida a ser liquidada, e cujo montante da obrigação é estimada de forma confiável. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas da obrigação. A Sociedade e suas controladas baixam os passivos financeiros quando, as obrigações são extintas.

e) Reconhecimento da receita: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia efetivamente realizado. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos ou a receber pela Sociedade.

f) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente. A contribuição social foi

calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros. As controladas apuram estes impostos no regime de lucro presumido.

g) Prejuízo por ação: Calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

h) Novas normas e interpretações vigentes já emitidas e ainda não adotadas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A Sociedade possui instrumentos financeiros mantidos até o vencimento (categoria extinta pela nova norma) e irá avaliar os impactos a serem causados. Quanto ao modelo de "impairment" (de perda incorrida para perda esperada), a Sociedade avalia os impactos a serem causados. Vigente a partir de 01/01/2018.
- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes. A nova norma estabelece critérios para o reconhecimento de receitas com clientes. A Sociedade não acredita que a aplicação dessas alterações terá impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras. Vigente a partir de 01/01/2018.
- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) - Iniciativa de divulgação. As alterações à norma oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática. A Sociedade não acredita que a aplicação dessas alterações terá impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras. Vigente a partir de 01/01/2016.
- Alterações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 38 / CPC 4 (R1) - Esclarecimentos dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização. As alterações proíbem o uso do método de depreciação baseada na receita e introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização (com exceções). A Sociedade não acredita que a aplicação dessas alterações terá impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras. Vigente a partir de 01/01/2016.
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014. As alterações à IFRS 7 / CPC 40 (R1) fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos. A Sociedade não acredita que a aplicação dessa alteração terá efeito relevante sobre suas demonstrações financeiras.

**Caixa e Equivalentes de Caixa:**

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos - Depósitos à vista	1	1.492
Aplicações financeiras (*)	280	260
<b>Total</b>	<b>281</b>	<b>1.752</b>

(\*) Refere-se à aplicação financeira em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs ou Fundo de investimento amplo. São remuneradas em 99,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O fundo de investimento, obteve nos últimos doze meses, aproximadamente 12,23% de rendimento, sem restrições para o resgate do valor aplicado antes do seu vencimento.

**5. Aplicações Financeiras Vículadas:**

	31.12.17	31.12.16
Vínculo com período de repactuação da dívida (*)	21.595	450
<b>Total</b>	<b>21.595</b>	<b>450</b>

(\*) Referem-se a recursos com liberação condicionada à assinatura dos aditivos de repactuação da dívida com a Caixa Econômica Federal, com previsão de liberação em maio de 2018.

**6. Contas A Receber:**

	31/12/2017	31/12/2016
Energia faturada (a)	1.531	1.856
Ajuste de energia (b)	-	1.146
<b>Total</b>	<b>1.531</b>	<b>3.002</b>
Circulante	1.531	1.856
Não circulante	-	1.146
<b>Total</b>	<b>1.531</b>	<b>3.002</b>

(a) Refere-se à venda de energia elétrica para a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) relativa ao faturamento de dezembro dos anos de 2017 e 2016. (b) Somatório das diferenças apuradas entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada apurada conforme o Contrato de Energia de Reserva: dentro da faixa de tolerância e fora da faixa de tolerância. A energia apurada dentro da faixa de tolerância será realizada no quadriênio, e a energia apurada fora da faixa de tolerância será realizada no mês posterior ao fechamento anual do contrato.

**7. Impostos a Recuperar:**

	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ e CSLL a recuperar	2	2
IRRF a recuperar	38	29
PIS e COFINS a recuperar	2	2
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>33</b>

**8. Despesas Antecipadas:**

	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios de seguros a apropriar (a)	131	136
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>136</b>
Circulante	131	136

(a) Refere-se basicamente a apólices de seguros em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. A Sociedade possui cobertura de seguros relacionadas à operação do empreendimento nos seguintes montantes:

Riscos	Data de vigência	Importância segurada
Risco Operacional	02/04/2014 a 01/12/2018	132.966
Responsabilidade Civil - Obras	01/12/2013 a 01/12/2018	2.609
<b>9. Imobilizado</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>

	Taxas anuais depreciação-%	Depreciação Custo	Valor acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Instalações	10	102	-	102	-
Computadores e periféricos	20	13	(6)	7	10



Móveis e utensílios	10	2	-	2	2
Máquinas e equipamentos	10	13	(4)	9	11
Ferramenta e acessórios	10	10	(2)	8	8
Peças sobressalentes	5	47	-	47	47
Aerogeradores	5	106.715	(20.739)	85.975	94.406
Obras Cívicas e Edificações	5	13.544	(2.564)	10.980	11.657
Linha de Transmissão	5	12.640	(2.393)	10.248	12.259
Adiantamento a fornecedores		41	-	41	41
<b>Total</b>		<b>133.127</b>	<b>(25.708)</b>	<b>107.419</b>	<b>118.442</b>

<b>Movimentação do Imobilizado</b>					
	<b>31.12.15</b>	<b>Adição</b>	<b>31/12/16</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>
					<b>31/12/17</b>
					<b>(Reapresentado)</b>
Instalações	-	-	-	102	-
Computador e periféricos	13	-	13	-	-
Móveis e utensílios	-	2	2	-	-
Máquinas e equipamentos	13	-	13	-	-
Ferramentas e acessórios	10	-	10	-	-
Peças sobressalentes	-	47	47	-	-
Aerogeradores	-	109.683	109.683	(2.969)	106.715
Obras Cívicas e Edificações	-	13.544	13.544	-	13.544
Linha de Transmissão	-	14.243	14.243	(1.602)	12.640
Adiantamento a fornecedores	-	41	41	-	41
<b>Subtotal</b>	<b>36</b>	<b>137.560</b>	<b>137.596</b>	<b>102 (4.571)</b>	<b>133.127</b>
(-) Depreciação acumulada	(2)	(19.153)	(19.154)	(6.920)	366
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>118.407</b>	<b>118.442</b>	<b>(6.818)</b>	<b>(4.205)</b>

**10. Fornecedores:** Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de contas a pagar aos fornecedores é de R\$ 721 registrado na sociedade (R\$ 2.283 em 31 de dezembro de 2016), refere-se ao saldo a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

**11. Saldos e Transações com Partes Relacionadas:** A Sociedade realiza transações com partes relacionadas, das quais se destacam:

<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>Conta contábil</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Wind Power Energia S.A. (a)	Nota de crédito	3	3
Nova Eólica Cajucoco S.A. (b)	Nota de crédito	1.193	1.078
Nova Eólica Coqueiro S.A. (b)	Nota de crédito	3.640	3.640
Nova Eólica Garças S.A. (b)	Nota de crédito	509	509
Central Eólica Quixaba S.A. (b)	Nota de crédito	2.147	1.647
<b>Total</b>		<b>7.492</b>	<b>6.877</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>Conta contábil</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Wind Power Energia S.A. (a)	Nota de débito	18	-
Energimp S.A. (b)	Nota de débito	27.515	20.490
Central Eólica			
Volta do Rio S.A. (b)	Nota de débito	229	199
Nova Eólica Araras S.A. (b)	Nota de débito	222	-
Nova Eólica Cajucoco S.A. (b)	Nota de débito	1.898	1.898
Energimp S.A.	Fruição	1.990	1.321
<b>Total</b>		<b>31.871</b>	<b>23.908</b>

(a) Refere-se basicamente a contrato de fornecimento de equipamentos e serviços para construção de aerogeradores com a Wind Power Energia S.A.

(b) Refere-se aos saldos devedores e credores da Sociedade com os parques eólicos e empresas ligadas decorrente de pagamentos de despesas diversas

## 12. Empréstimos e Financiamentos:

<b>Instituição Financeira</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
CEF/BNDES	Nova Eólica Buriti S.A.	61.382	55.790
	<b>Total</b>	<b>61.382</b>	<b>55.790</b>
	Circulante	61.382	55.790

**Movimentação:**

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Pagamentos:			
Principal	(5.742)	(5.742)	-
Juros apropriados	(4.108)	(4.108)	-
Encargos financeiros			
No resultado	5.783	5.783	-
Amortização do custo de transação	106	106	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>55.790</b>	<b>55.790</b>	-

<b>Pagamentos:</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Principal	(736)	(736)	-
Juros apropriados	(535)	(535)	-
Encargos financeiros			
No resultado	6.818	6.818	-
Amortização do custo de transação	45	45	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>61.382</b>	<b>61.382</b>	-

Recursos liberados em 2011, relacionados às operações de empréstimos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Sobre o principal da dívida incidem juros calculados de 5,5% ao ano sobre a parcela destinada à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e de 3% ao ano mais TJLP sobre a parcela destinada à implantação das Centrais Eólicas e respectivos sistemas de transmissão. Esses encargos são pagáveis com o principal no período de amortização, com início previsto em 28/02/2013 e vencimento final em 2021 (99 parcelas) para a primeira linha de financiamento e vencimento final em 2029 (192 parcelas) para a segunda linha de financiamento. O BNDES poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista, ocorrência de procedimento judicial, redução do quadro de pessoal, extinção da autorização da ANEEL para exploração dos empreendimentos, descumprimento de quaisquer obrigações constantes do contrato, o controle efetivo, direto ou indireto, sofrer alterações após a contratação,

sem prévia autorização, fusão, cisão, dissolução e/ou incorporação sem prévia autorização e qualquer alteração no objeto social. Em 13/01/2017 foi concedida à Sociedade um período de suspensão das cobranças das amortizações dos contratos de financiamentos desse parque pela Caixa Econômica Federal, do período de 15/11/2016 a 31/03/2017. Essa suspensão havia sido pleiteada com o objetivo de proporcionar a Sociedade uma folga financeira e tempo para negociação com o Banco a fim de conseguir a repactuação da dívida. Em 12/12/2017, a Caixa Econômica Federal aprovou o pleito da Sociedade de renegociação dos empréstimos de longo prazo e da operação de médio prazo. Com a repactuação, a Sociedade terá uma carência adicional de 04 (quatro) anos. Nesse período de carência, a Sociedade irá investir os recursos gerados internamente na recuperação de suas máquinas a fim de retomar o crescimento de suas receitas. A minuta do aditivo ao contrato de financiamento encontra-se em fase de validação pelo jurídico do agente financiador, a Sociedade estima que os aditivos sejam assinados até o final do 1º trimestre de 2018. A TJLP é usada para corrigir empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 01/04/2017, o Conselho Monetário Nacional (CMN) reduziu para 7% ao ano a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) com vigor a partir do segundo trimestre de 2017 e foi mantida até dezembro de 2017. Para as captações efetuadas com o BNDES, a Sociedade está sujeita ao cumprimento de obrigações, tais como: • Comprovação de aplicação dos recursos próprios previstos no projeto. • Envio de atas de assembleias ao BNDES em até 30 dias após o respectivo arquivamento, alterações no contrato social e demonstrações financeiras. • Garantias: (i) fiança solidária a ser concedida pelo prestador de garantia, a Sociedade; (ii) alienação fiduciária de todas as máquinas e equipamentos; (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios dos valores depositados na conta centralizadora de receitas, na conta de reserva e na conta de reserva especial e dos recursos oriundos de sinistros cobertos por seguros; (iv) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de comercialização de energia; (v) penhor dos direitos emergentes da autorização da ANEEL; (vi) seguros de engenharia, garantia ("completion Bond"), patrimoniais, de responsabilidade civil e de lucros cessantes; e (vii) penhor de 100% das ações da controlada. O contrato também impõe limites à habilidade da Sociedade: • Assumir novas dívidas. • Alienação de bens do ativo permanente. • Cumprir com determinados índices de liquidez e estrutura de capital. • Incurrir ou permitir gravames sobre os seus ativos para garantir as dívidas. Incorporação por absorção e/ou consolidação. Na hipótese de descumprimento destas cláusulas, inadimplemento e modificação de projeto sem a anuência do BNDES, a Sociedade poderá ter o vencimento da dívida antecipado. Em 31/12/2017, a Sociedade não cumpriu integralmente a exigência do contrato de manter saldos depositados em contas vinculadas para formação de conta de reserva e conta de reserva especial. A Sociedade não cumpriu as exigências do contrato de manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30. A Sociedade não cumpriu as exigências do contrato de manter o Índice de Capitalização Própria nos patamares descritos no contrato. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras estas obrigações contratuais não foram atendidas e a Sociedade classificou integralmente no passivo circulante o saldo de financiamento desta eólica, em 31/12/2017. Em 26/04/2018, a Sociedade firmou o aditivo de repactuação das dívidas com a Caixa Econômica Federal, com as seguintes características: incorporação das parcelas em aberto de setembro de 2016 até a assinatura do aditivo; período de carência intermitente de 04 anos; remuneração das parcelas do período de carência remunerados pela taxa SELIC; saldo devedor capitalizado pelos juros contratuais; extinção dos covenant financeiros e entrega de relatório mensal de acompanhamento dos empreendimentos. **13. Patrimônio Líquido:** a) **Capital social:** Em 31/12/2017, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$ 53.222 (R\$ 53.222 em 31/12/2016), composto por 53.222.313 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal. O controle da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é composto da seguinte forma:

### Quantidade de ações

<b>Acionista:</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>%</b>
Energimp	53.222.313	100	53.222.313	100
<b>Total</b>	<b>53.222.313</b>	<b>100</b>	<b>53.222.313</b>	<b>100</b>

b) **Reservas de lucros:** O Estatuto Social da Sociedade prevê que, do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados à reserva legal, até o limite de 20% do capital; 1% para pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, e, após essa destinação, o saldo remanescente, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir. **14. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31/12/2017 e de 2016 está demonstrado na tabela abaixo:

	<b>31/12/17</b>		<b>31/12/16</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
Faturamento	22.867	22.867	21.643	19.882
Receita	22.867	22.867	21.643	19.882
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	1.829	2.744	1.731	2.597
Receitas financeiras (apl. financeiras)	873	873	71	71
Base de cálculo	2.702	3.617	1.803	2.668
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%
Tributos apurados	405	326	270	240
Adicional (10%)	270	-	180	-
<b>Total</b>	<b>676</b>	<b>326</b>	<b>451</b>	<b>240</b>

O imposto de renda e contribuição social foram calculados com base na sistemática do lucro presumido, às alíquotas de 15% e 9%, respectivamente, mais adicionais previstos em lei. Impostos diferidos: são provenientes das mudanças de práticas contábeis ocorridas no Brasil, principalmente, por

provisões não dedutíveis e receitas não tributáveis temporariamente, e foram registrados considerando a sua expectativa de realização. Segue composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	31/12/2017		31/12/2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Decorrentes da aplicação do ICPC 01	130	82	24	3
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>82</b>	<b>24</b>	<b>3</b>

**15. Instrumentos Financeiros:** a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros: A Sociedade entende que os instrumentos financeiros, reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, aproximando-se de seu valor justo. Não é prática da Sociedade contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31/12/2017 e 31/12/2016, a Sociedade não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. A classificação dos instrumentos financeiros da Sociedade é apresentada a seguir:

Ativos financeiros	Valor Contábil e Valor Justo	
	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	281	1.752
Contas a Receber de cliente	1.531	3.002
Partes Relacionadas	7.492	6.877
Depósitos vinculados	21.595	450
<b>Passivos financeiros</b>		
Empréstimos e financiamentos	61.382	55.790
Fornecedores	721	2.283
Contas a Pagar	11.537	152
Parte Relacionada	31.871	23.908
Dividendos	251	251

**Classificação dos instrumentos financeiros:** a) Os instrumentos financeiros são classificados como Ativos financeiros, tendo como categorias: (I) empréstimos e recebíveis; (II) mensurados ao valor justo através do resultado; (III) mantidos até o vencimento; e (IV) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios: (I) Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado. (II) Mensurados ao valor justo através do resultado: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (iii) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração, a contrapartida é o resultado. (III) Mantidos até o vencimento: não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos

#### Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

	Saldo em 31/12/2017	Risco	Cenário				
			Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras	280	Rendimentos em FI (6,89%)	289	294	300	305	310
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	21.595	Varição do CDI (6,89%)	22.288	22.686	23.083	23.481	23.878
Saldo de empréstimos e financiamentos	(34.502)	TJLP (7%) + 3,00%	(35.995)	(36.900)	(37.804)	(38.708)	(39.613)

16. Receita:	31/12/2017		31/12/2016		18. Resultado Financeiro:	31/12/2017		31/12/2016	
Receita bruta/ Venda de Energia	8.172	18.374	Receitas financeiras						
Subtotal	8.172	18.374	Rendimento de aplicação financeira			829		71	
Pis e Cofins	(300)	(671)	Outras			44		-	
<b>Total</b>	<b>7.872</b>	<b>17.703</b>	Subtotal			873		71	
<b>17. Despesas por Natureza:</b> Despesas por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:			Despesas financeiras/ Despesas bancárias			(7)		(7)	
	31/12/2017	31/12/2016	Juros pagos a fornecedores			-		(9)	
		(Reapresentado)	Juros sobre financiamento			(4.563)		(5.041)	
Apoio operacional	(705)	(406)	Juros sobre mútuo			-		(1)	
Depreciação e Amortização	(6.558)	(7.272)	Juros pagos outros			(2.255)		(742)	
Despesas com Pessoal	(1.043)	(1.009)	Juros s/ multas impostos			(235)		(397)	
Fruição	(670)	(648)	Multas pagas			-		(1)	
Impostos e Taxas	(2.235)	(2.077)	Amortização do Custo de Transação			(45)		(106)	
Outros	(611)	(319)	Subtotal			(7.104)		(6.303)	
Penalidades Contratuais	-	(86)	<b>Total</b>			<b>(6.231)</b>		<b>(6.232)</b>	
Perda na baixa de Ativos	(2.945)	(6.252)	<b>19. Aprovação das Demonstrações Financeiras:</b> Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 14 de janeiro de 2019.						
Seguros	(147)	(130)							
Serviços profissionais contratados	(26)	(36)							
<b>Total</b>	<b>(14.940)</b>	<b>(18.235)</b>							

Marcio Lopes Almeida – Diretor Geral  
Maria Simony Correia Dias – CRC/CE 023696/O-0.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Eusébio - Decreto Nº 731, de 11 de Março de 2019.** Altera o Decreto nº 729, de 06 de fevereiro de 2019 que dispõe sobre a forma e os prazos para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, exercício de 2019, e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Eusébio, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Eusébio e art. 146 da Lei Complementar nº 36 de 30 de outubro de 2017 – Código Tributário Municipal. Decreta: Art. 1º. O Decreto nº 729, de 06 de fevereiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 1º. O pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU relativo ao exercício de 2019 será efetuado até o dia 10 de abril de 2019, para os casos descritos no inciso I, § 1º do art. 146 da Lei Complementar nº 36, de 30 de outubro de 2017, com 10% de desconto para o pagamento de parcela única, condicionado à adimplência até 31 de dezembro do ano anterior. Art. 2º O contribuinte do IPTU poderá efetuar o pagamento do crédito tributário devido, relativo ao exercício em 08 (oito) parcelas iguais e consecutivas com o vencimento da primeira e segunda parcela no dia 10 de abril de 2019 e as subsequentes, no dia 10 de cada mês, até outubro. §1º..... §2º.....” Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. **Paço da Prefeitura Municipal de Eusébio, em 11 de março de 2019. Registre-se e publique-se. Acilom Gonçalves Pinto Junior - Prefeito Municipal.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Câmara Municipal de Boa Viagem - Tomada de Preços Nº 2019.01.001-CMBV - Aviso de Reabertura.** A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Boa Viagem/CE, Rita de Cássia de Sousa, designada pela portaria n.º 001/2019, de 02 de janeiro de 2019, torna público, a todas as empresas participantes do referido certame, que a reabertura do mesmo será dia 22 de março de 2019 às 09:00 horas. **Boa Viagem – Ceará, 20 de Março de 2019. Rita de Cássia de Sousa - Presidente da CPL.**



## NOVA EOLICA COQUEIRO S.A.

CNPJ nº 11.646.832/0001-04

## Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	31/12/2017	31/12/2016	Passivos e Patrimônio Líquido	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulantes</b>		(Reapresentado)	<b>Circulantes</b>		(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	391	253	Fornecedores	828	531
Aplicações Financeiras Vinculada	20.961	2.132	Empréstimos e financiamentos	51.822	47.347
Contas a receber	1.858	1.795	Partes relacionadas	-	814
Impostos a recuperar	86	40	Contas a pagar	-	1.227
Despesas antecipadas	118	122	Obrigações sociais	63	249
Adiantamentos a fornecedores	30	14	Impostos a recolher	1.115	1.216
Outros ativos	19	13	<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>53.827</b>	<b>51.386</b>
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>23.462</b>	<b>4.369</b>	<b>Não Circulantes/</b> Contas a pagar	2.513	-
<b>Não Circulantes/</b> Depósitos judiciais	439	91	Dividendos a pagar	721	721
Partes relacionadas	1.644	558	Partes relacionadas	38.804	31.778
Impostos diferidos	146	80	Impostos diferidos	-	242
Contas a receber	-	3.601	<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>42.038</b>	<b>32.740</b>
Imobilizado	110.160	119.382	<b>Patrimônio Líquido/</b> Capital social	42.371	42.371
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>112.390</b>	<b>123.712</b>	Reservas de lucros	162	162
<b>Total dos Ativos</b>	<b>135.852</b>	<b>128.081</b>	Lucros (prejuízos acumulados)	(2.547)	1.421
			Patrimônio líquido atribuível aos controladores	39.987	43.954
			<b>Total dos Passivos e Patrimônio Líquido</b>	<b>135.852</b>	<b>128.081</b>

## Demonstrações dos Resultados dos Exercícios

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receita Líquida de Vendas</b>		(Reapresentado)
Venda de Energia	15.384	20.087
<b>Total</b>	<b>15.384</b>	<b>20.087</b>
<b>Custo De Operação</b>	<b>(10.439)</b>	<b>(10.422)</b>
<b>(Prejuízo) Lucro Bruto</b>	<b>4.945</b>	<b>9.665</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>		
Despesas Administrativas	(1.182)	(730)
Despesas Tributárias	(8)	(8)
Penalidades Contratuais	(36)	0
Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	(2.038)	(3.230)
<b>Total</b>	<b>(3.264)</b>	<b>(3.968)</b>
<b>(Prejuízo) Lucro Operacional</b>	<b>1.681</b>	<b>5.696</b>
<b>Antes do Resultado Financeiro</b>		
<b>Resultado Financeiro</b>		
Receitas financeiras	831	42
Despesas financeiras	(5.709)	(4.867)
<b>Total</b>	<b>(4.878)</b>	<b>(4.825)</b>
<b>(Prejuízo) Lucro Antes do IR e da CS</b>	<b>(3.197)</b>	<b>871</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(875)	(581)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	104	(20)
<b>Total</b>	<b>(771)</b>	<b>(601)</b>
<b>(Prejuízo) Lucro Líquido do Período</b>	<b>(3.968)</b>	<b>271</b>

## Demonstração dos Valores Adicionados

	31.12.2017	31.12.2016
		(Reapresentado)
Receita Líquida de Vendas		
Venda de Energia	15.966	20.857
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		
Custo da venda de energia, prestação de serviço de construção e operação	(970)	(776)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>14.996</b>	<b>20.081</b>
Depreciação e amortização	(6.555)	(6.791)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido (Consumido) pela Companhia</b>	<b>8.441</b>	<b>13.289</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>		
Receitas financeiras	831	42
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>9.272</b>	<b>13.332</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>		
Pessoal:		
Remuneração direta	526	532
Benefícios	180	154
FGTS	44	42
	750	727
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	3.460	3.434
Estaduais	2	1
	3.462	3.436
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	5.726	4.719
Aluguéis	75	69
Despesas financeiras	(17)	148
Penalidades Contratuais	36	-
Outras	3.207	3.961
	9.027	8.898
Remuneração de capitais próprios:		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(3.968)	271
<b>Valor Adicionado Total Distribuído</b>	<b>9.272</b>	<b>13.332</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017** (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**1. Contexto Operacional:** A Nova Eólica Coqueiro S.A é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 08/01/2010, com o objetivo de geração e comercialização de energia elétrica, localizada em Acaraú, Estado do Ceará, autorizada a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos (Resolução ANEEL N° 579, de 17/06/2010) e com contrato de venda de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE por um prazo de 20 anos,

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	31.12.17	31.12.16
		(Reapresentada)
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Lucro ou Prejuízo do período	(3.968)	271
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do período com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	6.555	6.791
Amortização do custo de transação - empréstimos	(23)	140
Encargos financeiros e variação monetária líquidos	5.540	4.588
Apropriação de seguros	133	117
Baixa do ativo imobilizado e intangível	2.837	3.235
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(308)	541
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	3.538	(1.571)
Impostos a recuperar	(46)	22
Partes relacionadas	(1.086)	(100)
Despesas antecipadas	(129)	(133)
Depósitos judiciais	(348)	-
Adiantamento a fornecedores	(16)	2
Outros ativos	(7)	(92)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	297	67
Contas a pagar	1.286	(6.910)
Obrigações sociais	(187)	151
Impostos a recolher	(102)	988
Partes relacionadas	6.212	2.370
Juros pagos	(392)	(3.399)
<b>Caixa (Aplicado Nas) Gerado Pelas Atividades Operacionais</b>	<b>19.785</b>	<b>7.078</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aumento do imobilizado	(169)	(38)
Aplicações financeiras vinculadas	(18.829)	(2.132)
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(18.998)</b>	<b>(2.170)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Pagamento de empréstimos - principal	(650)	(5.931)
<b>Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades de Financiamento</b>	<b>(650)</b>	<b>(5.931)</b>
<b>Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>138</b>	<b>(1.023)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	253	1.276
Caixa e equivalente de caixa no final do período	391	253
<b>Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>138</b>	<b>(1.023)</b>

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Lucro/Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 30/12/2015</b>	<b>42.371</b>	<b>10</b>	<b>2.143</b>	<b>44.525</b>
Lucro/Prejuízo do período (reapresentado)	-	-	225	225
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(741)	(741)
Dividendos Propostos	-	-	(53)	(53)
<b>Saldo em 31/12/2016 (Representado)</b>	<b>42.371</b>	<b>10</b>	<b>1.574</b>	<b>43.955</b>
Lucro/Prejuízo do período	-	-	(3.968)	(3.968)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>42.371</b>	<b>10</b>	<b>(2.394)</b>	<b>39.986</b>

contando com uma capacidade de produção instalada de 27,0 MWh.

Usina	Quantidade MWh/Ano	Preço R\$/MWh	Assinatura do contrato (IPCA)	Data planejada da operação comercial	Encerramento do contrato
Coqueiro	96.360	240,82	Set/2010	Nov/2014	Jul/2033

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações





e incorporam as alterações trazidas pela Lei no 11.638/07 e no 11.941/09.

**2.2 Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

**2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais da Sociedade são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

**2.4 Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que podem resultar em um ajuste material são:

- Impostos a recuperar
- Impostos diferidos
- Imobilizado
- Intangível
- Riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

**2.5 Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação complementar às demonstrações financeiras em IFRS.

**3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade apresentam-se como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa: compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo

b) Imobilizado: registrados ao custo histórico de aquisição ou construção. Os ativos estão deduzidos de depreciação acumulada e das perdas por recuperação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, às taxas anuais que representam a vida útil-econômica estimada desses bens. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

c) Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração: A Sociedade e suas controladas analisam periodicamente a existência de evidências de não realização do valor contábil de um ativo. Caso sejam identificadas tais evidências, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo ("impairment") para determinar eventual provisão para trazer os saldos contábeis aos valores de realização. A Administração revisa a recuperabilidade do valor contábil dos ativos não circulantes ou de longa duração, principalmente o intangível mantido e utilizado nas operações da Sociedade. O objetivo é o de determinar e avaliar a ocorrência de eventos que indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperado. Os ativos são agrupados e avaliados com base nos fluxos de caixa descontados do negócio projetados para o período correspondente à vida remanescente estimada dos ativos, considerando o prazo do contrato de venda de energia de 20 anos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Quando uma provisão para redução ao provável valor recuperável é revertida em períodos subsequentes, o valor contábil do ativo é aumentado para refletir a estimativa revisada do valor de realização. O valor da reversão da provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos está limitado ao valor da provisão constituída em períodos anteriores, e é registrado no resultado do período em que houve a reversão da estimativa.

d) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial. O ativo financeiro deve ser reconhecido na data de sua negociação. Normalmente, os investimentos com vencimento menor que 90 dias na data de sua aquisição qualificam-se como equivalentes de caixa. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido da remuneração auferida. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja obrigação será requerida a ser liquidada, e cujo montante da obrigação é estimada de forma confiável. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas da obrigação. A Sociedade e suas controladas baixam os passivos financeiros quando, as obrigações são extintas.

e) Reconhecimento da receita: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia efetivamente realizado. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos ou a receber pela Sociedade.

f) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente. A contribuição social foi

calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros. As controladas apuram estes impostos no regime de lucro presumido.

g) Prejuízo por ação: Calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

h) Novas normas e interpretações vigentes já emitidas e ainda não adotadas: • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A Sociedade possui instrumentos financeiros mantidos até o vencimento (categoria extinta pela nova norma) e irá avaliar os impactos a serem causados. Quanto ao modelo de "impairment" (de perda incorrida para perda esperada), a Sociedade avalia os impactos a serem causados. Vigente a partir de 01/01/2018. • IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes. A nova norma estabelece critérios para o reconhecimento de receitas com clientes. A Sociedade não acredita que a aplicação dessas alterações terá impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras. Vigente a partir de 01/01/2018. • Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) - Iniciativa de divulgação. As alterações à norma oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática. A Sociedade não acredita que a aplicação dessas alterações terá impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras. Vigente a partir de 01/01/2016. • Alterações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 38 / CPC 4 (R1) - Esclarecimentos dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização. As alterações proíbem o uso do método de depreciação baseada na receita e introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização (com exceções). A Sociedade não acredita que a aplicação dessas alterações terá impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras. Vigente a partir de 01/01/2016. • Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014. As alterações à IFRS 7 / CPC 40 (R1) fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos. A Sociedade não acredita que a aplicação dessa alteração terá efeito relevante sobre suas demonstrações financeiras.

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos - depósitos à vista	391	253
<b>Total</b>	<b>391</b>	<b>253</b>

	31.12.17	31.12.16
<b>5. Aplicações Financeiras Vículadas:</b>		

	31/12/2017	31/12/2016
Vínculo com período de repactuação da dívida (*)	20.961	2.132
<b>Total</b>	<b>20.961</b>	<b>2.132</b>

Circulante 20.961 2.132

(\*) Referem-se a recursos com liberação condicionada à assinatura dos aditivos de repactuação da dívida com a Caixa Econômica Federal, com previsão de liberação em maio de 2018.

	31/12/2017	31/12/2016
<b>6. Contas A Receber:</b>		
Energia faturada (a)	1.858	1.628
Ajuste de energia (b)	-	3.767
<b>Total</b>	<b>1.858</b>	<b>5.396</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.858</b>	<b>1.795</b>
Não circulante	-	3.601
<b>Total</b>	<b>1.858</b>	<b>5.396</b>

(a) Refere-se à venda de energia elétrica para a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) relativa ao faturamento de dezembro dos anos de 2017 e 2016. (b) Somatório das diferenças apuradas entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada apurada conforme o Contrato de Energia de Reserva: dentro da faixa de tolerância e fora da faixa de tolerância. A energia apurada dentro da faixa de tolerância será realizada no quadriênio, e a energia apurada fora da faixa de tolerância será realizada no mês posterior ao fechamento anual do contrato.

	31/12/2017	31/12/2016
<b>7. Impostos A Recuperar:</b>		
IRPJ e CSLL a recuperar	2	2
IRRF a recuperar	84	38
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>40</b>

	31/12/2017	31/12/2016
<b>8. Despesas Antecipadas:</b>		
Prêmios de seguros a apropriar (a)	118	122
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>122</b>
Circulante	118	122

(a) Refere-se basicamente a apólices de seguros em 31/12/2017 e de 2016. A Sociedade possui cobertura de seguros relacionadas à operação do empreendimento nos seguintes montantes:

	Data de vigência	Importância segurada
Riscos Operacional	01/12/2015 a 01/12/2018	126.428
Responsabilidade Civil - Obras	01/12/2013 a 01/12/2018	2.350

	31.12.17	31.12.16
<b>9. Imobilizado:</b>		

	Taxas anuais depreciação-%	Depreciação Custo	Valor acumulado	Valor líquido	Valor líquido (Reapresentado)
Instalações	10	166	(1)	165	-
Computadores e periféricos	20	55	(26)	30	40
Móveis e utensílios	10	4	(1)	3	2
Máquinas e equipamentos	10	8	(1)	7	8
Ferramenta e acessórios	10	5	(1)	4	5
Peças sobressalentes	5	89	-	89	89
Aerogeradores	5	104.380	(15.590)	88.790	96.153
Obras Cíveis e Edificações	5	12.477	(1.834)	10.642	11.265
Linha de Transmissão	5	12.223	(1.793)	10.430	11.041



Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	779
<b>Total</b>	<b>129.407</b>	<b>(19.247)</b>	<b>110.160</b>	<b>119.382</b>	
<b>Movimentação do Imobilizado</b>	<b>31.12.15</b>	<b>Adição</b>	<b>31/12/16</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>
					<b>31/12/17</b>
					(Reapresentado)
Instalações	-	-	-	166	-
Computador e periféricos	21	33	54	2	-
Máquinas e equipamentos	5	4	9	-	-
Móveis e utensílios	-	2	2	1	-
Ferramentas e acessórios	6	-	6	-	-
Peças sobressalentes	-	89	89	-	-
Aerogeradores	-	106.437	106.437	(2.058)	104.378
Obras Cívicas e Edificações	-	12.477	12.477	-	-
Linha de Transmissão	-	12.223	12.223	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	779	779	-	(779)
Subtotal	31	132.043	132.075	169	(2.837)
(-)Depreciação acumulada	(8)	(12.685)	(12.693)	(6.617)	63
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>119.358</b>	<b>119.382</b>	<b>(6.448)</b>	<b>(2.775)</b>

**10. Fornecedores:** Em 31/12/2017, o saldo de contas a pagar aos fornecedores é de R\$ 828 registrado na sociedade (R\$ 531 em 31/12/2016), refere-se ao saldo a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. **11. Saldos e Transações com partes Relacionadas:** A Sociedade realiza transações com partes relacionadas, das quais se destacam:

<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>Conta contábil</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Nova Eólica Cajucoco S.A. (b)	Nota de crédito	100	100
Nova Eólica Garças S.A. (b)	Nota de crédito	458	458
Nova Eólica Quixaba S.A. (b)	Nota de crédito	1.086	-
<b>Total</b>		<b>1.644</b>	<b>558</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>Conta contábil</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Wind Power Energia S.A. (a)	Nota de débito	-	814
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>814</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>Conta contábil</b>	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>
Wind Power Energia S.A. (a)	Nota de débito	18	-
Energimp S.A. (b)	Nota de débito	29.247	23.161
Central Eólica Volta do Rio S.A. (b)	Nota de débito	205	179
Nova Eólica Araras S.A. (b)	Nota de débito	227	-
Nova Eólica Buriti S.A. (b)	Nota de débito	3.640	3.640
Nova Eólica Cajucoco S.A. (b)	Nota de débito	1.711	1.711
Central Eólica Quixabá S.A. (b)	Nota de débito	1.592	1.592
Energimp S.A.	Fruição	2.165	1.496
<b>Total</b>		<b>38.804</b>	<b>31.778</b>

(a) Refere-se basicamente a contrato de fornecimento de equipamentos e serviços para construção de aerogeradores com a Wind Power Energia S.A. (b) Refere-se aos saldos devedores e credores da Sociedade com os parques eólicos e empresas ligadas decorrente de pagamentos de despesas diversas.

## 12. Empréstimos e Financiamentos:

<b>Instituição Financeira</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
CEF/BNDES	Nova Eólica Coqueiro S.A.	51.822	47.347
<b>Total</b>		<b>51.822</b>	<b>47.347</b>
	Circulante	51.822	47.347

**Movimentação:**

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Pagamentos:			
Principal	(5.931)	(5.931)	-
Juros apropriados	(3.399)	(3.399)	-
Encargos financeiros			
No resultado	4.588	4.588	-
Amortização do custo de transação	140	140	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>47.347</b>	<b>47.347</b>	<b>-</b>

<b>Pagamentos:</b>	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>
Principal	(650)	(650)
Juros apropriados	(392)	(392)
Encargos financeiros		
No resultado	5.540	5.540
Amortização do custo de transação	(23)	(23)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>51.822</b>	<b>51.822</b>

Recursos liberados em 2011, relacionados às operações de empréstimos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Sobre o principal da dívida incidem juros calculados de 5,5% ao ano sobre a parcela destinada à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e de 3% ao ano mais TJLP sobre a parcela destinada à implantação das Centrais Eólicas e respectivos sistemas de transmissão. Esses encargos são pagáveis com o principal no período de amortização, com início previsto em 28/02/2013 e vencimento final em 2021 (99 parcelas) para a primeira linha de financiamento e vencimento final em 2029 (192 parcelas) para a segunda linha de financiamento. O BNDES poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista, ocorrência de procedimento judicial, redução do quadro de pessoal, extinção da autorização da ANEEL para exploração dos empreendimentos, descumprimento de quaisquer obrigações constantes do contrato, o controle efetivo, direto ou indireto, sofrer alterações após a contratação, sem prévia autorização, fusão, cisão, dissolução e/ou incorporação sem prévia autorização e qualquer alteração no objeto social. Em 13/01/2017 foi concedida à Sociedade um período de suspensão das cobranças das amortizações dos contratos de financiamentos desse parque pela Caixa

Econômica Federal, do período de 15/11/2016 a 31/03/2017. Essa suspensão havia sido pleiteada com o objetivo de proporcionar a Sociedade uma folga financeira e tempo para negociação com o Banco a fim de conseguir a repactuação da dívida. Em 12/12/2017, a Caixa Econômica Federal aprovou o pleito da Sociedade de renegociação dos empréstimos de longo prazo e da operação de médio prazo. Com a repactuação, a Sociedade terá uma carência adicional de 04 (quatro) anos. Nesse período de carência, a Sociedade irá investir os recursos gerados internamente na recuperação de suas máquinas a fim de retomar o crescimento de suas receitas. A minuta do aditivo ao contrato de financiamento encontra-se em fase de validação pelo jurídico do agente financiador, a Sociedade estima que os aditivos sejam assinados até o final do 1º trimestre de 2018. A TJLP é usada para corrigir empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 01/04/2017, o Conselho Monetário Nacional (CMN) reduziu para 7% ao ano a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) com vigor a partir do segundo trimestre de 2017 e foi mantida até dezembro de 2017. Para as captações efetuadas com o BNDES, a Sociedade está sujeita ao cumprimento de obrigações, tais como: • Comprovação de aplicação dos recursos próprios previstos no projeto. • Envio de atas de assembleias ao BNDES em até 30 dias após o respectivo arquivamento, alterações no contrato social e demonstrações financeiras. • Garantias: (i) fiança solidária a ser concedida pelo prestador de garantia, a Sociedade; (ii) alienação fiduciária de todas as máquinas e equipamentos; (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios dos valores depositados na conta centralizadora de receitas, na conta de reserva e na conta de reserva especial e dos recursos oriundos de sinistros cobertos por seguros; (iv) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de comercialização de energia; (v) penhor dos direitos emergentes da autorização da ANEEL; (vi) seguros de engenharia, garantia ("completion Bond"), patrimoniais, de responsabilidade civil e de lucros cessantes; e (vii) penhor de 100% das ações da controlada. O contrato também impõe limites à habilidade da Sociedade: • Assumir novas dívidas. • Alienação de bens do ativo permanente. • Cumprir com determinados índices de liquidez e estrutura de capital. • Incurrir ou permitir gravames sobre os seus ativos para garantir as dívidas. Incorporação por absorção e/ou consolidação. Na hipótese de descumprimento destas cláusulas, inadimplemento e modificação de projeto sem a anuência do BNDES, a Sociedade poderá ter o vencimento da dívida antecipado. Em 31/12/2017, a Sociedade não cumpriu integralmente a exigência do contrato de manter saldos depositados em contas vinculadas para formação de conta de reserva e conta de reserva especial. A Sociedade não cumpriu as exigências do contrato de manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30. A Sociedade não cumpriu as exigências do contrato de manter o Índice de Capitalização Própria nos patamares descritos no contrato. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras estas obrigações contratuais não foram atendidas e a Sociedade classificou integralmente no passivo circulante o saldo de financiamento desta eólica, em 31/12/2017. Em 26/04/2018, a Sociedade firmou o aditivo de repactuação das dívidas com a Caixa Econômica Federal, com as seguintes características: incorporação das parcelas em aberto de setembro de 2016 até a assinatura do aditivo; período de carência intermitente de 04 anos; remuneração das parcelas do período de carência remuneradas pela taxa SELIC; saldo devedor capitalizado pelos juros contratuais; extinção dos covenants financeiros e entrega de relatório mensal de acompanhamento dos empreendimentos. **13. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** Em 31/12/2017, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$ 42.371.456 (R\$ 42.371.456 em 31/12/2016), composto por 42.371.456 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal. O controle da Sociedade em 31/12/2017 e de 2016 é composto da seguinte forma:

	<b>Quantidade de ações</b>			
	<b>31/12/2017</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>%</b>
<b>Acionista:</b>				
Energimp	42.371.456	100	42.371.456	100
<b>Total</b>	<b>42.371.456</b>	<b>100</b>	<b>42.371.456</b>	<b>100</b>

**b) Reservas de lucros:** O Estatuto Social da Sociedade prevê que, do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados à reserva legal, até o limite de 20% do capital; 1% para pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, e, após essa destinação, o saldo remanescente, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir. **14. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31/12/2017 e de 2016 está demonstrado na tabela abaixo:

	<b>31/12/17</b>		<b>31/12/16</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
Faturamento	22.124	22.124	21.428	21.428
Receita	22.124	22.124	21.428	21.428
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	1.770	2.655	1.714	2.571
Receitas financeiras (apl. financeiras)	831	831	42	42
Base de cálculo	2.601	3.486	1.756	2.614
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%
Tributos apurados	390	314	263	235
Adicional (10%)	260	-	176	-
<b>Total</b>	<b>650</b>	<b>314</b>	<b>439</b>	<b>235</b>

O imposto de renda e contribuição social foram calculados com base na sistemática do lucro presumido, às alíquotas de 15% e 9%, respectivamente, mais adicionais previstos em lei. Impostos diferidos: são provenientes das mudanças de práticas contábeis ocorridas no Brasil, principalmente, por provisões não dedutíveis e receitas não tributáveis temporariamente, e foram registrados considerando a sua expectativa de realização. Segue composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	31/12/2017		31/12/2016		
	IR	CSLL	IR	CSLL	
Decorrentes da aplicação do ICPC 01	63	41	(12)	(8)	
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>41</b>	<b>(12)</b>	<b>(8)</b>	
<b>15. Instrumentos Financeiros:</b> a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros: A Sociedade entende que os instrumentos financeiros, reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, aproximando-se de seu valor justo. Não é prática da Sociedade contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31/12/2017 e 31/12/2016, a Sociedade não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. A classificação dos instrumentos financeiros da Sociedade é apresentada a seguir:					
	<b>Valor Contábil e Valor Justo</b>				
	<b>31/12/2017</b>		<b>31/12/2016</b>		
Ativos financeiros			(Reapresentado)		
Caixa e equivalentes de caixa	391		253		
Contas a receber de clientes	1.858		5.396		
Partes Relacionadas	1.644		558		
Depósitos vinculados	20.961		2.132		
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos	51.822		47.347		
Fornecedores	828		531		
Contas a Pagar	2.513		1.227		
Parte Relacionada	38.804		32.592		
Dividendos a Pagar	721		721		
<b>Classificação dos instrumentos financeiros:</b> a) Os instrumentos financeiros são classificados como Ativos financeiros, tendo como categorias: (I) empréstimos e recebíveis; (II) mensurados ao valor justo através do resultado; (III) mantidos até o vencimento; e (IV) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios: (I) Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado. (II) Mensurados ao valor justo através do resultado: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (iii) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração, a contrapartida é o resultado. (III) Mantidos até o vencimento: não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e intenção de se manter até o vencimento, com registro pelo custo histórico, método do custo amortizado. (IV) Disponíveis para venda: não se					
<b>Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade</b>					
	<b>Saldo em</b>		<b>Cenário</b>	<b>Cenário</b>	<b>Cenário</b>
	<b>31/12/2017</b>		<b>(-50%)</b>	<b>(-25%)</b>	<b>Provável</b>
		<b>Risco</b>	<b>(+25%)</b>	<b>(+50%)</b>	
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	20.961	Variação do CDI (6,89%)	21.633	22.019	22.405
Saldo de empréstimos e financiamentos	(19.359)	TJLP (7%) + 3,00%	(20.197)	(20.704)	(21.211)
					(21.719)
					23.177
					(22.226)
<b>16. Receita:</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>18. Resultado Financeiro:</b>		
Receita bruta			Receitas financeiras		
Venda de Energia	15.966	20.848	Rendimento de aplicação financeira		
Subtotal	15.966	20.848	Outras		
Pis e Cofins	(583)	(761)	Subtotal		
<b>Total</b>	<b>15.384</b>	<b>20.087</b>	Despesas financeiras		
<b>17. Despesas por Natureza:</b> Despesas por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:			Despesas bancárias		
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	Juros pagos a fornecedores		
Apoio operacional	(582)	(360)	Juros sobre financiamento		
Depreciação e Amortização	(6.555)	(6.791)	Juros pagos outros		
Despesas com Pessoal	(898)	(883)	Juros s/ multas impostos		
Fruição	(670)	(648)	Multas pagas		
Impostos e Taxas	(2.008)	(1.957)	Amortização do Custo de Transação		
Outros	(762)	(367)	Subtotal		
Penalidades contratuais	(36)	-	Total		
Perda na baixa de Ativos	(2.038)	(3.235)	Total		
Seguros	(133)	(117)	Total		
Serviços profissionais contratados	(21)	(33)	Total		
<b>Total</b>	<b>(13.702)</b>	<b>(14.391)</b>	<b>(4.878)</b>		
			<b>(4.825)</b>		
			<b>19. Aprovação das Demonstrações Financeiras:</b> Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 14 de janeiro de 2019.		
			Marcio Lopes Almeida – Diretor Geral		
			Maria Simony Correia Dias – CRC/CE 023696/O-0.		

\*\*\* \*\* \*

EXTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ. Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 001/2019SMS, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP PE2019/003SMS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, cujo Objeto é a Seleção de melhor proposta para Registro de Preços Visando Futuras e Eventuais Contratações para Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis e não Perecíveis para atender as necessidades do Hospital Municipal Eudasio Barroso, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quixadá. CONTRATANTE: Município de Quixadá/CE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - JULIANA CAPISTRANO CAMARA. CONTRATADAS: 01. F ELIO FERREIRA PONTES ME, inscrita no CNPJ: 26.393.753/0001-06, com o valor total de R\$ 1.396.503,95 (um milhão, trezentos e noventa e seis mil, quinhentos e três reais e noventa e cinco centavos); 02. E. BERNARDO DE SOUZA, inscrita no CNPJ Nº 30.406.114.0001/05., com o valor total de R\$ 48.600,00 (quarenta e oito mil e seiscentos reais); 03. VERDE VALE COMERCIO SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 10.673.012/0001-30, com o valor total de R\$ 331.538,03 (trezentos e trinta e um mil, quinhentos e trinta e oito reais e três centavos). Com o valor Global de R\$ 1.776.641,98 (um milhão, setecentos e setenta e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos). Data da assinatura: 20 de março de 2019. Vigência: 12 (doze) meses. Secretária Municipal de Saúde - Juliana Capistrano Câmara. Em 20 de março de 2019.

\*\*\* \*\* \*

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tamboril – Adendo Modificador. A Pregoeira da Comissão de Licitação do Município de Tamboril vem informar que no Edital do Pregão Presencial Nº 005/2019, para a aquisição de frutas e verduras destinadas ao Hospital Raimunda Timbó Camelo e Programa da Saúde da Família – PSF junto a Secretaria de Saúde do Município de Tamboril - CE, conforme especificações, foi feito um adendo modificador que altera o termo de referência do Edital em tela, alterando a data de abertura, que será no dia 03 de Abril de 2019 as 09h00min. As demais cláusulas continuam inalteradas, Tamboril-CE, 20 de março de 2019. Antônia de Maria Medeiro Paiva – Pregoeira.

## NOVA EOLICA CAJUCOCO S.A.

CNPJ nº 11.646.760/0001-97

## Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	31.12.2017	31.12.2016	Passivos e Patrimônio Líquido	31.12.2017	31.12.2016
<b>Circulantes</b>		(Reapresentado)	<b>Circulantes</b>		(Reapresentado)
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	7	Fornecedores	820	1.136
Aplicações Financeiras Vinculada	12.402	1.015	Contas a Pagar	8.316	6.573
Contas a Receber	1.056	1.033	Empréstimos e financiamentos	73.013	65.614
Impostos a Recuperar	47	42	Obrigações sociais	95	276
Despesas Antecipadas	131	136	Impostos a Recolher	1.609	1.901
Adiantamentos	9	14	<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>83.853</b>	<b>75.501</b>
Outros Ativos	13	5	<b>Não Circulantes/ Contas a Pagar</b>	<b>9.172</b>	<b>2.424</b>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>13.659</b>	<b>2.252</b>	Dividendos a Pagar	739	739
<b>Não Circulantes</b>			Partes Relacionadas	27.289	15.693
Depósitos Judiciais	441	30	Impostos Diferidos	0	1
Partes relacionadas	3.680	3.625	<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>37.200</b>	<b>18.857</b>
Impostos diferidos	1.213	632	<b>Patrimônio Líquido/ Capital Social</b>	<b>50.568</b>	<b>50.568</b>
Imobilizado	106.652	116.222	Reserva de Lucros	185	185
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>111.986</b>	<b>120.508</b>	Lucros (prejuízos) acumulados	(46.161)	(22.350)
<b>Total dos Ativos</b>	<b>125.645</b>	<b>122.760</b>	<b>Total do patrimonio liquido</b>	<b>4.592</b>	<b>28.403</b>
			<b>Total dos Passivos e Patrimônio Líquido</b>	<b>125.645</b>	<b>122.760</b>

## Demonstrações dos Resultados dos Exercícios

	31.12.2017	31.12.2016
<b>Receita Líquida de Vendas</b>		Reapresentado
Venda de Energia	3.802	10.572
<b>TOTAL</b>	<b>3.802</b>	<b>10.572</b>
<b>Custo de Operação</b>	<b>(10.590)</b>	<b>(11.297)</b>
<b>(Prejuízo) Lucro Bruto</b>	<b>(6.788)</b>	<b>(725)</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>		
Despesas administrativas	(1.285)	(827)
Despesas tributárias	(4)	(8)
Penalidades contratuais	(19)	(94)
Perda por Desvalorização de Ativos	(4.170)	0
Outros ganhos (perdas), líquidos	(2.937)	(10.415)
<b>Total</b>	<b>(8.415)</b>	<b>(11.345)</b>
<b>(Prejuízo) Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(15.203)</b>	<b>(12.070)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>493</b>	<b>37</b>
<b>Resultado Financeiro/ Receitas financeiras</b>	<b>(8.847)</b>	<b>(8.310)</b>
<b>Total</b>	<b>(8.353)</b>	<b>(8.274)</b>
<b>(Prejuízo) Lucro Antes do IR e da CS</b>	<b>(23.556)</b>	<b>(20.344)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(444)	(709)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	189	421
<b>Total</b>	<b>(255)</b>	<b>(288)</b>
<b>(Prejuízo) Lucro Líquido do Período</b>	<b>(23.811)</b>	<b>(20.631)</b>

## Demonstração dos Valores Adicionados

	31.12.2017	31.12.2016
<b>Receita Líquida de Vendas</b>		Reapresentado
Venda de Energia	3.946	10.973
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		
Custo da venda de energia, prestação de serviço de construção e operação	(724)	(821)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>3.222</b>	<b>10.152</b>
Depreciação e amortização	(6.675)	(7.376)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido (Consumido) pela Companhia</b>	<b>(3.454)</b>	<b>2.776</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>		
Receitas financeiras	493	37
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>(2.960)</b>	<b>2.813</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>		
Pessoal:		
Remuneração direta	557	584
Benefícios	180	149
FGTS	44	47
	781	780
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	2.744	2.959
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	8.659	8.207
Aluguéis	79	64
Despesas financeiras	187	104
Penalidades Contratuais	19	94
Outras	8.382	11.235
	17.326	19.704
Remuneração de capitais próprios:		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(23.811)	(20.631)
<b>Valor Adicionado Total Distribuído</b>	<b>(2.960)</b>	<b>2.813</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**1. Contexto Operacional:** A Nova Eólica Cajucoco S.A é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 12/01/2010, com o objetivo de geração e comercialização de energia elétrica, localizada em Acaraú, Estado do Ceará, autorizada a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos (Resolução ANEEL N° 615, de 06/07/2010) e com contrato de venda de energia firmado com a CCEE por um prazo de 20 anos, contando com uma capacidade de produção instalada de 30,0 MWh.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	31.12.17	31.12.16
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		(Reapresentado)
Lucro ou Prejuízo do período	(23.811)	(20.631)
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do período com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	6.675	7.376
Amortização do custo de transação - empréstimos	44	95
Encargos financeiros e variação monetária líquidos	8.485	7.827
Apropriação de seguros	147	131
Baixa do ativo imobilizado e intangível	3.325	10.410
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(583)	(515)
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(22)	853
Impostos a recuperar	(6)	8
Partes relacionadas	(55)	(1.898)
Despesas antecipadas	(142)	(147)
Depósitos judiciais	(411)	-
Adiantamento a fornecedores	5	(1)
Outros ativos	(11)	(55)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(317)	26
Contas a pagar	8.491	6.210
Obrigações sociais	(181)	149
Impostos a recolher	(292)	1.534
Partes relacionadas	11.597	5.312
Juros pagos	(599)	(8.427)
<b>Caixa (Aplicado Nas) Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>12.340</b>	<b>8.257</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aumento do imobilizado	(429)	(20)
Aplicações financeiras vinculadas	(11.387)	(1.015)
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(11.816)</b>	<b>(1.035)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Pagamento de empréstimos - principal	(530)	(7.382)
<b>Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades de Financiamento</b>	<b>(530)</b>	<b>(7.382)</b>
<b>Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(7)</b>	<b>(160)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Caixa e equivalente de caixa no início do período	7	168
Caixa e equivalente de caixa no final do período	1	7
<b>Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(6)</b>	<b>(161)</b>

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 30/12/2015</b>	<b>50.568</b>	<b>185</b>	<b>(855)</b>	<b>49.898</b>
Lucro / Prejuízo do período	-	-	(20.722)	(20.722)
(Representado)	-	-	(773)	(773)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>50.568</b>	<b>185</b>	<b>(22.350)</b>	<b>28.403</b>
(Representado)	-	-	(23.811)	(23.811)
Lucro / Prejuízo do período	-	-	(46.161)	(46.161)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>50.568</b>	<b>185</b>	<b>(46.161)</b>	<b>4.592</b>

Usina	Preço R\$/		Data planejada		Encerramento do contrato
	Quantidade MWh/Ano	(IPCA) do contrato	da operação comercial	encerramento do contrato	
Cajucoco	105.120	240,82	Out/2010	Mar/2014	Jul/2033

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pela Lei no 11.638/07 e no 11.941/09.

**2.2** Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas

com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais da Sociedade são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação. **2.4 Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que podem resultar em um ajuste material são: • Impostos a recuperar • Impostos diferidos • Imobilizado • Intangível • Riscos trabalhistas, cíveis e fiscais **2.5 Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade apresentam-se como segue: a) Caixa e equivalentes de caixa: compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo b) Imobilizado: registrados ao custo histórico de aquisição ou construção. Os ativos estão deduzidos de depreciação acumulada e das perdas por recuperação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, às taxas anuais que representam a vida útil-econômica estimada desses bens. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. c) Provisão para redução do provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração: A Sociedade e suas controladas analisam periodicamente a existência de evidências de não realização do valor contábil de um ativo. Caso sejam identificadas tais evidências, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo ("impairment") para determinar eventual provisão para trazer os saldos contábeis aos valores de realização. A Administração revisa a recuperabilidade do valor contábil dos ativos não circulantes ou de longa duração, principalmente o intangível mantido e utilizado nas operações da Sociedade. O objetivo é o de determinar e avaliar a ocorrência de eventos que indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperado. Os ativos são agrupados e avaliados com base nos fluxos de caixa descontados do negócio projetados para o período correspondente à vida remanescente estimada dos ativos, considerando o prazo do contrato de venda de energia de 20 anos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Quando uma provisão para redução do provável valor recuperável é revertida em períodos subsequentes, o valor contábil do ativo é aumentado para refletir a estimativa revisada do valor de realização. O valor da reversão da provisão para redução do provável valor de realização dos ativos está limitado ao valor da provisão constituída em períodos anteriores, e é registrado no resultado do período em que houve a reversão da estimativa. d) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial. O ativo financeiro deve ser reconhecido na data de sua negociação. Normalmente, os investimentos com vencimento menor que 90 dias na data de sua aquisição qualificam-se como equivalentes de caixa. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido da remuneração auferida. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja obrigação será requerida a ser liquidada, e cujo montante da obrigação é estimada de forma confiável. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas da obrigação. A Sociedade e suas controladas baixam os passivos financeiros quando, as obrigações são extintas. e) Reconhecimento da receita: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia efetivamente realizado. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos ou a receber pela Sociedade. f) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas

diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros. As controladas apuram estes impostos no regime de lucro presumido. g) Prejuízo por ação: Calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços. h) Novas normas e interpretações vigentes já emitidas e ainda não adotadas: • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A Sociedade possui instrumentos financeiros mantidos até o vencimento (categoria extinta pela nova norma) e irá avaliar os impactos a serem causados. Quanto ao modelo de "impairment" (de perda incorrida para perda esperada), a Sociedade avalia os impactos a serem causados. Vigente a partir de 01/01/2018. • IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes. A nova norma estabelece critérios para o reconhecimento de receitas com clientes. A Sociedade não acredita que a aplicação dessas alterações terá impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras. Vigente a partir de 01/01/2018. • Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) - Iniciativa de divulgação. As alterações à norma oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática. A Sociedade não acredita que a aplicação dessas alterações terá impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras. Vigente a partir de 01/01/2016. • Alterações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 38 / CPC 4 (R1) - Esclarecimentos dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização. As alterações proíbem o uso do método de depreciação baseada na receita e introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização (com exceções). A Sociedade não acredita que a aplicação dessas alterações terá impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2016. • Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014. As alterações à IFRS 7 / CPC 40 (R1) fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos. A Sociedade não acredita que a aplicação dessa alteração terá efeito relevante sobre suas demonstrações financeiras.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa:**

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos - depósitos à vista	1	7
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>7</b>

**5. Aplicações Financeiras Vículadas:**

	31.12.17	31.12.16
Vínculo com período de repactuação da dívida (*)	12.402	1.015
<b>Total</b>	<b>12.402</b>	<b>1.015</b>
Circulante	12.402	1.015

(Reapresentado)

(\*) Referem-se a recursos com liberação condicionada à assinatura dos aditivos de repactuação da dívida com a CEF, com previsão de liberação em maio de 2018.

**6. Contas A Receber:**

	31/12/2017	31/12/2016
Energia faturada (a)	1.056	1.033
Circulante	1.056	1.033
<b>Total</b>	<b>1.056</b>	<b>1.033</b>

(a) Refere-se à venda de energia elétrica para a CCEE relativa ao faturamento de dezembro dos anos de 2017 e 2016.

**7. Impostos a Recuperar:**

	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ e CSLL a recuperar	7	7
IRRF a recuperar	31	26
PIS e COFINS a recuperar	8	8
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>42</b>

**8. Despesas Antecipadas:**

	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios de seguros a apropriar (a)	131	136
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>136</b>
<b>Circulante</b>	<b>131</b>	<b>136</b>

(a) Refere-se basicamente a apólices de seguros em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. A Sociedade possui cobertura de seguros relacionadas à operação do empreendimento nos seguintes montantes:

	Data de vigência	Importância segurada
Riscos		
Risco Operacional	01/03/2014 a 01/12/2018	129.827
Responsabilidade Civil - Obras	01/12/2013 a 01/12/2018	2.651

**9. Imobilizado:**

	31.12.17	31.12.16
<b>Taxas anuais depreciação-%</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Valor</b>
	<b>Custo</b>	<b>líquido</b>
		<b>líquido</b>
		(Reapresentado)

Instalações	10	95	-	95	
Computadores e periféricos	20	34	(15)	20	27
Máquinas e equipamentos	10	22	(3)	19	10
Ferramenta e acessórios	10	6	(1)	5	6
Peças sobressalentes	5	35	-	35	33
Aerogeradores	5	104.663	(20.461)	84.202	90.694
Obras Cíveis e Edificações	5	14.414	(2.743)	11.670	10.777
Linha de Transmissão	5	12.703	(2.418)	10.286	14.676
Adiantamento a fornecedores		4.490	-	4.490	-
(-) Perda por desvalorização de ativos		(4.170)	-	(4.170)	-
<b>Total</b>		<b>132.294</b>	<b>(25.642)</b>	<b>106.652</b>	<b>116.222</b>

**Movimentação do Imobilizado**

	31.12.15	Adição	31/12/16	Adição	Baixa	31/12/17
						(Reapresentado)

Instalações	-	-	-	95	-	95
Computador e periféricos	15	19	34	-	-	34
Maquinas e equipamentos	12	-	12	11	-	23



Ferramentas e acessórios	5	1	6	-	-	6
Peças sobressalentes	5	33	33	2	-	35
Aerogeradores	-	107.867	107.867	-	(3.204)	104.663
Obras Cíveis e Edificações	-	14.442	14.442	-	(28)	14.414
Linha de Transmissão	-	12.797	12.797	-	(93)	12.703
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	4.490	-	4.490
(-) Perda por desvalorização de ativos	-	-	-	(4.170)	-	(4.170)
<b>Subtotal</b>	<b>32</b>	<b>135.158</b>	<b>135.190</b>	<b>429</b>	<b>(3.325)</b>	<b>132.294</b>
(-) Depreciação acumulada	<u>(1)</u>	<u>(18.968)</u>	<u>(18.969)</u>	<u>(6.798)</u>	<u>-</u>	<u>124</u>
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>116.191</b>	<b>116.221</b>	<b>(6.368)</b>	<b>(3.201)</b>	<b>106.652</b>

**10. Fornecedores:** Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de contas a pagar aos fornecedores é de R\$ 820 registrado na sociedade (R\$ 1.136 em 31 de dezembro de 2016), refere-se ao saldo a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

**11. Saldos e Transações com partes Relacionadas:** A Sociedade realiza transações com partes relacionadas, das quais se destacam:

<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>Conta contábil</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Central Eólica Parajuru S.A. (b)	Nota de crédito	11	-
Central Eólica Praia do Morgado S.A. (b)	Nota de crédito	29	-
Central Eólica Volta do Rio S.A. (b)	Nota de crédito	15	-
Wind Power Energia S.A. (a)	Nota de crédito	8	-
Nova Eólica Araras S.A. (b)	Nota de crédito	9	9
Nova Eólica Buriti S.A. (b)	Nota de crédito	1.898	1.898
Nova Eólica Cajucoco S.A. (b)	Nota de crédito	-	8
Nova Eólica Coqueiro S.A. (b)	Nota de crédito	1.711	1.711
<b>Total</b>		<b>3.680</b>	<b>3.625</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>Conta contábil</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Energimp S.A. (b)	Nota de débito	22.700	12.247
Central Eólica Volta do Rio S.A. (b)	Nota de débito	99	199
Nova Eólica Araras S.A. (b)	Nota de débito	379	-
Nova Eólica Buriti S.A. (b)	Nota de débito	1.193	1.078
Nova Eólica Cajucoco S.A. (b)	Nota de débito	-	4.228
Nova Eólica Coqueiro S.A. (b)	Nota de débito	100	100
Central Eólica Quixaba S.A. (b)	Nota de débito	595	595
Wind Power Energia S.A. (b)	Nota de débito	20	-
Energimp S.A.	Fruição	2.203	1.473
<b>Total</b>		<b>27.289</b>	<b>15.693</b>

(a) Refere-se basicamente a contrato de fornecimento de equipamentos e serviços para construção de aerogeradores com a Wind Power Energia S.A. (b) Refere-se aos saldos devedores e credores da Sociedade com os parques eólicos e empresas ligadas decorrente de pagamentos de despesas diversas

## 12. Empréstimos e Financiamentos:

<b>Instituição Financeira</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
CEF/BNDES	Nova Eólica Cajucoco S.A.	73.013	65.614
	<b>Total</b>	<b>73.013</b>	<b>65.614</b>
	Circulante	73.013	65.614

**Movimentação:**

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
<b>Pagamentos:</b>			
Principal	(7.382)	(7.382)	-
Juros apropriados	(8.427)	(8.427)	-
Encargos financeiros			
No resultado	7.827	7.827	-
Amortização do custo de transação	95	95	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>65.614</b>	<b>65.614</b>	<b>-</b>

<b>Pagamentos:</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Principal	(531)	(531)	-
Juros apropriados	(598)	(598)	-
Encargos financeiros			
No resultado	8.489	8.489	-
Amortização do custo de transação	44	44	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>73.013</b>	<b>73.013</b>	<b>-</b>

Recursos liberados em 2011, relacionados às operações de empréstimos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Sobre o principal da dívida incidem juros calculados de 5,5% ao ano sobre a parcela destinada à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e de 3% ao ano mais TJLP sobre a parcela destinada à implantação das Centrais Eólicas e respectivos sistemas de transmissão. Esses encargos são pagáveis com o principal no período de amortização, com início previsto em 28/02/2013 e vencimento final em 2021 (99 parcelas) para a primeira linha de financiamento e vencimento final em 2029 (192 parcelas) para a segunda linha de financiamento. O BNDES poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista, ocorrência de procedimento judicial, redução do quadro de pessoal, extinção da autorização da ANEEL para exploração dos empreendimentos, descumprimento de quaisquer obrigações constantes do contrato, o controle efetivo, direto ou indireto, sofrer alterações após a contratação, sem prévia autorização, fusão, cisão, dissolução e/ou incorporação sem prévia autorização e qualquer alteração no objeto social. Em 13/01/2017 foi concedida à Sociedade um período de suspensão das cobranças das amortizações dos contratos de financiamentos desse parque pela CEF, do período de 15/11/2016 a 31/03/2017. Essa suspensão havia sido pleiteada com o objetivo de proporcionar a Sociedade uma folga financeira e tempo

para negociação com o Banco a fim de conseguir a repactuação da dívida. Em 12/12/2017, a CEF aprovou o pleito da Sociedade de renegociação dos empréstimos de longo prazo e da operação de médio prazo. Com a repactuação, a Sociedade terá uma carência adicional de 04 anos. Nesse período de carência, a Sociedade irá investir os recursos gerados internamente na recuperação de suas máquinas a fim de retomar o crescimento de suas receitas. A minuta do aditivo ao contrato de financiamento encontra-se em fase de validação pelo jurídico do agente financiador, a Sociedade estima que os aditivos sejam assinados até o final do 1º trimestre de 2018. A TJLP é usada para corrigir empréstimos concedidos pelo BNDES. Em 01/04/2017, o Conselho Monetário Nacional (CMN) reduziu para 7% ao ano a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) com vigor a partir do segundo trimestre de 2017 e foi mantida até dezembro de 2017. Para as captações efetuadas com o BNDES, a Sociedade está sujeita ao cumprimento de obrigações, tais como:

- Comprovação de aplicação dos recursos próprios previstos no projeto.
- Envio de atas de assembleias ao BNDES em até 30 dias após o respectivo arquivamento, alterações no contrato social e demonstrações financeiras.
- Garantias: (i) fiança solidária a ser concedida pelo prestador de garantia, a Sociedade; (ii) alienação fiduciária de todas as máquinas e equipamentos; (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios dos valores depositados na conta centralizadora de receitas, na conta de reserva e na conta de reserva especial e dos recursos oriundos de sinistros cobertos por seguros; (iv) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de comercialização de energia; (v) penhor dos direitos emergentes da autorização da ANEEL; (vi) seguros de engenharia, garantia ("completion Bond"), patrimoniais, de responsabilidade civil e de lucros cessantes; e (vii) penhor de 100% das ações da controlada. O contrato também impõe limites à habilidade da Sociedade:
- Assumir novas dívidas.
- Alienação de bens do ativo permanente.
- Cumprir com determinados índices de liquidez e estrutura de capital.
- Incorrer ou permitir gravames sobre os seus ativos para garantir as dívidas. Incorporação por absorção e/ou consolidação. Na hipótese de descumprimento destas cláusulas, inadimplemento e modificação de projeto sem a anuência do BNDES, a Sociedade poderá ter o vencimento da dívida antecipado. Em 31/12/2017, a Sociedade não cumpriu integralmente a exigência do contrato de manter saldos depositados em contas vinculadas para formação de conta de reserva e conta de reserva especial. A Sociedade não cumpriu as exigências do contrato de manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30. A Sociedade não cumpriu as exigências do contrato de manter o Índice de Capitalização Própria nos patamares descritos no contrato. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras estas obrigações contratuais não foram atendidas e a Sociedade classificou integralmente no passivo circulante o saldo de financiamento desta eólica, em 31/12/2017. Em 26/04/2018, a Sociedade firmou o aditivo de repactuação das dívidas com a Caixa Econômica Federal, com as seguintes características: incorporação das parcelas em aberto de setembro de 2016 até a assinatura do aditivo; período de carência intermitente de 04 anos; remuneração das parcelas do período de carência remunerados pela taxa SELIC; saldo devedor capitalizado pelos juros contratuais; extinção dos covenants financeiros e entrega de relatório mensal de acompanhamento dos empreendimentos.

<b>Patrimônio Líquido: a) Capital social:</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>%</b>
Em 31/12/2017, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$ 50.567.984 (R\$ 50.567.984 em 31/12/2016), composto por 50.567.984 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal. O controle da Sociedade em 3/12/2017 e de 2016 é composto da seguinte forma:				
	<b>Quantidade de ações</b>			
<b>Acionista:</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>%</b>
Energimp	50.567.984	100	50.567.984	100
<b>Total</b>	<b>50.567.984</b>	<b>100</b>	<b>50.567.984</b>	<b>100</b>

**b) Reservas de lucros:** O Estatuto Social da Sociedade prevê que, do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados à reserva legal, até o limite de 20% do capital; 1% para pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, e, após essa destinação, o saldo remanescente, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir.

**14. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31/12/2017 e de 2016 está demonstrado na tabela abaixo:

	31/12/17		31/12/16	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	R\$	R\$	R\$	R\$
Faturamento	22.674	22.674	22.677	22.677
Receita	22.674	22.674	22.677	22.677
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	1.814	2.721	1.814	2.721
Receitas financeiras (apl. financeiras)	493	493	37	37
Base de cálculo	2.307	3.214	1.851	2.758
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%
Tributos apurados	346	289	278	248
Adicional (10%)	231	-	185	-
<b>Total</b>	<b>577</b>	<b>289</b>	<b>463</b>	<b>248</b>

O imposto de renda e contribuição social foram calculados com base na sistemática do lucro presumido, às alíquotas de 15% e 9%, respectivamente, mais adicionais previstos em lei. Impostos diferidos: são provenientes das mudanças de práticas contábeis ocorridas no Brasil, principalmente, por provisões não dedutíveis e receitas não tributáveis temporariamente, e foram registrados considerando a sua expectativa de realização. Segue composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	31/12/2017		31/12/2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Decorrentes da aplicação do ICPC 01	123	66	264	157

**Total** 123 66 264 157

**15. Instrumentos Financeiros:** a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros: A Sociedade entende que os instrumentos financeiros, reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, aproximando-se de seu valor justo. Não é prática da Sociedade contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31/12/2017 e 31/12/2016, a Sociedade não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. A classificação dos instrumentos financeiros da Sociedade é apresentada a seguir:

	Valor Contábil e Valor Justo	
	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado)
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1	7
Contas a receber de cliente	1.056	1.033
Partes Relacionadas	3.680	3.625
Depósitos vinculados	12.402	1.015
<b>Passivos financeiros</b>		
Empréstimos e financiamentos	73.013	65.614
Fornecedores	820	1.136
Contas a Pagar	8.316	6.573
Partes Relacionadas	27.289	15.693
Dividendos a Pagar	739	739

**Classificação dos instrumentos financeiros:** a) Os instrumentos financeiros são classificados como Ativos financeiros, tendo como categorias: (I) empréstimos e recebíveis; (II) mensurados ao valor justo através do resultado; (III) mantidos até o vencimento; e (IV) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios: (I) Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado. (II) Mensurados ao valor justo através do resultado: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (iii) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração, a contrapartida é o resultado. (III) Mantidos até o vencimento: não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e intenção de se manter até o vencimento, com registro pelo custo histórico, método do custo amortizado. (IV) Disponíveis para venda: não se enquadram nas classificações supramencionadas ou são designados como

disponíveis para venda. O registro é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração, a contrapartida é o patrimônio líquido. b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (I) mensurados ao valor justo através do resultado; e (II) mensurados ao custo amortizado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios: (I) Mensurados ao valor justo através do resultado: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (iii) derivativos. Registrados pelos respectivos valores justos e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. A Sociedade não possui ativos financeiros nessa categoria. (II) Mensurados ao custo amortizado: não se enquadram na classificação supramencionada e são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. c) Exposição a riscos de taxas de juros: A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e variação do CDI. d) Concentração de risco de crédito: Decorre da possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, apenas realiza operações com instituições de baixo risco avaliadas por agências de "rating". e) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Sociedade faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, monitora-se os níveis de endividamento e o cumprimento de cláusulas contratuais. f) Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros: em 31/12/2017 e 31/12/2016 aproximam-se do valor justos dos ativos e passivos correspondentes, tendo em vista os prazos e a natureza das transações. g) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos: proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos da Sociedade com o BNDES, as quais estão mencionadas nas notas explicativa nº 10. h) Análise de Sensibilidade para exposição de taxa de juros: para os empréstimos da Sociedade a exposição está relacionada à variação da TJLP, tendo sido realizadas análises de sensibilidade em relação a variações nesta taxa de juros, estimando cenários entre 5% e 7%. Tais taxas foram estressadas com aumento e redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade dos cenários adversos, conforme demonstrado no quadro.

#### Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

	Saldo em		Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
	31/12/2017	31/12/2016					
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	12.402		12.800	13.028	13.256	13.485	13.713
Saldo de empréstimos e financiamentos	(63.765)		(66.523)	(68.195)	(69.866)	(71.538)	(73.209)
<b>16. Receita:</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>					
Receita bruta					(60)	(64)	
Venda de Energia	3.946	10.972					
Subtotal	3.946	10.972					
Pis e Cofins	(144)	(400)					
<b>Total</b>	<b>3.802</b>	<b>10.572</b>					
<b>17. Despesas por Natureza:</b> Despesas por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>					
Apoio operacional	(426)	(351)					
Depreciação e Amortização	(6.675)	(7.376)					
Despesas com Pessoal	(955)	(948)					
Fruição	(730)	(707)					
Impostos e Taxas	(2.232)	(2.144)					
Outros	(653)	(416)					
Penalidades Contratuais	(19)	(94)					
Perda na baixa de Ativos	(2.937)	(10.410)					
Perda por desvalorização de ativos	(4.170)						
Seguros	(147)	(131)					
					(19.005)	(22.642)	
<b>18. Resultado Financeiro:</b>							
Receitas financeiras						477	37
Rendimento de aplicação financeira						17	-
Outras						493	37
Subtotal							
<b>Despesas financeiras</b>						(143)	(7)
Despesas bancárias						-	(44)
Juros pagos a fornecedores						(6.305)	(6.433)
Juros sobre financiamento						(2.179)	(1.394)
Juros pagos outros						(174)	(370)
Juros s/ multas impostos						-	(1)
Multas pagas						(44)	(95)
Amortização do Custo de Transação						(8.846)	(8.310)
Subtotal						(8.353)	(8.274)
<b>Total</b>							
<b>19. Aprovação das Demonstrações Financeiras:</b> Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 14 de janeiro de 2019.							

Marcio Lopes Almeida – Diretor Geral

Maria Simony Correia Dias – CRC/CE 023696/O-0.

\*\*\* \*\* \*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ – RESULTADO DE HABILITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 2202.01/2019** – A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Município de Acaraú-CE torna público para conhecimento dos interessados o Resultado do Julgamento da Habilitação referente à Modalidade Tomada de Preços, tombado sob o Nº 2202.01/2019, com o seguinte **OBJETO:** Contratação de serviços especializados de consultoria e assessoria jurídica, junto ao Gabinete do Prefeito do Município de Acaraú-CE. **EMPRESA INABILITADA:** RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS – ME, inscrita no CNPJ sob o Nº 18.583.109/0001-64. **EMPRESAS HABILITADAS:** DIAS & NEVES ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o Nº 13.394.530/0001-03; OSMANIEL VASCONCELOS LEITE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o Nº 27.024.185/0001-20; SABÓIA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ Nº 06.997.401/0001-44 e SAMMUEL DAVID DE ANDRADE MEDEIROS E BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL E ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o Nº 19.187.279/0001-92. Portanto fica Aberto o Prazo Recursal, conforme preceitua a Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores de acordo com o Artigo 109, Parágrafo 1º, “Alínea a”. Mais informações na Sede da Comissão de Licitação, localizada à Av. Nicodemos Araújo, Nº 2105, Vereador Antônio Livino da Silveira, Acaraú-CE, no horário de 08h às 12h. **Ana Flávia Teixeira – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\* \*

**ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE PALHANO - AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE TOMADAS DE PREÇOS Nº 2003.01-2019- TP.** O Presidente da CPL da Câmara Municipal de Palhano, torna público que no dia 05 de abril de 2019 às 08h00min, na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Possidônio Barreto, 315, Centro, Palhano – CE, 62.910-000, receberá documentos de Habilitação e Propostas. **OBJETO:** Contratação dos Serviços de Assessoria em Contabilidade Pública, Planejamento da Execução Orçamentária e Financeira e Elaboração de Justificativa Técnico-Contábeis para atender à LRF, TCE-CE e Órgãos da Administração Pública, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palhano. **MODALIDADE:** Tomada de Preços. O Edital poderá ser examinado perante a CPL no endereço já citado e sua cópia poderá ser cedida a partir da publicação deste aviso, no horário das 08:00 às 14:00 horas. Palhano, 20 de março de 2019. **LUCAS CARNEIRO DA SILVA - Presidente CPL**

## BETÂNIA LÁCTEOS S.A. CNPJ/MF Nº 10.483.444/0001-89

<b>Balanco patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017</b> (Valores expressos em milhares de reais)				<b>Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017</b> (Valores expressos em milhares de reais)							
	<b>Notas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>		<b>2018</b>	<b>2017</b>					
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes à caixa	4	28.539	32.869	Lucro líquido do exercício	47.732	9.163					
Contas a receber	6	79.150	66.439	Outros resultados abrangentes							
Estoques	7	77.224	43.237	Ajuste de avaliação patrimonial	920	922					
Impostos a recuperar	8	21.621	10.232	Total dos resultados abrangentes	48.652	10.085					
Adiantamentos	9	13.565	8.696	<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</i>							
Instrumentos financeiros				<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>							
derivativos	29	770	86	<b>Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017</b>							
Partes relacionadas	10	440	1.349	<b>(Valores expressos em milhares de reais)</b>							
Outros créditos		4.775	3.064		<b>2018</b>	<b>2017</b>					
Total do ativo circulante		226.084	165.972	Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Não circulante				Lucro líquido do exercício	47.732	9.163					
Contas a receber	6	1.277	72	Ajuste para reconciliar o lucro líquido							
Aplicações financeiras	5	5.313	1.105	Depreciação e amortização	14.620	12.953					
Impostos a recuperar	8	47.647	60.876	Baixa de imobilizado	9.845	4.499					
Depósitos judiciais		1.398	1.211	Ajuste de avaliação patrimonial	313	313					
Investimentos		306	300	Juros, rendimentos e variação cambial	4.689	2.889					
Imobilizado	11	139.860	116.275	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	439	2.477					
Intangível	12	33.675	33.870	Faturados e não embarcados	(810)	(1.145)					
Total do ativo não circulante		229.476	213.709	Variáveis nos ativos e passivos							
Total do ativo		455.560	379.681	(Aumento) redução de contas a receber de clientes	(8.186)	3.647					
Passivo	<b>Notas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	Redução (Aumento) de estoques	(39.345)	1.695					
Circulante				Redução (Aumento) de instrumentos financeiros	(684)	71					
Fornecedores	13	55.282	51.886	Redução (Aumento) de adiantamentos a fornecedores	(4.868)	4.324					
Empréstimos e financiamentos	14	12.906	45.959	(Aumento) redução de impostos a recuperar	1.840	(11.590)					
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15	12.351	8.871	Redução (Aumento) de aplicações financeiras	-	3.320					
Obrigações tributárias	16	7.306	4.632	(Aumento) dos depósitos judiciais	(186)	(174)					
Debêntures	17	4.892	-	(Aumento) de outros créditos	(1.710)	(2.560)					
Provisão para contingência	18	1.038	1.657	Aumento de fornecedores	3.396	4.732					
Financiamento com fornecedores	19	2.030	3.249	(Redução) aumento das obrigações trabalhistas e previdenciárias	3.480	(1.259)					
Outras contas a pagar	20	12.133	10.891	(Redução) aumento das obrigações tributárias	2.360	(2.804)					
Total do passivo circulante		107.938	127.145	Aumento (Redução) dos financiamentos com fornecedores	(4.786)	15.005					
Não circulante				Aumento das outras contas a pagar	930	5.543					
Empréstimos e financiamentos	14	19.194	22.082	Aumento (Redução) das provisões para contingências	(619)	1.657					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	3.807	4.120	Aumento de mútuo com acionistas	310	-					
Financiamento com fornecedores	19	14.833	18.401		(48.068)	21.607					
Debêntures	17	53.810	-	Caixa gerado pelas operações	28.760	52.756					
Total do passivo não circulante		91.644	44.603	Juros pagos	(8.274)	(8.075)					
Patrimônio líquido	22			Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	20.486	44.681					
Capital social		189.881	189.881	Fluxo de caixa das atividades de investimento							
Reserva legal		2.845	458	Aquisição de investimento	(7)	(59)					
Reserva de lucros		55.892	9.627	Empréstimo à partes relacionadas	909	2.656					
Ajuste de avaliação patrimonial		7.360	7.967	Aplicações financeiras	(4.208)	3.580					
Total do patrimônio líquido		255.978	207.933	Aquisição de imobilizado	(46.831)	(26.120)					
Total do passivo e patrimônio líquido		455.560	379.681	Aquisição de intangível	(82)	(20.372)					
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</i>				Venda de imobilizado	634	89					
<b>Demonstração do resultado</b>				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(49.585)	(40.226)					
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017</b>				Fluxo de caixa das atividades de financiamento							
<b>(Valores expressos em milhares de reais)</b>				Captações de empréstimos e financiamentos	50.627	73.002					
	<b>Notas</b>	<b>2.018</b>	<b>2.017</b>	Captações de debêntures	58.702	-					
Receita operacional líquida	23	777.276	707.559	Amortização de empréstimos e financiamentos	(84.560)	(69.509)					
Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas	24	(539.912)	(527.926)	Pagamento de dividendos	-	(49.837)					
Lucro bruto		237.364	179.633	Aumento de capital	-	42.000					
Receitas (despesas) operacionais				Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	24.769	(4.344)					
Despesas com vendas	25	(149.208)	(131.812)	Decréscimo/acréscimo do caixa e equivalentes a caixa	(4.330)	111					
Despesas administrativas e gerais	26	(26.397)	(25.216)	Demonstração do (decréscimo) acréscimo no caixa e equivalentes a caixa:							
Despesas tributárias		(6.854)	(7.838)	Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	32.869	32.758					
Outras receitas (despesas) operacionais		1.060	1.163	Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	28.539	32.869					
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		55.965	15.930	Decréscimo/acréscimo do caixa e equivalentes a caixa	(4.330)	111					
Receitas financeiras		2.207	5.448	<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</i>							
Despesas financeiras		(8.298)	(12.215)	<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017</b>							
Resultado financeiro, líquido	27	(6.091)	(6.767)	<b>(Valores expressos em milhares de reais)</b>							
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		49.874	9.163		<b>Capital social</b>	<b>Reserva de capital</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de lucros</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
I.R. e contribuição social correntes	28	(2.142)	-	Saldos em 31 de dezembro de 2016	55.044	1.177	6.320	125.762	8.576	-	196.879
Lucro do exercício		47.732	9.163	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.163	9.163
Lucro líquido por ação: básico e diluído		5,83	1,12	Constituição de reserva legal	-	-	458	-	-	(458)	-
Quantidade de ações		8.185	8.185	Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	9.627	-	(9.627)	-
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</i>				Distribuição de dividendos	-	-	-	(40.422)	-	-	(40.422)
				Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(609)	922	313
				Aumento de capital	134.837	(1.177)	(6.320)	(85.340)	-	-	42.000
				Saldos em 31 de dezembro de 2017	189.881	-	458	9.627	7.967	-	207.933



**Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	47.732	47.732
Constituição de reserva legal	-	-	2.387	-	-	(2.387)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal estadual	-	-	-	43.566	-	(43.566)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal IRPJ	-	-	-	2.699	-	(2.699)	-
Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(607)	920	313
Saldos em 31 de dezembro de 2018	189.881	-	2.845	55.892	7.360	-	255.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Composição do Conselho de Administração** - Vitor Bruno Machado Girão - Presidente. Conselheiros: Vitor Bruno Machado Girão, Jorge Parente Frota Júnior, Bruno Martins Silva. **Composição da Diretoria:** Vitor Bruno Machado Girão - Diretor Presidente, Vinicius de Castro Alves Sampaio - Diretor Financeiro, Antonio Arinilo Macena Maia - Diretor sem designação específica. **CONTADOR** - Felipe Albuquerque Brasil - (CRC - 022880/O-6 CE).

As demonstrações completas na íntegra junto com o parecer da auditoria da Ernst Young, estão disponíveis na sede da companhia.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte - Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais).** O Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte-Ce, torna público o Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais) resultante(s) do Pregão Presencial nº 011/2018. Unidade Administrativa: Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios e material de copa e cozinha a serem destinados a manutenção das atividades do Centro de Especialidades Odontológica – CEO e da Policlínica junto ao Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte; Dotações Orçamentárias: 0101.10.302.1003.2.003 - Policlínica e 0101.10.302.1001.2.002 – CEO; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00; Contratados: M. A. R. das Chagas – EPP - R\$ 23.065,69; J. R. de Araujo Lobato Neto ME - R\$- 74.160,00; Mavi Comercio de Papelaria e Alimentos LTDA - R\$ 13.384,32; FB Comercio de Papelaria E Serviços EIRELI ME - R\$ 13.079,98; Vigência do(s) Contrato(s): até 31 de Dezembro de 2019. Assina(m) pelos(as) Contratado(as): Mar das Chagas - Maria Aline Regis das Chagas; J. R. de Araujo Lobato Neto ME – José Rodolfo de Araújo Lobato Neto; Mavi Comercio – Marcos Gledson Pereira Gomes e FB Comercio – Francisco Ronaldo Souza da Silva. Assina pela Contratante: Tatyana Nunes Duarte. **Limoeiro do Norte-Ce, 10 de Janeiro de 2019. Italo do Nascimento Farias - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA – AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO A PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PMI 05.001/2019** – A Comissão Permanente de Licitação torna público o **Credenciamento para Procedimento de Manifestação de Interesse, para realização de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para modernização, eficiência, expansão e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Monsenhor Tabosa-CE.** A Documentação deverá ser entregue na Comissão de Licitação até às 12h do dia 10 de Abril de 2019. Edital e Anexo estarão disponíveis no Portal: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/>. Mais informações serão obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, de 08h às 12h, sito a Praça 07 de Setembro, Nº 15, Centro, no prédio da Prefeitura. **Monsenhor Tabosa-CE, 20 de Março de 2019. Tiago de Araújo Lima – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA – EXTRATO DE PUBLICAÇÃO.** A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA, ATRAVÉS DO PREGOEIRO, TORNA PÚBLICO, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO, NA MODALIDADE DE **PREGÃO PRESENCIAL**, AUTUADA SOB O Nº. **2019.02.29.01-SMS**, CUJO OBJETO VERSA SOBRE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA/CE, TIPO MENOR PREÇO, COM DATA DE ABERTURA MARCADA PARA O DIA **03 DE ABRIL DE 2019, AS 09:00 HORAS**, NA SALA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOVA OLINDA, 20 DE MARÇO DE 2019. **LEONEL CASTILHO GOES DE SOUZA - PREGOEIRO.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2019.03.21.01** – O Município de Granja-CE, através de sua Comissão Permanente de Licitação torna público que se encontra a disposição dos interessados o Edital na Modalidade Pregão Presencial Nº 2019.03.21.01, Sessão Pública marcada para o dia **03 de Abril de 2019, às 08h**, cujo Objeto é a **Aquisição de oxigênio medicinal, para atender às necessidades do Hospital e Maternidade Municipal Vicente Arruda e UPA 24h, através da Secretaria de Saúde do Município de Granja-CE.** O referido Edital poderá ser adquirido no Site: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/> conforme IN-04/2015 e na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Praça da Matriz, S/Nº, Centro, Granja-CE, no horário de 08h às 12h. **Granja-CE, 21 de Março de 2019. José Maurício Magalhães Júnior – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Câmara Municipal de Itapipoca – Aviso de Resultado de Julgamento das Propostas de Preços.** O Presidente da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Itapipoca, torna público o Resultado do Julgamento das Propostas de Preços referente ao Processo de Tomada de Preços nº 2019.01.22.04.TP.CMI, cujo objeto é a contratação de empresa para apoio administrativo em controle interno, objetivando o fortalecimento da governança na Gestão Pública e estabelecendo referenciais para o controle interno com suporte do sistema de informações da Câmara Municipal de Itapipoca-CE. A empresa AFX Serviços Administrativos LTDA-ME apresentou Menor Preço no valor total de R\$ 70.950,00 (setenta mil novecentos e cinquenta reais). Fica declarado vencedor do certame a empresa AFX Serviços Administrativos LTDA-ME. O Presidente da Comissão abre então o prazo recursal, previsto no art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei de Licitações. **Itapipoca-Ce, 20 de março de 2019. Marcos Praciano Roberto - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara - Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 2019.02.22.01/TP.** A Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara/CE torna público que realizará a licitação na modalidade abaixo discriminada, cujo certame será regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislação correlata. Tomada de Preços Nº 2019.02.22.01/TP Processo Administrativo: 2019.02.22.0. Objeto: contratação de empresa especializada para diversos serviços para a manutenção de prédios no Município de Jijoca de Jericoacoara-CE. Data de Realização: 05 de Abril de 2019. Horário de Início da Sessão: 09:00 hrs. Formulação de consultas e obtenção do edital: Endereço: Rua Minas Gerais, 420, Centro, Jijoca de Jericoacoara-CE, CEP: 62.598-000. Horário de Atendimento: segunda à sexta-feira, de 08h00min às 12h00min. **Jijoca de Jericoacoara/CE, 20 de Março de 2019. Lucas William Sousa Bittencourt - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Deputado Irapuan Pinheiro.** A Pregoeira da Prefeitura do Município de Deputado Irapuan Pinheiro, torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 09 de Abril de 2019, às 08h:30min, na Sede da Prefeitura, localizada à Avenida dos Três Poderes, 75 - Centro, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial, critério de julgamento Menor Preço por Item, tombado sob o nº 2019.03.15.2, com o seguinte objeto: contratação de serviços de locação de veículos destinados ao transporte de alunos (Ensino Fundamental e Médio) da Rede Pública de Ensino do Município de Dep. Irapuan Pinheiro, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação Básica, conforme Projeto Básico/Termo de Referência em anexo do Edital, o qual encontra-se na íntegra na Sede da Comissão de Licitação, no endereço supracitado, fone: (0..88)3569-1218, no horário de atendimento ao público de 08:00h às 12:00h ou no site: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/>. **À Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Município de Canindé – Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 009/2019-PE-SRP.** A Pregoeira de Canindé-Ce torna público para conhecimento dos interessados a abertura do Pregão Eletrônico Nº 009/2019-PE-SRP, cujo objeto é a seleção de melhor proposta para o registro de preços visando futura e eventual aquisição de fogão industrial, freezer horizontal e central de ar 12.000 BTUS, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança e Trânsito do Município de Canindé/CE. Início do Cadastramento das Propostas: 22 de Março de 2019, às 09h; Data de Abertura das Propostas: 08 de abril de 2019, às 09h; Início da Sessão de Disputa de Preços: 08 de abril de 2019, às 10h. Todos os horários dizem respeito ao horário de Brasília. O edital completo poderá ser adquirido no site: [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br). **Claudiana de Freitas Alves - À Pregoeira.**





**AVISO DE CONVOCAÇÃO**

**PROCESSO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2019. **ORIGEM:** INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA - NUFAR. **OBJETO:** CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES ESPECIALIZADOS NO SETOR DE IMAGEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF E HOSPITAL E MATERNIDADE DRA. ZILDA ARNS NEUMANN-HMDZAN, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. **DO TIPO:** MENOR PREÇO. **DA FORMA DE FORNECIMENTO:** PARCELADA. O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA – CLFOR** torna público para conhecimento dos Licitantes e demais interessados, que do dia **21 de Março de 2019 a 08 de Abril de 2019 até às 09h (Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). A Abertura das Propostas acontecerá no dia **08 de Abril de 2019, às 09h (Horário de Brasília)** e o Início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das **14h do dia 08 de Abril de 2019 (Horário de Brasília)**. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta e aquisição na Central de Licitações | Rua do Rosário, Nº 77, Centro, Ed. Comte. Vital Rolim – Sobreloja e Terraço, Fortaleza-CE, no E-compras: <http://compras.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp>, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/>. Maiores informações pelo Telefone: (85) 3452.3477 | CLFOR.

Fortaleza-CE, 20 de Março de 2019.  
*Werbson Jerônimo de Carvalho*  
**PREGOEIRO(A) DA CLFOR**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Boa Viagem – Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos.** A CPL torna público o resultado do julgamento da classificação das propostas de preços da Tomada de Preços nº 2018.11.26.1-TP, cujo objeto é a contratação de empresa para construção de pavimentação em pedra tosca em diversas Ruas do Município de Boa Viagem/CE, conforme especificações contidas no Projeto Básico, desclassificadas: NR Construções e Serviços EIRELI – ME, Construtora Neves Nogueira LTDA – ME, Realize Construtora e Imobiliária LTDA, Sertão Construções Serviços e Locações LTDA, Construtora e Imobiliária Brilhante LTDA. Classificadas: WU Construções e Serviços EIRELI – EPP; IPN Construções e Serviços EIRELI – ME e Abrav Construções Serviços Eventos e Locações – EPP. A Empresa IPN Construções e Serviços EIRELI – ME, foi declarada Vencedora por cumprir todas as exigências editalícias e apresentar o menor preço para o objeto licitado. Fica aberto, a partir da data desta publicação, o prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea “b”, da Lei de Licitações. **Antonio Raimundo Alexandre dos Santos - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2019 - SEINFRA/CELOS** – A Prefeitura Municipal de Aracati-CE comunica aos interessados que estará recebendo até às **09h do dia 11 de Abril de 2019**, na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, sito à Rua Coronel Alexanzito, Nº 1.272, Farias Brito, Aracati-CE, a Documentação de Habilitação e Proposta de Preços para a Tomada de Preços Nº 09/2019-SEINFRA/CELOS, cujo Objeto: **Serviços de Pavimentação Asfáltica em Diversas Ruas de Majorlândia**. O Edital poderá ser obtido junto a Comissão, no endereço acima, das 08h às 12h, nos dias úteis e no Site: [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes). **Aracati-CE, 20 de Março de 2019. Cíntia Magalhães Almeida – Presidente da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA – EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03.15.02/2019** – O Secretário de Cultura e Turismo do Município de Frecheirinha-CE, em cumprimento da Ratificação faz publicar o Extrato resumido do Processo de Inexigibilidade do Processo em epígrafe, cujo **OBJETO** é a Contratação da apresentação de show musical da Banda Musical Forró Real no dia 24 de Março de 2019, para a festa de emancipação política no Município de Frecheirinha-CE. **FAVORECIDO: REAL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o Nº 14.433.879/0001-70. **VALOR TOTAL: R\$ 35.365,00** (Trinta e Cinco Mil Trezentos e Sessenta e Cinco Reais). **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Caput e Inciso III do Artigo 25 e Parágrafo Único do Artigo 26 da Lei Nº 8.666/93. Declaração de Inexigibilidade Emitida e RATIFICADA pelo Secretário de Cultura e Turismo. **Frecheirinha-CE, 15 de Março de 2019. Evandro Aguiar Pontes.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI – EXTRATO DE CONTRATO Nº 2003.002/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2019 - SEINFRA/CELOS – CONTRATANTE:** Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do Município de Aracati-CE. **CONTRATADA: LOMACON LOCAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 03.354.650/0001-23. **OBJETO:** Pavimentação em paralelepípedo e urbanização de diversas Ruas na Sede e Distrito de Santa Tereza - LOTE 3: Rua dos Cocais e Avenida Central - Trecho 1 - PT Nº 1006428-93. **FONTE DE RECURSOS:** Recursos próprios do Orçamento do Município de Aracati e Secretaria das Cidades. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº:** 1101.15.451.0001.1.027 – Construção, Ampliação e Reforma de Pavimentação - 4.4.90.51.00 – Obras e instalações. **MODALIDADE:** DL Nº 02/2019 - SEINFRA/CELOS. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 24, Inciso XI, Lei Federal Nº 8.666/93. **VALOR GLOBAL: R\$ 452.942,67** (Quatrocentos e Cinquenta e Dois Mil Novecentos e Quarenta e Dois Reais e Sessenta e Sete Centavos). **PRAZOS:** 150 (Cento e Cinquenta) dias corridos. **FORO:** Comarca de Aracati - Ceará. **SIGNATÁRIOS:** Cláudio Nelson de Araújo Brandão e Léo Silva Ribeiro. **Aracati-CE, 20 de Março de 2019.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019 - SEDUC/CELOS** – A Prefeitura Municipal de Aracati-CE comunica aos interessados que estará recebendo até às **09h do dia 09 de Abril de 2019**, na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, sito à Rua Coronel Alexanzito, Nº 1.272, Farias Brito, Aracati-CE, a Documentação de Habilitação e Proposta de Preços para a Tomada de Preços Nº 03/2019-SEIDUC/CELOS, cujo Objeto: **Construção de Escola de 06 salas de aula na Localidade Córrego do Retiro**. O Edital poderá ser obtido junto a Comissão, no endereço acima, das 08h às 12h, nos dias úteis e no Site: [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes). **Aracati-CE, 20 de Março de 2019. Cíntia Magalhães Almeida – Presidente da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI – EXTRATO DE CONTRATO Nº 2003.001/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019 - SEINFRA/CELOS – CONTRATANTE:** Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do Município de Aracati. **CONTRATADA: LOMACON LOCAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 03.354.650/0001-23. **OBJETO:** Pavimentação em paralelepípedo e urbanização de diversas Ruas na Sede e Distrito de Santa Tereza - LOTE 2: Rua Biquara e Rua Pedonda - PT Nº 1004227-18. **FONTE RECURSOS:** Recursos próprios do Orçamento do Município de Aracati e Secretaria das Cidades. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº:** 1101.15.451.0001.1.027 – Construção, Ampliação e Reforma de Pavimentação - 4.4.90.51.00 – Obras e instalações. **MODALIDADE:** DL Nº 01/2019 - SEINFRA/CELOS. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 24, Inciso XI, Lei Federal Nº 8.666/93. **VALOR GLOBAL: R\$ 213.929,41** (Duzentos e Treze Mil Novecentos e Vinte e Nove Reais e Quarenta e Um Centavos). **PRAZOS:** 150 (Cento e Cinquenta) dias corridos. **FORO:** Comarca de Aracati - Ceará. **SIGNATÁRIOS:** Cláudio Nelson de Araújo Brandão e Léo Silva Ribeiro. **Aracati-CE, 20 de Março de 2019.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI – EXTRATO DE CONTRATO Nº 2003.003/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2019 - SEINFRA/CELOS – CONTRATANTE:** Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do Município de Aracati-CE. **CONTRATADA: LOMACON LOCAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 03.354.650/0001-23. **OBJETO:** Pavimentação em paralelepípedo e urbanização de diversas Ruas na Sede e Distrito de Santa Tereza - LOTE 4: Rua dos Teobaldos e Avenida Central - Trecho 2 - PT Nº 1007664-03. **FONTE RECURSOS:** Recursos próprios do Orçamento do Município de Aracati e Secretaria das Cidades. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº:** 1101.15.451.0001.1.027 – Construção, Ampliação e Reforma de Pavimentação - 4.4.90.51.00 – Obras e instalações. **MODALIDADE:** DL Nº 03/2019 - SEINFRA/CELOS. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 24, inciso XI, Lei Federal Nº 8.666/93. **VALOR GLOBAL: R\$ 530.921,30** (Quinhentos e Trinta Mil Novecentos e Vinte e Um Reais e Trinta Centavos). **PRAZOS:** 150 (Cento e Cinquenta) dias corridos. **FORO:** Comarca de Aracati - Ceará. **SIGNATÁRIOS:** Cláudio Nelson de Araújo Brandão e Léo Silva Ribeiro. **Aracati-CE, 20 de Março de 2019.**



**ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ – TOMADA DE PREÇOS Nº TP 1302.01/2019. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ-CE – A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados o resultado da fase de habilitação da licitação supra da seguinte forma: **HABILITADOS:** MARTINS GILDO PONTE ADVOCACIA e RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e **INABILITADOS:** FERNANDA LARAH CARVALHO RODRIGUES e MELO AGUIAR ADVOGADOS ME. Fica aberto o prazo recursal, conforme determina o Art. 109, Inciso I, Alínea a, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Os motivos encontram-se a disposição dos interessados na Câmara Municipal de Pacujá, situada à Rua Prof. João Leôncio S/N, Centro, Pacujá-CE, nos dias úteis após esta publicação. Pacujá-CE, em 21 de Março de 2019. Paulo Romulo Lopes Ribeiro – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE PALHANO - AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE TOMADAS DE PREÇOS Nº 2003.02-2019- TP.** O Presidente da CPL da Câmara Municipal de Palhano, torna público que no dia 05 de abril de 2019 às 09h30min, na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Possidônio Barreto, 315, Centro, Palhano – CE, 62.910-000, receberá documentos de Habilitação e Propostas. OBJETO: Contratação de serviços de consultoria técnica especializada na área de controle interno, bem como sistema informatizado para o setor de Controle Interno para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palhano. MODALIDADE: Tomada de Preços. O Edital poderá ser examinado perante a CPL no endereço já citado e sua cópia poderá ser cedida a partir da publicação deste aviso, no horário das 08:00 às 14:00 horas. Palhano, 20 de março de 2019. **LUCAS CARNEIRO DA SILVA - Presidente CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01.002/2019 - PP.** O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA, através de sua Comissão Especial de Licitação torna público a reabertura do certame aos interessados, referente ao Pregão Presencial Nº 01.002/2019, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS DE INTERESSE DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA-CPSI.** A data da reabertura do certame será no dia 22 de março de 2019 às 14:00 horas. Para mais informações no email: [cpslicitacao@hotmail.com](mailto:cpslicitacao@hotmail.com) ou no Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba, localizado na Rua José Agapito Pereira, 233, Dep. Centro - Ubajara - CE, CEP.: 62.350-000 horário de 8:00 às 12:00h. Ubajara - CE, 20 de março de 2019. Anna Eugênia Freire Lima - Pregoeira.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUITINGA - CHAMADA PÚBLICA 001/2019.** A Prefeitura Municipal de Ibicuitinga pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Edval Maia da Silva, 16, Centro, Ibicuitinga-CE, inscrita no CNPJ sob o nº 12.641.646/0001-55, representada neste ato pela Secretária de Educação, Srª. Taiza Cristiele da Costa Gomes no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução FNDE/ CD nº 38/2009, através da Secretaria de Educação, vem realizar Chamada Pública para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Os Grupos Formais/ Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até às 14h00min, do dia 08/abril/2019, na sala da Comissão de Licitação na sede da Prefeitura com endereço citado acima. O Edital poderá ser examinado perante a Comissão de Licitação no endereço já citado a partir da publicação deste aviso, nos dias com expediente, no horário das 08:00 às 14:00 horas e no site da Prefeitura Municipal de Ibicuitinga [www.Ibicuitinga.ce.gov.br](http://www.Ibicuitinga.ce.gov.br). Ibicuitinga – CE, 20 de março de 2019. Taiza Cristiele da Costa Gomes - **Secretária de Educação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Chaval – Aviso de Pregão Presencial Nº 11.001/2019-SRP.** O Pregoeiro do Município de Chaval/CE torna público para conhecimento dos interessados que no próximo dia 03 de abril de 2019 às 09h00min, na sede da Comissão, localizada na Rua Tenente Manoel Olímpio, S/N – Centro – Chaval/CE, estará realizando licitação, na modalidade Pregão Presencial Nº. 11.001/2019-SRP que tem como objeto a seleção de melhor proposta para o Registro de Preços visando futuras e eventuais aquisições de gêneros alimentícios destinado a composição de cestas básicas para distribuição gratuita a munícipes carentes, de interesse da Secretaria Municipal do Desenvolvimento e Assistência Social de Chaval/CE, conforme especificações contidas no Termo de Referência constante no Edital, o qual encontra-se disponível no endereço acima, no horário de 07h30min às 13h30min e no site [www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br). **Chaval-CE, 20 de Março de 2019. André Gomes de Araújo – Pregoeiro do Município de Chaval-CE.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Saboeiro - Aviso de Licitação.** A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Município de Saboeiro, Sra. Kátia Albanise Saturnino dos Santos, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital da Tomada de Preços nº 2003.01/2019-SEINFRA. Objeto: contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia concernentes a gestão do Sistema de Iluminação Pública (IP) do Município de Saboeiro/Ce, compreendendo as atividades de manutenção preventiva, corretiva, ampliação, reforma, melhoria, eficiência energética e demais serviços constantes no Projeto Básico, da Sede e dos Distritos do Município de Saboeiro/CE. Tipo Menor Preço Global, com abertura prevista para o dia 08 de abril de 2019, às 09h, na sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Travessa Senador Miguel, nº 15 – Centro - Saboeiro - CE. O edital completo estará à disposição nos dias úteis após esta publicação, no horário de 8h às 12h, no endereço acima ou através do site: [www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br). **Saboeiro-Ceará, 20 de março de 2019. Kátia Albanise Saturnino dos Santos – Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Independência.** A Secretaria de Saúde do Município de Independência/CE, torna público o Extrato do Primeiro Aditivo Contratual resultante da Tomada de Preços Nº SS-TP001/19. Unidade Administrativa: Secretaria de Saúde; Objeto: reforma e adaptação para sala de raios x na sede do Município de Independência, conforme especificações em Anexo; Alteração Contratual: Ficam alterados os itens constantes da proposta de preços da vencedora e termo contratual, a fim de atender a necessidade real para execução dos serviços, com fulcro no artigo 65, inciso I, alínea “a” e parágrafo segundo da Lei Federal nº 8.666/93. Valor Contrato: A presente alteração não onerou o valor do contrato, permanecendo a importância de R\$ 20.515,14 (vinte mil, quinhentos e quinze reais e quinze centavos); Contratante: Secretaria de Saúde; Assina pelo Contratante: Antonia Izelda de Araujo Maia; Contratado: Imperium Serviços de Locação Eireli - ME; Assina pelo Contratado: Douglas Willian de Araújo Lira; As demais cláusulas permanecem inalteradas. **Independência/CE, 14.03.2019. Antônia Izelda de Araujo Maia - Secretária de Saúde.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jucás - Aviso de Convocação do Segundo Colocado - Modalidade: Tomada de Preços Nº 001/2018 – SMIEOU. Tipo: Menor Preço Global.** Objeto: contratação de empresa para prestar os serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ em diversas Ruas de Jucás, conforme orçamento básico em anexo, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Urbanas. A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Urbanas, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público que em face do Parecer emitido pela Procuradoria Jurídica e em conformidade com o art. 24, XI, da Lei nº 8.666/93, convoca o licitante remanescente, na ordem de classificação, A L Teixeira Pinheiro – Teixeira Construções, classificada em 2º lugar no certame, para a assinatura do contrato. A contratação se dará nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, conforme art. 64, § 2.º da Lei de Contratos e Licitações. Caso não aceite, será convocado o terceiro classificado, até que seja efetivada a contratação, ou seja, decidida pela revogação da licitação. **Jucás/Ce, 20 de Março de 2019. Claudio Roberto de Oliveira Luna - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jucás - Aviso de Resultado do Julgamento da Habilitação da Tomada de Preços Nº 001/2018 - SMAF.** A Comissão Permanente de Licitação, por meio de seu Presidente, torna público o resultado do julgamento de habilitação da Tomada de Preços Nº 001/2018 – SMAF, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria no beneficiamento dos gastos públicos e equilíbrio fiscal, conforme termo de referência e demais anexos, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças. Empresas habilitadas: Evolution Contabilidade Assessoria e Consultoria Ltda e ETCAM – Escritório Técnico Contabil & Assessoria Municipal S/S Ltda, por atenderem integralmente as exigências editalícias. Findando o prazo recursal na forma da Lei, decide ainda, fixar a data de 28/03/2019 às 08h:00min, para abertura dos envelopes das propostas das empresas habilitadas. **Jucás/Ce, 20 de março de 2019. Claudio Roberto de Oliveira Luna – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Câmara Municipal de Boa Viagem - Tomada de Preços Nº 2019.01.002-CMBV - Aviso de Reabertura.** A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Boa Viagem/CE, Rita de Cássia de Sousa, designada pela portaria nº 001/2019, de 02 de janeiro de 2019, torna público, a todas as empresas participantes do referido certame, que a reabertura do mesmo será dia 22 de março de 2019 às 11:00 horas. **Boa Viagem – Ceará, 20 de Março de 2019. Rita de Cássia de Sousa - Presidente da CPL.**



**Estado do Ceará - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crateús – CPSMCR - Extrato de Contrato Nº 05/19/CPSMCR/PP.01.** Contratante: Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crateús – CPSMCR, CNPJ Nº 13.427.383/0001-20. Contratada: C E Rodrigues Assessoria e Sistemas - ME, CNPJ Nº 11.645.879/0001-45. Objeto: Locação de uma Impressora laser colorida, papel A3 297x420mm, velocidade mínima de impressão: cores até 45ppm / preto até 45ppm, com suporte técnico para realização das impressões, com processador de impressão de imagens em DICON, destinada a Policlínica Regional de Crateús. Valor: R\$ 50.400,00 (Cinquenta mil e quarentos reais). Fundamentação Legal: Lei Federal Nº 8.666/93 e suas demais alterações. Dotação: 01.01.10.302.0001.2.003. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00. Foro: Crateús/CE, Signatários: Maria de Fátima Bandeira de Aragão - Diretora Executiva e Carlos Eduardo Rodrigues - Proprietário. **Crateús, 20 de março de 2019. Maria de Fátima Bandeira de Aragão - Diretora Executiva do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crateús – CPSMCR.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Câmara Municipal de Pentecoste - Aviso de Licitação - Modalidade: Pregão Presencial - Tipo: Menor Preço - Edital Nº 2019.03.11.1-C.** Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de digitalização de documentos, junto à Câmara Municipal de Pentecoste-Ceará. A Pregoeira da Câmara Municipal de Pentecoste, comunica aos interessados que no dia 04 de Abril de 2019 às 08:00h (oito horas), na sala das sessões da Câmara, localizada a Rua Dr. Moreira de Azevedo, 352, Centro, Pentecoste/CE, estará recebendo Envelopes de Proposta Comercial "A", e Habilitação "B", para o objeto acima citado. Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital no Paço da Câmara Municipal, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente das 08:00 às 13:00 horas. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: camaramunicipal\_pentecoste@hotmail.com. **Pentecoste/CE, 20 de Março de 2019. Maria Thamires de Paiva Bezerra - Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/19-PE-FMS** – A Prefeitura Municipal de Ipueiras-CE torna público que a partir do dia **21 de Março de 2019, às 08h (Horário de Brasília -DF)**, estará disponível o Cadastro das Propostas de Preços no Site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), referentes ao Pregão Eletrônico Nº 014/19-PE-FMS, cujo Objeto é o **Registro de Preços para Eventuais Aquisições de leite integral longa vida destinado a atender as necessidades do Hospital e Maternidade Otacílio Mota, junto a Secretaria de Saúde deste Município.** Início da Sessão de Disputa de Lances: dia **03 de Abril de 2019, às 10h (Horário de Brasília - DF)**. O Referido Edital poderá ser adquirido no Site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ou [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes) ou ainda no horário de 08h às 14h, na Sala da Comissão de Licitação, situada no Parque da Cidade José Costa Matos, Nº 01, Centro. **Ipueiras-CE, 20 de Março de 2019. Francisco César Farias de Aquino – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 1303.02/2019** – A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Município de Acaraú-CE torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia **09 de Abril de 2019, às 08h30min**, na Sede da Prefeitura localizada à Av. Nicodemos Araújo, Nº 2105, Vereador Antônio Livino da Silveira, estará realizando Licitação, na Modalidade Tomada de Preços, critério de Julgamento Menor Preço, tombado sob o Nº 1303.02/2019, com o seguinte Objeto: **Prestação de serviços de roçada manual e corte de capoeira fina a foice em diversos trechos de estradas do Município de Acaraú-CE**, conforme Projeto Básico, o qual se encontra na íntegra na Sede da Comissão Permanente de Licitação, no horário de 08h às 12h e no Site do Tribunal de Contas do Estado: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/>. **Ana Flávia Teixeira – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 1303.03/2019** – A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Município de Acaraú-CE torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia **08 de Abril de 2019, às 08h30min**, na Sede da Prefeitura localizada à Av. Nicodemos Araújo, Nº 2105, Vereador Antônio Livino da Silveira, estará realizando Licitação, na Modalidade Tomada de Preços, critério de Julgamento Menor Preço, tombado sob o Nº 1303.03/2019, com o seguinte Objeto: **Prestação de serviços de manutenção viária em diversas Ruas da Sede e Distritos do Município de Acaraú-CE, conforme Projeto Básico**, o qual se encontra na íntegra na Sede da Comissão Permanente de Licitação, no horário de 08h às 12h e no Site do Tribunal de Contas do Estado: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/>. **Ana Flávia Teixeira – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Quixeré – Aviso de Licitação – Pregão Presencial Nº 2103.01/2019.** A Prefeitura Municipal de Quixeré, localizada na Rua Padre Zacarias, 332 - Centro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital de Pregão Presencial Nº 2103.01/2019, cujo objeto é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos da Tabela ABCFARMA/Guia da Farmácia, de A à Z, visando o atendimento de pacientes provenientes de mandatos judiciais, conforme especificações em anexo parte integrante deste processo, que se realizará no dia 04 de Abril de 2019 (04/04/2019), às 09:00hs. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público ou no Portal de Licitações do TCE: [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes). **Quixeré-Ce, 21 de Março de 2019. José Eucimar de Lima - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte - Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais).** O Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte-Ce, torna público o Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais) resultante(s) do Pregão Presencial nº 014/2018: Unidade Administrativa: Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte; Objeto: aquisição de material gráfico sob encomenda, destinado à manutenção das atividades do expediente da Policlínica Judite Chaves Saraiva e do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, junto ao Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte – CPSMLN; Dotações Orçamentárias: 0101.10.302.1001.2.002 - CEO; 0101.10.302.1003.2.003 – Policlínica; Contratados: W&A Soluções Tecnológicas LTDA – ME - R\$ 40.760,00; Gpartes Grafica Editora e Comercio LTDA - R\$ 26.832,00; Polycor Grafica e Editora LTDA - R\$ 1.630,00; Vigência dos Contratos: até 31 de Dezembro de 2019. Assina(m) Pelos(as) Contratado(as): Wilton de Sena Magalhães – W&A; Francisco Arlindo de Lima – Gpartes e Antonio Eliezer de Oliveira Júnior - Polycor, respectivamente. Assina pela Contratante: Tatyana Nunes Duarte. **Limoeiro do Norte-Ce, 21 de Janeiro de 2019. Italo do Nascimento Farias - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte - Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais).** O Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte-Ce, torna público o Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais) resultante(s) do Pregão Presencial nº 015/2018: Unidade Administrativa: Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte; Objeto: locação de veículos tipo ônibus destinados ao transporte de pacientes das cidades que compoem o Consórcio Público de Saúde a Sede da Policlínica e CEO no Município de Limoeiro do Norte e veículo tipo passeio para ficar a disposição do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte. Dotação Orçamentária: 0101.10.302.1002.2.002; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00; Contratado: D.A.L. Maciel Construção ME; Valor Global: R\$ 739.368,00. Vigência do(s) Contrato(s): até 31 de Dezembro de 2019. Assina pelo Contratado David Ângelo Linhares Maciel. Assina pela Contratante: Tatyana Nunes Duarte. **Limoeiro do Norte-Ce, 11 de Fevereiro de 2019. Italo do Nascimento Farias - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte - Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais).** O Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte-Ce, torna público o extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais) resultante(s) do Pregão Presencial nº 012/2018: Unidade Administrativa: Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte; Objeto: aquisição de material de limpeza e higiene a serem destinados a manutenção das atividades do Centro de Especialidades Odontológica – CEO e da Policlínica junto ao Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte; Dotações Orçamentárias: 0101.10.302.1003.2.003 - Policlínica e 0101.10.302.1001.2.002 –CEO; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00; Contratados: M. A. R. das Chagas – EPP - R\$- 155.000,00; Mavi Comercial de Papelaria e Alimentos LTDA ME - R\$- 59.133,33; Vigência do(s) Contrato(s): até 31 de Dezembro de 2019. Assina(m) pelos(as) Contratado(as): Mar Das Chagas - Maria Aline Regis das Chagas; Mavi Comercial – Marcos Gledson Pereira Gomes. Assina pela Contratante: Tatyana Nunes Duarte. **Limoeiro do Norte-Ce, 08 de Janeiro de 2019. Italo do Nascimento Farias - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cariús.** A Prefeitura Municipal de Cariús, torna público que fará realizar um Publico Leilão de Bens Móveis considerados inservíveis para uso útil do Município tais como: veículos, tratores, computadores, eletrônicos, cadeiras, mesas e outros, através de Leiloeiro Publico Oficial do Estado do Ceará, o Sr. Eduardo Sydney Bezerra de Girão, JUCEC-027, que se realizará no dia 04 de Abril de 2019, às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Cariús, à Rua Raul Nogueira, s/n, Esplanada. Informações pelo fone (088) 3514-1219. **Cariús-CE, 15 de Março de 2019.**



**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Barbalha - Aviso de Licitação – Pregão nº 2019.03.20.1.** O Pregoeiro Oficial do Município de Barbalha, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando, na sede da Prefeitura, certame licitatório, na modalidade Pregão nº 2019.03.20.1, do tipo Presencial, cujo objeto é a aquisição de equipamentos e materiais diversos de uso odontológico destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Barbalha/CE, conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com recebimento dos envelopes contendo as propostas comerciais e a documentação de habilitação marcado para o dia 08 de abril de 2019 às 09:00 horas. Maiores informações e entrega de editais, na sede da Comissão Permanente de Licitação, sito no(a) Av. Domingos S. Miranda, nº 715 - Lot. J. dos Ipês - Alto da Alegria, Barbalha/CE, no horário de 09:00 às 15:00 horas. Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone (88) 3532-2459. **Barbalha/CE, 20 de março de 2019. Raimundo Emanuel Bastos de Caldas Neves – Pregoeiro Oficial do Município.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante - Termo de Convênio Nº 001/2019.** 1. Natureza: Termo de Convênio para troca de arquivos eletrônicos e utilização da Central de Remessa de Arquivo – CRA do IEPTB -CE, que entre si celebram o Instituto de Estudos de Protesto de Título do Brasil- Seccional do Ceará, representada pelo Presidente, Sr. Samuel Vilar de Alencar e o Município de São Gonçalo do Amarante, através da Secretaria de Finanças representado pelo Secretário de Finanças, Sr. Fernando Antônio Damasceno Lima, objetivando a realização de protesto de Certidão da Dívida Ativa – CDA. 2. Objeto: Constitui o objeto deste Convênio a realização de protesto de Certidão de Inscrição da Dívida Ativa (CDA) relativa a crédito de natureza tributária ou não tributária, emitida pelo Município de São Gonçalo do Amarante, a ser realizado pelos Tabeliães de Protesto de Títulos, mediante remessa enviada pelo Conveniado. 3. Prazo de Vigência: O presente Convênio vigorará por doze meses contados a partir da data desta publicação, podendo ser prorrogado por igual período, por meio de aditivo, até o limite de 60 meses. 4. Data da assinatura: 28 de fevereiro de 2019. 5. Nome dos Signatários: Pelo IEPTB –CE, Sr. Presidente, Sr. Samuel Vilar de Alencar e pelo Município de São Gonçalo do Amarante, o Secretário de Finanças, Sr. Fernando Antônio Damasceno Lima. **Fernando Antônio Damasceno Lima - Secretário de Finanças do Município de São Gonçalo do Amarante.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte - Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais).** O Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte-Ce, torna público o Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais) resultante(s) do Pregão Presencial nº 010/2018. Unidade Administrativa: Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte; Objeto: aquisição de combustíveis e derivados a serem destinados a manutenção das atividades das unidades administrativas que compõem o Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte; Dotações Orçamentárias: 0101. 10.302.1001.2.002 – CEO; 0101. 10.302.1003.2.003 – Policlínica, 0101. 10.122.1002.2.001 – CPSMLN; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00; Contratado: Comercial de Petróleo São Matheus LTDA; Valor Global: R\$ 172.168,00; Vigência do Contrato: até 31 de Dezembro de 2019. Assina(m) pelos(as) Contratado(as): Elizeu da Silva Xavier. Assina pela Contratante: Tatyana Nunes Duarte. **Limoeiro do Norte-Ce, 03 de Janeiro de 2019. Italo do Nascimento Farias - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte - Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais).** O Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte-Ce, torna público o Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais) resultante(s) do Pregão Presencial nº 009/2018. Unidade Administrativa: Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte. Objeto: contratação da prestação de serviços na confecção de grade metálica para Prótese Parcial Removível - PPR, confeccionada por meio de fundição de ligas metálicas de cobalto-cromo, devidamente polida e com boa adaptação à boca do paciente, destinados ao Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, junto ao CPSMLN; Dotação Orçamentária: 0101.10.302.1001.2.002; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00; Contratado: Real Laboratório de Prótese EIRELI; Valor Global: R\$ 126.100,00; Vigência do(s) Contrato(s): até 31 de Dezembro de 2019. Assina pelo Contratado: Irvania Almeida Costa. Assina pela Contratante: Tatyana Nunes Duarte. **Limoeiro do Norte-Ce, 16 de Janeiro de 2019 - Italo do Nascimento Farias - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**TEBASA S/A – CNPJ/MF Nº 07.298.995/0001-68 – NIRE Nº 23.300.015.088 – Edital de convocação AGO.** A diretoria da TEBASA S/A, convoca os senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, que realizar-se-á na sede da aludida Companhia, estabelecida na Rua Teodomiro de Castro, nº 4585, Álvaro Weyne, Fortaleza/CE, às 10:00 hs do **dia 30 de Abril de 2019**, com a seguinte ordem do dia: AGO – a) aprovar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e exercício encerrado em 31 de dezembro 2018; b) eleição da diretoria c) dar destinação aos resultados; d) Outros assuntos de interesse da sociedade. AVISO: Por oportuno, ficam os Srs. Acionistas avisados de que os documentos pertinentes aos assuntos incluídos na ordem do dia, notadamente os dispostos no Art. 133 da Lei 6.404/76, encontram-se à disposição na sede da companhia. Fortaleza/CE, 11/03/2019. Paulo Roberto Otoch Baquit – Diretor Presidente.

\*\*\* \*\*

**CIA IMOBILIÁRIA MSB S/A - CNPJ (M.F.) – 06.047.005/0001-56 - NIRE 233.00.013.361 - CONVOCAÇÃO AOS ACIONISTAS PARA A.G.O.** Ficam os Srs. Acionistas desta companhia registrada no CNPJ 06.047.005/0001-56, NIRE 233.00.013.361, convocados para participarem, às 11:00 (onze) horas), do dia 30 de Abril de 2019 em sua sede social localizada à Rua Leonardo Mota, 1670, apt. 400 – Aldeota, nesta capital, da Assembleia Geral Ordinária, para decidir sobre o seguinte: a) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras dos balanços encerrados em 31/12/2018; b) deliberar a destinação do Lucro Líquido do referido exercício e estabelecer o valor dos dividendos a serem distribuídos e c) Outros assuntos de interesse da sociedade. Aproveitamos para informar que estão à disposição dos acionistas na sede social da empresa à Rua Leonardo Mota, 1670, apt. 400 – Aldeota, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, ou seja: a) relatório da administração; b) cópias das demonstrações financeiras. Fortaleza (CE), 13 de Março de 2019. **MARCELO SANFORD DE BARROS FILHO - Presidente.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA – AVISO DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AOS PROCESSOS Nº 2015.08.21.01 (CONTRATO Nº 2015.11.16.01); PROCESSO Nº 2015.07.06.01 (CONTRATO Nº 2015.11.19.01) E PROCESSO Nº 2013.05.29.01 (CONTRATO Nº 2013.05.29.01.1) – A Comissão Permanente de Licitação do Município de Granja-CE convoca a Empresa **ARCARDYS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI ME**, inscrita no CNPJ: 11.809.298/0001-66 para se fazer presente na Sede da Prefeitura Municipal de Granja-CE, para prestar esclarecimentos conforme Notificação 001 datada de 12 de Fevereiro de 2019, pois a mesma alterou o endereço e não foi mais possível estabelecer contato. Mais informações pelo Telefone (88) 3624-1155. **José Mauricio Magalhães Junior – Presidente da Comissão.****

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tamboril - Aviso de Licitação - Modalidade – Pregão Presencial.** A Secretaria de Saúde do Município de Tamboril-CE comunica aos interessados que estará recebendo até às 09:00h do dia 04 de Abril de 2019, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Germiniano Rodrigues de Farias, S/N, Bairro: São Pedro, Tamboril-Ceará, as propostas de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial nº 009/2019 cujo objeto é a aquisição de Semi-UTI Móvel e Ambulância para simples remoção para o Município de Tamboril-CE, conforme especificações em Anexo do Edital. O edital poderá ser obtido junto à Comissão de Licitação, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 17:00h. **Tamboril-CE, 20 de Março de 2019. Antônia de Maria Medeiro Paiva – Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Novo Oriente - Aviso de Adiantamento de Licitação.** O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que a Tomada de Preços Nº 003/2019/TP, cujo objeto é a contratação dos serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria tributária e financeira, com vistas a reassunção de receitas junto as concessionárias de telefonia de responsabilidade da Secretaria de Finanças do Município de Novo Oriente – CE, inicialmente marcado para acontecer no dia 25/03/2019 às 09:00 horas, fica adiado para o dia 26/03/2019, às 09:00, de acordo com o Art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/93. Maiores informações pelo telefone (88) 99992-4565. **Novo Oriente - CE, 20 de março de 2019. Francisco Olavo Rodrigues - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Palhano – Aviso de Licitação.** A Comissão Permanente de Licitação torna público que estará realizando no próximo dia 03 de abril de 2019, às 10h00min, na modalidade Pregão Presencial nº 2019.03.13.01, cujo objeto é a contratação para prestação de serviços de elaboração de projetos com finalidade para captação de recursos, prestação de contas e convênios, conforme o edital, junto às Diversas Secretarias do Município de Palhano - CE. O edital estará disponível no sítio eletrônico [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes) ou na sede na Rua Possidônio Barreto, 330, Centro. **Palhano (CE), 20 de Março de 2019. Washington Aluísio de Oliveira - Pregoeiro.**



**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Solonópole - Aviso de Revogação de Licitação - Tomada de Preços Nº 07.001/2019-TP.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Solonópole, torna público a Revogação da Licitação na modalidade Tomada de Preços Nº 07.001/2019-TP publicada no jornal de grande circulação e Diário Oficial do Estado do Ceará, ambos na edição do dia 25/02/2019. Foi constatada pela Comissão Permanente de Licitação erro no Objeto e no Projeto Básico da licitação acima citada. Desta forma a comissão resolve Revogar a presente licitação para análise dos erros e assim fazer uma nova publicação após solucionadas os problemas encontrados. **Solonópole-CE, 20 de março de 2019. Akemi Tomaz Holanda - Presidente.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2019 - SEINFRA/CELOS** – A Prefeitura Municipal de Aracati-CE comunica aos interessados que estará recebendo até às **09h do dia 10 de Abril de 2019**, na Sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, sito à Rua Coronel Alexandrino Nº 1.272, Farias Brito, Aracati-CE, a Documentação de Habilitação e Proposta de Preços para a Tomada de Preços Nº 08/2019-SEINFRA/CELOS, cujo Objeto: **Construção de praça na Localidade de Lagoa do Mato.** O Edital poderá ser obtido junto a Comissão, no endereço acima, das 08h às 12h, nos dias úteis e no Site: [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes). **Aracati-CE, 20 de Março de 2019. Cíntia Magalhães Almeida – Presidente da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA – AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019-OSP** – A Prefeitura Municipal de Itarema-CE, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos comunica aos interessados que no próximo dia **22 de Abril de 2019, às 09h**, estará abrindo Licitação na Modalidade Concorrência Pública Nº 001/2019-OSP, cujo Objeto é a **Contratação de serviços de pavimentação em paralelepípedo em vias urbanas do Município de Itarema-CE.** O Edital completo estará à disposição nos dias úteis após esta Publicação, no horário de 08h às 11h30min, no endereço da Prefeitura à Praça Nossa Senhora de Fátima, Nº 48, Centro, Itarema-CE ou no Site: [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes). **Itarema-CE, 20 de Março de 2019. Inez Helena Braga – Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE PALHANO - AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE TOMADAS DE PREÇOS Nº 2003.03-2019- TP.** O Presidente da CPL da Câmara Municipal de Palhano, torna público que no dia 05 de abril de 2019 às 11h00min, na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Possidônio Barreto, 315, Centro, Palhano – CE, 62.910-000, receberá documentos de Habilitação e Propostas. OBJETO: Prestação de serviços especializados em assessoria na área de gestão de pessoal destinado a atender as necessidades da Câmara Municipal de Palhano. Modalidade: Tomada de Preços. O Edital poderá ser examinado perante a CPL no endereço já citado e sua cópia poderá ser cedida a partir da publicação deste aviso, no horário das 08:00 às 14:00 horas. Palhano, 20 de março de 2019. **LUCAS CARNEIRO DA SILVA - Presidente CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tauá - Aviso de Chamada Pública.** A Secretaria de Educação, através da Comissão de Licitação, localizada na Rua Valdizar Alexandrino, 393, José Osimo, comunica aos interessados que no dia 11 de abril de 2019, às 09:00 horas, vem realizar Chamada Pública n.º 12.005/2019, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, junto a Secretaria de Educação, do Município de Tauá-/CE. O edital poderá ser adquirido no endereço acima, das 08:00 às 12:00 horas e/ou site <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/>. **Tauá/CE, 20.03.2019. José Matheus Barbosa Ferreira - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Potengi - Aviso de Licitação.** O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Potengi, comunica aos interessados que no próximo dia 09 de Abril de 2019, às 08:30h, estará abrindo licitação na modalidade Tomada de Preços Nº 011/2019 - SESA cujo objeto é a contratação de serviço de construção de conjuntos sanitários com reservatório e caixa de passagem para implantação de melhorias sanitárias domiciliares no Município de Potengi - CE, conforme Convênio Nº CV 1104/17. O edital completo estará à disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 08:00h às 12:00h, no endereço da Prefeitura Rua José Edmilson Rocha nº 135 – Bairro - Centro - Potengi - Ceará e no site: [www.tcm.ce.gov.br/tce-municipios/](http://www.tcm.ce.gov.br/tce-municipios/). **Potengi - CE, 20 de Março de 2019. Petrus Barbosa de Lima - Presidente da Comissão de Licitação do Município.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCO – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 4270201/2019 – Data de Abertura: 04/04/2019, às 09h. OBJETO:** Registro de Preços para Fornecimento de Peças e Serviços destinados aos veículos e equipamentos da Prefeitura Municipal de Marco-CE. **VALOR DO EDITAL: R\$ 20,00 (Vinte Reais). INFORMAÇÕES:** Prefeitura Municipal, Av. Guido Osterno, S/Nº, Térreo, Centro. **Fone: (88) 3664-1415. Marco-CE, 27/02/2019. Sandro Reubem Osterno Mourão – Chefe de Gabinete, Maria Edineila Silveira – Secretária de Educação, Cultura e Desporto, Alex Sandro Rodrigues de Castro – Secretário de Saúde, Alex Rios Silveira – Secretário de Infraestrutura e Isis Yara Farias Sousa – Secretária de Assistência Social.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Camocim - Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 2019.03.20.001.** A CPL da Prefeitura Municipal de Camocim/CE, torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 05 de abril de 2019, às 09h00min, na Sede da Prefeitura, localizada à Praça Severiano Morel, Centro, Camocim/CE, estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, tombada sob o N.º 2019.03.20.001, com fins ao objeto: contratação de pessoa jurídica especializada em auditoria medica, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Camocim-CE. Informações na Sede da CPL, localizada à Praça Severiano Morel, Centro, Camocim/CE, no horário de 08:00 às 12:00h. **Camocim/CE, 20 de março de 2019. Fca Maurineide Carv. de Araújo – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ – AVISO DE ADENDO AO EDITAL – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019/SMI-TP** – A Presidente da Comissão de Licitação do Município de Cariré-CE, no uso de suas atribuições legais torna público para conhecimento dos interessados **ADENDO** de Modificação no Edital convocatório. **MOTIVO:** Inclusão da tabela de encargos sociais. Conforme determina o Art. 21, §4º da Lei Nº 8.666/93, Nova Data de Abertura: Fica **ADIADA** a Data de Abertura de 20/03/2019, às 09h, para o dia **10 de Abril de 2019, às 09h.** O Adendo encontra-se a disposição dos interessados na Sede da CPL e no Site: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/>, bem como o Edital Alterado. **Cariré-CE, 18 de Março de 2019. Antonia Regilene Aguiar de Carvalho – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019/STDS-PP** – A Pregoeira deste Município torna público que no dia **16 de Abril de 2019, às 09h**, estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 004/2019/STDS-PP, cujo Objeto é a **Aquisição de urnas funerárias e serviços funerários para atender as necessidades da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social.** O Edital estará disponível nos dias úteis após esta Publicação, no horário de atendimento ao público de 08h às 12h e pelos Sites <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/> e <http://www.carire.ce.gov.br/>. Informações pelo Telefone: (88) 3646 1133, ou no endereço à Praça Elísio Aguiar, S/Nº, Centro. **Cariré-CE, 20 de Março de 2019. Antonia Regilene Aguiar de Carvalho – Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019/SMC-PP** – A Pregoeira deste Município torna público que no dia **09 de Abril de 2019, às 09h**, estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 001/2019/SMC-PP, cujo Objeto é a **Aquisição de materiais esportivos para atender as necessidades da Secretaria de Cultura, Esporte e Juventude do Município de Cariré-CE.** O Edital estará disponível nos dias úteis após esta Publicação, no horário de atendimento ao público de 08h às 12h e pelos Sites: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/> e <http://www.carire.ce.gov.br/>. Informações pelo Telefone: (88) 3646 1133, ou no endereço à Praça Elísio Aguiar, S/Nº, Centro. **Cariré-CE, 20 de Março de 2019. Antonia Regilene Aguiar de Carvalho – Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará – Aviso de Abertura de Propostas - Tomada de Preços nº 01/2019-SESA.** Cujo objeto é a contratação de serviços de ambiência-ampliação do Hospital Maternidade Municipal de Viçosa do Ceará. A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que estará abrindo as Propostas de Preços referente a mesma no dia 22 de março de 2019, às 09:00 horas no endereço Rua José Siqueira, nº 396, Centro. **Viçosa do Ceará/Ce, em 20 de março de 2019. Flávia Maria Carneiro da Costa - Presidente/CPL.**



**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ – AVISO DE ADENDO AO EDITAL – TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019/SMI-TP** – A Presidente da Comissão de Licitação do Município de Cariré-CE, no uso de suas atribuições legais torna público para conhecimento dos interessados **ADENDO** de Modificação no Edital convocatório. **MOTIVO:** Inclusão da tabela de encargos sociais. Conforme determina o Art. 21, §4º da Lei Nº 8.666/93, Nova Data de Abertura: Fica **ADIADA** a Data de Abertura de 20/03/2019, às 15h, para o dia **10 de Abril de 2019, às 15h**. O Adendo encontra-se a disposição dos interessados na sede da CPL e no Site: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/>, bem como o Edital Alterado. **Cariré-CE, 18 de Março de 2019. Antonia Regilene Aguiar de Carvalho – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019/SMI-PP** – A Pregoeira deste município torna público que no dia **11 de Abril de 2019, às 09h**, estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 003/2019/SMI-PP, cujo Objeto é a **Aquisição de máquinas e equipamentos energéticos e diversos para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento do Município de Cariré-CE**. O Edital estará disponível nos dias úteis após esta Publicação, no horário de atendimento ao público de 08h às 12h e pelos Sites: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/> e <http://www.carire.ce.gov.br/>. Informações pelo Telefone: (88) 3646 1133, ou no endereço à Praça Elísio Aguiar, S/Nº, Centro. **Cariré-CE, 20 de Março de 2019. Antonia Regilene Aguiar de Carvalho – Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IPU – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0092019PPINFRA** – O Pregoeiro da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipu-CE torna público que no dia **05 de Abril de 2019, às 09h**, na Sala da Comissão de Licitação, localizada à Praça Abílio Martins, S/Nº, Centro, Ipu-CE, receberá Propostas para **Aquisição de peças e acessórios para reposição, de acordo com a necessidade, para motos das diversas Secretarias e Autarquia Municipal de Transito de Ipu**. Modalidade: Pregão Presencial. O Edital poderá ser examinado perante a Comissão de Licitação no endereço já citado, e sua cópia poderá ser cedida a partir da publicação deste Aviso, no horário das 08h às 11h30min. **Ipu-CE, 20 de Março de 2019. Bruno Emanuel Fernandes – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Câmara Municipal de Forquilha – Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº 2019.03.20.01.** Cujo objeto é a Cessão de Direito de uso de Sistema informatizado web compreendendo o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) e manutenção dos serviços relacionados, destinado a atender as necessidades administrativas do Poder Legislativo Municipal de Forquilha, abertura: 05 de Abril de 2019 às 09:00 hrs, conforme especificações. O edital completo estará a disposição dos interessados na Av. Criança Dante Valério, 481, Centro, Forquilha, Ceará, horário de 08:00h às 16:00h e nos endereços eletrônicos do Portal de Licitações do TCE e Site Oficial do Órgão Licitante. **Forquilha/CE, 20 de Março de 2019. Andréia Alves Lima – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crateús - CPSMCR - Extrato de Inexigibilidade nº 001/2019/CPSMCR/PI.** A CPL do CPSMCR, em cumprimento à Ratificação procedida pela Diretora Executiva do Consórcio, faz publicar o extrato resumido do Processo de Inexigibilidade de Licitação a seguir: Processo nº 001/2019/CPSMCR/PI, em conformidade com o Processo de Chamamento Público nº 002/2019/CHP e seus anexos; Fundamento legal: Caput do Artigo 25, da Lei nº 8.666/93; Favorecido: Multi Imagem Radiologia e Diagnostico por Imagem Eireli, CNPJ nº 15.828.030/0001-68 Valor Estimado: R\$ 81.000,00; Dotação Orçamentária nº 01.01.10.302.0001.2.003.3.3.90.39.00. **Crateús-CE, 20 de março de 2019. Maria do Carmo Rodrigues Soares Morais - Presidente da Comissão de Licitação – CPSMCR.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE AIUABA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2019.03.21.001 – GM** – A Prefeitura Municipal de Aiuaba-CE, através da Comissão de Licitação, localizada na Rua Niceas Arraes, Nº 128, Centro, Aiuaba-CE, comunica aos interessados que no dia **04 de Abril de 2019, às 09h**, abrirá licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 2019.03.21.001 - GM, cujo Objeto: **Prestação de serviço de borracharia, destinado atender as necessidades das Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Aiuaba-CE**, conforme descrição constante do Anexo I deste Edital. O Edital poderá ser retirado na Comissão de Licitação, no endereço acima, no horário de expediente ao público de 08h às 12h, ou pelo Portal do TCE-CE: <http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes>. **Aiuaba-CE, 21 de Março de 2019. Joana Benício Leitão – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE AIUABA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2019.03.21.001 – SEINFRA** – A Secretaria de Infra Estrutura e Urbanismo, através da Comissão de Licitação, localizada na Rua Niceas Arraes, Nº 128, Centro, Aiuaba-CE, comunica aos interessados que no dia **03 de Abril de 2019, às 09h**, abrirá Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 2019.03.21.001 - SEINFRA, cujo Objeto é a **Contratação de empresa para o serviço de manutenção corretiva de bombas, junto a Secretaria de Infraestrutura do Município de Aiuaba-CE**. O Edital poderá ser retirado na Comissão de Licitação, no endereço acima, no horário de expediente ao público de 08h às 12h, ou pelo Portal do TCE: <http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes>. **Aiuaba-CE, 21 de Março de 2019. Joana Benício Leitão – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cruz - Secretaria de Governo e Administração - Aviso de Pregão Presencial Nº 09/2019-SEGAD.** A Prefeitura Municipal de Cruz comunica aos interessados que estará recebendo até às 08h30min do dia 04 de Abril de 2019, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Praça dos Três Poderes s/nº – Bairro Aningas - Cruz-CE, a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial nº 09/2019-SEGAD – Aquisição de Veículos tipo passeio e ambulância e Motos para as Secretarias Municipais. O edital poderá ser obtido junto ao Pregoeiro, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8h00 às 12h00, e no site [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes). **Cruz-CE, 20 de Março de 2019. José Ednaldo Alves de Sousa – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cruz - Chamada Pública Nº 01/2019-SEDUC.** A Secretaria de Educação e Cultura comunica aos interessados que estará recebendo até às 08h30min do dia 16 de Abril de 2019, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Praça dos Três Poderes s/nº – Bairro Aningas - Cruz-CE, a documentação de habilitação e projeto de venda para a Chamada Pública nº 01/2019-SEDUC – Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. O edital poderá ser obtido junto a Secretaria de Educação e Cultura e na Sala da Comissão de Licitação, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8h00 às 12h00, e no site [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes). **Cruz-CE, 20 de Março de 2019. Raimundo Otávio da Mota – Secretário de Educação e Cultura.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Barreira - Aviso de Adiantamento - Edital de Pregão Presencial Nº 03.28.01/2019.** A Prefeitura de Barreira, comunica aos interessados o adiantamento da licitação na modalidade Pregão Presencial de nº 03.28.01/2019, para o Registro de Preços visando a futura e eventual contratação de empresa especializada em realização de eventos, para suprir as necessidades da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Cultura, Educação e Gabinete do Prefeito do Município de Barreira/CE. Desta forma, a licitação que anteriormente estava prevista para o dia 28/03/2019 fica adiada para o dia 29/03/2019 às 09:30h. **Barreira-CE, 20 de março de 2019. Mayane da Silva Castro – Pregoeira da Prefeitura Municipal de Barreira.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Governo Municipal de Palmácia - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº PP-07/2019.** Abertura: 04 de abril de 2019 às 09:00 horas. Julgamento: Menor Preço Global. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (peixe) destinados as famílias carentes, para distribuição no período da semana santa, de interesse da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de Palmácia/CE, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico/termo de referência e demais exigências do edital. Informações: Praça 7 de Setembro, Nº 635, Centro, Palmácia/CE, de 08:00 às 12:00h, ou no site [www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br). Francisca Silvania de Sousa Alves Silva – Pregoeira.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANGUAPE – AVISO DE ANULAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 06.004/2019-TP** – A Presidente da Comissão Central de Licitação e Pregões da Prefeitura Municipal de Maranguape-CE torna público a **ANULAÇÃO** da Tomada de Preços, cujo **OBJETO** é a Contratação de empresa para obra de complementação da pavimentação asfáltica superficial e sinalização em Ruas na Sede do Município de Maranguape-CE, fazendo-o com base no Art. 49 da Lei de Licitações. **Raylse Rafaelle Jerônimo Lima – Presidente.**



**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Guaramiranga - Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 2019.03.18.2- TP.** Abertura: 09 de abril de 2019 às 09:00horas. Julgamento: Menor Preço Global. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria administrativa, junto ao Instituto de Previdência do Município de Guaramiranga – GUARAPREV, conforme Projeto Básico em anexo ao Edital. Informações: Rua Joaquim Alves Nogueira, 409 – Centro – CEP: 62.766-000 – Guaramiranga – Ce, no horário de 8h às 12h e no site: [municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes). **Francisco Alison Pereira dos Santos- Presidente.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Nova Russas.** A Comissão de Licitação torna público que no próximo dia 08 de Abril de 2019 às 09:00 horas, estará abrindo licitação na modalidade Tomada de Preços nº SE-TP002/19, cujo objeto é a execução de serviços de engenharia complementares da creche da rodoviária, junto a Secretaria de Educação de Nova Russas. O edital completo encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações a Rua Pe. Fco. Rosa, 1388, Centro ou nos sites:[www.novarussas.ce.gov.br](http://www.novarussas.ce.gov.br) e [www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br). Nova Russas/CE, 21.03.2019. **Paulo Sérgio Andrade Bonfim – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Iraporanga - Aviso de Licitação - Tomada de Preço Nº 003/19/TP-SAAE.** O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Iraporanga, torna público que no dia 05 de abril de 2019, às 8h00min, na sala da Comissão de Licitação, localizada à Rua Franklin José Vieira, nº 2, Centro, Iraporanga - CE, receberá propostas para a contratação dos serviços de assessoria contábil a serem realizados junto ao SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Iraporanga, que deverão ser executados conforme Projeto Básico do Edital. Modalidade: Tomada de Preço Nº 003/19/TP-SAAE. **Iraporanga, 20 de março de 2019. Estefânio Lopes Neto - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Amontada - Aviso de Adiantamento de Licitação - Tomada de Preços nº 004/2019.04.** A Comissão de Licitação da Prefeitura de Amontada, torna público aos interessados o adiamento para recebimento dos envelopes de documentação e propostas de preços do dia 25 de março de 2019, às 9h30min para o 26 de março de 2019, às 9h30min cujo objeto é a contratação de empresa para execução dos serviços de reforma do Hospital e Maternidade Dr. Rigoberto Romero de Barros Município de Amontada, ficando confirmadas as demais regras editalícias. **Amontada/CE, 20 de março de 2019. À Comissão.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2019 – SMS (BB 758702) – Central de Licitações. Data de Abertura: 04 de Abril de 2019, às 09h – Horário de Brasília. OBJETO:** Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de material médico - hospitalar (Grupo II) destinado às Unidades de Saúde da Secretaria Municipal da Saúde. **Valor do Edital:** Gratuito. **INFORMAÇÕES:** Site: [www.sobral.ce.gov.br](http://www.sobral.ce.gov.br) (ACESE – LICITAÇÕES) e à Rua Viriato de Medeiros, Nº 1.250, 4º andar. **Fones:** (88) 3677-1157 e 1254. **Sobral-CE, 21 de Março de 2019. A Pregoeira – Dayane Araújo Linhares.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cruz - Secretaria de Assistência Social e Empreendedorismo - Aviso de Pregão Presencial Nº 04/2019-SASE.** A Prefeitura Municipal de Cruz comunica aos interessados que estará recebendo até às 14h00min do dia 04 de Abril de 2019, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Praça dos Três Poderes s/nº – Bairro Aningas - Cruz–CE, a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial nº 04/2019-SASE – Aquisição de Combustível. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8h00min às 12h00min. **Cruz-CE, 20 de Março de 2019. José Ednaldo Alves de Sousa – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU - CEARÁ – AVISO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE ADITIVO - O ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO N.º 2019.01.24.01 AO CONTRATO N.º 2018.05.29.01 DECORRENTE DO TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.14.01, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA REJUNTADA NA AV. PADRE CICERO (1ª ETAPA) - (SALDO REMANESCENTE) JUNTO AO MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU-CEARÁ, DESTA MUNICÍPIO. CONTRATANTE: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA. CONTRATADA: WERTON ENGENHARIA & ARQUITETURA LTDA - EPP. PRORROGAÇÃO CONTRATUAL: O PRESENTE ADITIVO TEM POR FINALIDADE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO RESULTANTE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ACIMA REFERIDO. O CONTRATO EM QUESTÃO SERÁ PRORROGADO POR MAIS 120 (CENTO E VINTE) DIAS, E VIGORARÁ A PARTIR DO DIA 25 DE JANEIRO DE 2019 COM O SEU NOVO VENCIMENTO NA DATA DO DIA 25 DE MAIO DE 2019. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO FUNDAMENTO O ART. 57, § 1º, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. ASSINA PELA CONTRATADA: GERALDO ERIBERTO WERTON CRUZ. ASSINA PELA CONTRATANTE: JOSÉ MARCOS ALVES VILAR. CARIRIAÇU - CEARÁ, EM 20 DE MARÇO DE 2019. **JOSÉ MARCOS ALVES VILAR - ORDENADOR DE DESPESAS (FUNDO GERAL).****

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA DO NORTE – AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº.15.03.19-02PP.** Por meio da Equipe de Pregão, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº.15.03.19-02PP, cujo objeto é a Contratação de Serviço de Fornecimento de Documentos de Legitimação, na Forma de Cartão Eletrônico, Magnético ou de Similar Tecnologia, Equipado com Microprocessador com Chip Eletrônico de Segurança, (Vale Refeição) com a Finalidade de ser Utilizado Pelos Funcionários das Secretarias Municipais de Guaraciaba do Norte/Ce. A realização está prevista para o dia 03 de Abril de 2019, às 13h30m. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Guaraciaba do Norte/CE – Setor de Licitações, nos dias úteis das 08h00min às 14h00min, sito à Avenida Monsenhor Furtado, nº. 55, Centro, ou acessando o site: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes>. **Guaraciaba do Norte/CE, 20 de Março de 2019. Maria das Messê Roque de Oliveira Chagas - Pregoeira Oficial**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2019 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 2019.03.13.01 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2019 - AVISO DE LICITAÇÃO - O MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, MEDIANTE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR ÀS 09:00 HORAS DO DIA 22 DE ABRIL DE 2019, NA SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, LOCALIZADA À AV. 22 DE JANEIRO, 5183, CENTRO, ICAPUÍ, CEARÁ – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MENOR PREÇO, NO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, QUE TEM COMO A FINALIDADE O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO EM PARALELEPÍPEDO, PISO INTERTRAVADO, CBUQ, REVESTIMENTO PRIMÁRIO E PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS DESTA MUNICÍPIO. O EDITAL E SEUS ANEXOS ENCONTRAM-SE À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA CPL, NO ENDEREÇO ACIMA, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 07:30 ÀS 13:30H E [WWW.ICAPUI.CE.GOV.BR](http://WWW.ICAPUI.CE.GOV.BR). DEMAIS INFORMAÇÕES SERÃO PRESTADAS NO ENDEREÇO ACIMA, OU ATRAVÉS DO FONE (0XX88) 3432-1400. ICAPUÍ – CE, 20 DE MARÇO DE 2019. **EDINARDO DE OLIVEIRA PEREIRA - PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.****

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOMBAÇA – AVISO DE LICITAÇÃO – O PRESIDENTE DA CPL DESTA MUNICÍPIO, TORNA PÚBLICO AVISO DE LICITAÇÃO, NO SITE [WWW.LICITACOES-E.COM.BR](http://WWW.LICITACOES-E.COM.BR), O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2019EDUC-PE-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ORIUNDO DO PROCESSO Nº 2019.03.14.01, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MOMBAÇA, PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, MEDIANTE PREGÃO ELETRÔNICO, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONTIDA NOS ANEXOS DO EDITAL. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATRAVÉS DO SITE DO BANCO DO BRASIL DAR-SE-Á A PARTIR DAS 17H00MIN DO DIA 21/03/2019. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/04/2019 ÀS 08:00H. O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NOS SITES: [WWW.LICITACOES-E.COM.BR](http://WWW.LICITACOES-E.COM.BR) OU [WWW.TCE.GOV.BR](http://WWW.TCE.GOV.BR) E NA SEDE DA PREFEITURA, SITUADA À RUA DONA ANÉSIA CASTELO, Nº 01, CENTRO, MOMBAÇA/CE, NO PERÍODO DE 08:00 ÀS 12:00 HORAS, EM DIAS DE EXPEDIENTE NORMAL, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA AVISO. MOMBAÇA/CE, 20/03/2019. **FRANCISCO NEILDO DE OLIVEIRA VERAS – PRESIDENTE DA CPL.****

\*\*\* \*\*





**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU - CEARÁ – AVISO EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL – O ORDENADOR DE DESPESA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU/CE, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO Nº 2019.03.15.01, RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2019.02.07.2.011 (MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO). ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, UTENSÍLIOS PARA COPA E COZINHA E MATERIAIS DE DIDÁTICO E EXPEDIENTE, PARA O ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU – CEARÁ. VIGÊNCIA DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2019. CONTRATADA: GERALDO MACHADO DA SILVA - ME. ASSINA PELA CONTRATADA: GERALDO MACHADO DA SILVA. ASSINA PELA CONTRATANTE: JOSÉ MARCOS ALVES VILAR. VALOR GLOBAL: R\$ 134.602,00 (CENTO E TRINTA E QUATRO MIL SEISCENTOS E DOIS REAIS). CARIRIAÇU/CEARÁ, EM 20 DE MARÇO DE 2019. JOSÉ MARCOS ALVES VILAR - GESTOR DO FUNDO GERAL.**

\*\*\* \*\*

**Licitação - ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA DO NORTE – AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº.15.03.19-01PP.** Por meio da Equipe de Pregão, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial Nº.15.03.19-01PP, cujo objeto é a Contratação de Serviços de Mão de Obra Complementar, por Hora Trabalhada, Destinada a Manutenção e Conservação do Patrimônio Público, Junto as Secretarias Municipais de Guaraciaba do Norte/Ce. A realização está prevista para o dia 03 de Abril de 2019, às 08h30m. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Guaraciaba do Norte/CE – Setor de Licitações, nos dias úteis das 08h00min às 14h00min, sito à Avenida Monsenhor Furtado, nº. 55, Centro, ou acessando o site: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes>. **Guaraciaba do Norte/CE, 20 de Março de 2019. Maria das Messê Roque de Oliveira Chagas - Pregoeira Oficial**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Irauçuba - Aviso de Licitação - A P.M.I. comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial de Nº. 2019.03.11.02, do tipo Menor Preço (Por Lote) para o Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futura e eventual contratação de serviços de veiculação de chamadas em rádios de abrangência no Município de Irauçuba/CE e Região, para divulgação de eventos, campanhas, programas, ações e notícias como forma de divulgar as ações realizadas pelas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal, com abertura no dia 03 de abril de 2019, às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Irauçuba, na Av. Paulo Bastos, Nº.1.370, Centro. Irauçuba/CE, 14 de março de 2019. Informações: 88/3635.1133. Ângela Maria Doroteu Rodrigues - Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA - AVISO DE ADIAMENTO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2019.03.11.1.** O Município de Aurora/CE, comunica aos interessados, que devido ao feriado estadual do dia 25/03/2019, fica adiada a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 2019.03.11.1, cujo objeto é a contratação de serviços a serem prestados na locação de veículo tipo ônibus com capacidade mínima para 45 (quarenta e cinco) passageiros, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Aurora/CE, para o dia 27/03/2019, às 09:00 horas. Informações na sede da CPL, sito na Avenida Antônio Ricardo, nº 43 - Centro ou pelo telefone (88) 3543-1022 de 07:30 às 13:00 hs. **Aurora/CE, 20 de Março de 2019. Alci Ferreira de Almeida - Pregoeiro Oficial do Município.**

\*\*\* \*\*

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE – CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ** Ratifico a Inexigibilidade de licitação para locação de espaço (Stand Ouro) durante o 14º Encontro Nordestino de Contabilidade, no período 13 a 15 de junho de 2019, em Teresina-PI, em favor da Fundação Brasileira de Contabilidade, CNPJ nº 02.428.413/0001-05 para o CRCCE, no preço global de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com base no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista o que mais consta nos autos do processo administrativo nº 022/2019. Fortaleza, 11 de março de 2019. ROBINSON PASSOS DE CASTRO E SILVA- PRESIDENTE DO CRCCE.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Irauçuba – Aviso de Licitação - A P.M.I. comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial de Nº. 2019.03.11.01, do tipo Menor Preço (Por Lote) para a Aquisição de Livros Didáticos destinados a Educação Infantil, de responsabilidade da Secretaria da Educação do Município de Irauçuba/CE, com abertura no dia 03 de abril de 2019, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Irauçuba, na Av. Paulo Bastos, Nº. 1.370, Centro. Irauçuba/CE, 14 de março de 2019. Informações: 88/3635.1133. Ângela Maria Doroteu Rodrigues - Pregoeira.**

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ – CRCCE - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL.** Contratante: Conselho Regional de Contabilidade do Ceará – CRCCE. Contratada: APECICON – ACADEMIA PERNAMBUCANA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, CNPJ nº 13.503.295/0001-60. Objetivo: locação de espaço (Stand Prata) durante o XII Encontro Nacional da Mulher, no período de 11 a 13 de setembro de 2019, para o CRCCE. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, art. 25, caput– Inexigibilidade de Licitação. Processo nº 015/2019. Valor global - R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Data de assinatura: 01 de março de 2019. ROBINSON PASSOS DE CASTRO E SILVA – Presidente.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2019.03.20.1.** O Pregoeiro Oficial, torna público que estará realizando certame licitatório na modalidade Pregão nº 2019.03.20.1, do tipo presencial, cujo objeto é a contratação de Empresa/Pessoa Física para o fornecimento de refeições e lanches destinados aos Policiais Civis e Militares lotados no Município de Aurora/CE. Abertura: 04 de abril de 2019, às 09:00 (nove) horas. Informações na sede da CPL, sito na Avenida Antônio Ricardo, nº 43 - Centro ou pelo telefone (88) 3543-1022 de 07:30 às 13:00 hs. **Aurora/CE, 20 de Março de 2019. Alci Ferreira de Almeida - Pregoeiro Oficial do Município.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Irauçuba – Aviso de Licitação - A Comissão Central de Licitação da P.M.I. comunica aos interessados que fará realizar licitação em sua sala, na Prefeitura Municipal, na Av. Paulo Bastos, Nº. 1.370, Centro, Irauçuba/CE, às 09h00min do dia 08 de abril de 2019, sessão de recebimento dos Documentos de Habilitação, Propostas para a TOMADA DE PREÇOS Nº. 2019.03.11.01, tipo – Menor Preço, destinada a Contratação de empresa especializada em Engenharia, para ficar a disposição da Secretaria de Infraestrutura do Município de Irauçuba/CE. Informações pelo 88/ 3635-11.33. Irauçuba-CE, 14 de março de 2019. Neirivânia Teixeira Taboza, CCL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Irauçuba - Aviso de licitação - A P.M.I. comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial de Nº. 2019.03.14.01, do tipo Menor Preço (Por Item) para o Fornecimento de Água para abastecer as Escolas Municipais e as Comunidades Rurais do Município de Irauçuba/CE, de responsabilidade das Secretarias da Educação e Agricultura, Pecuária, Recursos Hídricos e Meio Ambiente, com abertura para o dia 04 de abril de 2019, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Irauçuba, na Av. Paulo Bastos, Nº. 1.370, Centro. Irauçuba/CE, 14 de março de 2019. Informações: 88/3635.1133. Ângela Maria Doroteu Rodrigues - Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE – CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ** Ratifico a Inexigibilidade de licitação para locação de espaço (Stand Prata) durante o XII Encontro Nacional da Mulher, no período de 11 a 13 de setembro de 2019, em favor da APECICON – Academia Pernambucana de Ciências Contábeis, CNPJ nº 13.503.295/0001-60 para o CRCCE, no preço global de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com base no art. 25, caput, da Lei n. 8.666/93, tendo em vista o que mais consta nos autos do processo administrativo n. 15/2019. Fortaleza, 13 de fevereiro de 2019. ROBINSON PASSOS DE CASTRO E SILVA- PRESIDENTE DO CRCCE

\*\*\* \*\*



# AVISO

Informamos que, a venda do Diário Oficial do Estado é feita exclusivamente na Casa do Cidadão, no endereço abaixo:  
Casa do Cidadão do Shopping Benfica: Av. Carapinima nº2200 - Benfica.

## MAIORES INFORMAÇÕES

PELOS TELEFONES: (085) 3101-2252 / 3101-2250 (**Benfica**)  
3466-4025 / 3466-4911 (**Casa Civil**)

Horário de atendimento: 09h às 12h  
13h30 às 15h



## DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (DOE)

### ASSINATURA E/OU PUBLICAÇÃO

Local: Casa Civil – Coordenadoria de Atos e Publicações Oficiais (COAPO)

Endereço: Palácio da Abolição

Av. Barão de Studart, 505 - Meireles

CEP 60120-000

Fortaleza-CE

### HORÁRIO DE ATENDIMENTO

9h às 12h e 13h00 às 15h.

### EXEMPLARES AVULSOS

POSTOS DE VENDAS: CASA DO CIDADÃO – SHOPPING BENFICA

VALOR DO EXEMPLAR

R\$ 17,04

### VALOR DA ASSINATURA

ASSINATURA TRIMESTRAL DIRETA	R\$ 915,90
ASSINATURA TRIMESTRAL POSTADA	R\$ 1.341,90
ASSINATURA SEMESTRAL DIRETA	R\$ 1.831,80
ASSINATURA SEMESTRAL POSTADA	R\$ 2.662,50
ASSINATURA ANUAL DIRETA	R\$ 3.514,50
ASSINATURA ANUAL POSTADA	R\$ 4.941,60

O Diário Oficial do Estado está disponível na Internet, sendo possível ler e fazer o download dos últimos Jornais. O Acesso pode ser feito através do seguinte endereço: <http://www.ceara.gov.br>



**DESTINADO(A)**

--